

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS -
PPGICH
MESTRADO ACADÊMICO**

**PROSAMIM - BID:
UMA EXPERIÊNCIA DE REASSENTAMENTO DE
PESSOAS**

Discente: Viviane Alves da Silva Dutra

Orientadora: Prof^ª. Dra. Gimima Beatriz Melo da Silva

**Manaus
2018**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS –
PPGICH
MESTRADO ACADÊMICO**

Viviane Alves da Silva Dutra

PROSAMIM – BID
UMA EXPERIÊNCIA DE REASSENTAMENTO DE PESSOAS

Viviane Alves da Silva Dutra

PROSAMIM – BID
UMA EXPERIÊNCIA DE REASSENTAMENTO DE PESSOAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências Humanas. Área de Concentração: Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientadora: Prof^ª. Dra. *Gimima Beatriz Melo da Silva*.

Manaus/AM
2018

Catálogo na fonte
Elaboração: Ana Castelo CRB11ª -314

D978p Dutra, Viviane Alves da Silva
Prosamim-BID:Uma experiência de reassentamento de pessoas./
Viviane Alves da Silva Dutra. – Manaus: UEA, 2018.
108fls. il.: 30cm.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profª. Drª. Gimima Beatriz Melo da Silva

1.Prosamim 2.Reassentamento 3. Aspectos sociais. I.Orientadora: Profª. Drª. Gimima Beatriz Melo da Silva. II. Título.

CDU 351.76

VIVIANE ALVES DA SILVA DUTRA

PROSAMIM – BID:
UMA EXPERIÊNCIA DE REASSENTAMENTO DE PESSOAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências Humanas. Área de Concentração: Teoria, História e Crítica da Cultura.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. *Gimima Beatriz Melo da Silva* (presidente) – UEA

Prof^ª. Dra. Elenise Faria Scherer – UFAM

Prof^ª. Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos – UEA

Dedico a minha amada família, aos meus pais, Odilon e Lourdes, meu esposo Marcleyson, meu filho Marcos Vinícius, minha irmã Lizziane, agradeço a todos pelo amor que tem por mim, aos meus honrados professores, a todos que me apoiaram, em especial, aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e da minha história!

A equipe do PPGICH, em especial, Prof^a. Dra. Gimima Beatriz, por ter aceitado orientar e ter colaborado com o sucesso deste trabalho.

À minha família pelo incentivo e amor incondicional.

A todos os colegas do Curso de Mestrado.

Aos Servidores e Professores da UEA.

A minha amiga Daniele Simas que me apresentou o edital do Mestrado e acreditou no meu projeto.

A todos os colegas e funcionários da UGPI e UGPE. Aos colaboradores do PROSAMIM em especial, meus chefes e a Equipe SSPS/UGPE.

Aos Especialistas e Consultores do BID.

Aos moradores do Parque Residencial Cajual e Liberdade, que de forma tão solícita e espontânea me ajudaram.

A cidade que existe em nós
tem saudades do futuro.
Existe
uma cidade em nós que aprende a ter voz...
palavra e sentido
Sim: existe uma cidade em nós
uma cidade singular
que se realiza apenas
no plural: Manaos – Manaus.

Aldisio Filgueiras
Manaus as muitas cidades, 1994.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o reassentamento nas áreas de intervenção do Prosamim, sob a perspectiva da Política de Reassentamento Involuntário - OP710, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Buscando destacar aspectos como: organização comunitária, socioambientais e culturais modificadas a partir da nova condição de moradia para verificar a eficiência da aplicação. A metodologia, observação e grupos focais possibilitaram aferir diversos fatores, mas para analisar a eficiência da OP 710 caberia uma averiguação em períodos de tempo maiores. Quanto à execução, registra-se que a principal dificuldade para eficiência da OP 710 é a forma como se dá a implementação. Nas declarações, apresentam-se que os pontos de maior sofrimento psicológico e moral, deram-se por problemas de gestão que comprometeram os objetivos preconizados. Verificando-se uma preocupação para com a reposição de moradia e mitigação de perdas relacionadas ao reassentamento, contudo, aponta-se a necessidade do diálogo e ampliação da participação comunitária. Na perspectiva do programa constatou-se que a marginalidade e a degradação ambiental são maiores ou mais urgentes que aspectos socioculturais, o que leva a necessidade de refletir, pois, as intervenções em Manaus, em sua maioria, são preparadas de uma forma superficial e compulsória. Mesmo quando descrito o cuidado em abrandar os impactos, o resultado será restrito, se aplicado sem de fato proporcionar participação e cidadania.

Palavras Chave: 1. Prosamim; 2. Impacto; 3. Aspectos Sociais.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the resettlement in the areas of intervention of Prosamim, from the perspective of the Involuntary Resettlement Policy - OP710, of the Inter-American Development Bank - IDB. Seeking to highlight aspects such as: community organization, socio-environmental and cultural changes from the new housing condition to verify the efficiency of the application. The methodology, observation and focus groups made it possible to evaluate several factors, but to analyze the efficiency of the OP 710 it would be necessary to check for longer periods of time. However, in terms of execution, it is recorded that the main difficulty for the efficiency of the OP 710 is the way the implementation takes place. In the speeches it is shown that the points of greatest psychological and moral suffering were due to management problems that compromised the objectives recommended. There is concern about the replacement of housing and mitigation of losses related to resettlement, however, it is pointed out the need for dialogue and expansion of community participation. It was verified that in the perspective of the program the marginality and the environmental degradation are bigger or more urgent than socio-cultural aspects what leads to. The need to reflect, therefore, the interventions in Manaus, are mostly prepared in a superficial and compulsory way. Even when describing care in mitigating the impacts, the result will be restricted, if applied without actually providing participation and citizenship.

Keywords: 1. Prosamim; 2. Impact; 3. Social Aspects.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

OP – 710 – Política Operacional de Reassentamento Involuntário

Prosamim – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

UGPI - Unidade de Gerenciamento do Programa de Igarapés

UGPE - Unidade Gestora de Projetos Especiais

SSPS - Subcoordenadoria Setorial de Projetos Sociais

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PPGDA - Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA,

PPG/CASA - Centro de Ciências do Ambiente - Mestrado profissional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

PPGS - Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PPGSCA–Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia

PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /Museu Amazônico

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 - Idade dos grupos | 50 |
| GRÁFICO 2 – Quanto ao gênero..... | 50 |
| GRÁFICO 3 – Naturalidade..... | 50 |
| GRÁFICO 4 Estado Civil | 51 |
| GRÁFICO 5 – Moradores que possuem filhos..... | 51 |
| GRÁFICO 6 – Moradores com nível superior..... | 52 |
| GRÁFICO 7 – Inseridas no Mercado de trabalho | 52 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – Aplicação do Prosamim | 30 |
| QUADRO 2– Outras ações de remanejamento | 31 |
| QUADRO 3 – Informações dos moradores. | 53 |
| QUADRO 4 - Informações dos moradores..... | 54 |
| QUADRO 5 – Grupo Focal | 59 |
| QUADRO 6 - Indicador: Tempo de aplicação do reassentamento..... | 64 |
| QUADRO 7 - Indicador: Padrão mínimo de vida; acesso aos recursos naturais e aos serviços: água potável, infraestrutura comunitária..... | 67 |
| QUADRO 8 - Acesso a Terra; ao título de propriedade, equivalentes aos níveis anteriores. | 72 |
| QUADRO 9 - Recuperação das perdas causadas pelas dificuldades de transição | 77 |
| QUADRO 10 - Perturbação tão limitada quanto possível das suas redes sociais, oportunidade de emprego e produção, acesso aos recursos naturais e instalações públicas..... | 82 |
| QUADRO 11 - Acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social..... | 85 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| MAPA 1- Prosamim nas várias áreas da cidade | 23 |
| MAPA 3 – Área de intervenção do programa - | 48 |
| MAPA 4 - Área de localização fonte | 48 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 6 - Fluxo da Desapropriação | 36 |
| FIGURA 7 – Processo de remanejamento | 43 |
| FIGURA 8 - GF – 01 Liberdade | 58 |
| FIGURA 9 - GF – 02 Cajual..... | 58 |

LISTA DE APÊNDICES

| | |
|---|-----|
| APÊNDICE 1 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - | 106 |
| APÊNDICE 2 ORÇAMENTO..... | 108 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| Capítulo 1 – A cidade e da cultura enquanto um determinante das relações humanas | 21 |
| 1.1 Cidade | 21 |
| 1.2 Manaus | 24 |
| 1.3 Programas de Urbanização | 27 |
| Capítulo 2 – Reassentamento Involuntário: aspectos legais e socioculturais | 34 |
| 2.1 O Remanejamento..... | 34 |
| 2.2 – Política Operacional..... | 37 |
| 2.3 Planos de Reassentamento | 38 |
| 2.3.1 Informações Básicas | 38 |
| 2.3.2 Participação da Comunidade..... | 39 |
| 2.3.4 Compensação e Reabilitação | 40 |
| 2.3.5 Contexto Jurídico e Institucional | 40 |
| Capítulo 03 - Estudo acerca da Intervenção e (re)invenção das relações sociais em áreas de abrangência do Prosamim | 47 |
| 3.1 Tipologia da Pesquisa | 47 |
| 3.1.1 Contexto Geográfico | 47 |
| 3.1.2 Área de Estudo | 49 |
| 3.1.3 Contexto Socioeconômico | 49 |
| 3.2 Planejamento do Grupo Focal..... | 55 |
| 3.2.1 As questões a seguir elencadas foram consideradas no planejamento do GF: | 55 |
| 3.2.2 Indicadores..... | 55 |
| 3.2.3 As decisões fundamentais no processo de planejamento, com base nas abordagens de Morgan (1998), foram as seguintes. | 56 |
| 3.2.4 Recrutamento dos participantes do Grupo de Foco | 57 |
| 3.2.5 Ambiente para a realização do Grupo de Foco | 57 |
| 3.2.6 O Moderador | 58 |
| 3.2.7 O Observador | 58 |
| 3.2.8 A discussão no Grupo de Foco | 59 |
| 3.2.9 O roteiro de entrevista..... | 59 |
| 3.2.10 Grupo Focal | 59 |
| 4 Considerações Finais | 97 |

| | |
|---|--------------------------------------|
| APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS | 101 |
| APÊNDICE 1 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - 2018..... | Erro! Indicador não definido. |
| APÊNDICE 2 - ORÇAMENTO - 2018..... | Erro! Indicador não definido. |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu do desejo de refletir acerca do reassentamento de pessoas, processo conhecido a partir de 12 anos de experiência profissional. Uma atuação ocorrida dentro do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim, a partir de 2006.

Período em que a Unidade de Gerenciamento do Programa de Igarapés – UGPI, responsável pela implementação do Prosamim, concluía a primeira aplicação nos igarapés Quarenta e Cachoeirinha, ambos na zona sul de Manaus. E contratava uma equipe que, dentre os profissionais, havia um Comunicador Social - Relações Públicas - RP, estes trabalhariam na Subcoordenadoria Setorial de Projetos Sociais - SSPS visando à preparação das famílias para o processo de reassentamento. Ao RP caberia à produção do material de comunicação que daria suporte para assistentes sociais, psicólogos, biólogos e demais técnicos, iniciarem a abordagem das famílias para a implantação do Prosamim – BID nos Igarapés: Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, na zona sul de Manaus. Uma intervenção que posteriormente alcançou a continuidade no Igarapé do Quarenta (2009), na mesma zona, e também no Igarapé do São Raimundo (2012) na zona oeste da cidade.

Para isso foi necessário desenvolver todo um material informativo e até mesmo educativo visando tornar possível a compreensão de políticas, planos e projetos para os mais variados perfis e níveis de escolaridade encontrados entre os moradores das áreas afetadas. Era preciso esclarecer do que se tratava a intervenção, como se daria o remanejamento, em que consistia a Política Operacional de Reassentamento Involuntário - OP 710, as soluções de reassentamento oferecidas, os critérios necessários para obtenção e tantas outras abordagens socioambientais necessárias.

Caminhar nesta implantação permitiu observar e participar de muitas histórias de vida das pessoas, que passaram pela intervenção do Prosamim e foram completamente impactadas, neste processo, e aqui, registram-se perdas e ganhos expressivos. Desde a etapa do pré-reassentamento, em que estar com as pessoas e observar a forma de vida, possibilitou vivenciar a sensação de andar numa passarela de madeira apodrecida, que necessitava de um andar firme, porém, na medida certa, para que o caminhante não caísse ou a derrubasse; entrar em casas tombando no período de seca e em risco iminente de se perder na cheia do igarapé, as marombas, na orla da Glória e São Raimundo nas grandes cheias de 2009 e 2012, a agonia de ver a água subindo e com ela o lixo e os demais dejetos, que se acumulavam pela falta de saneamento, o odor, os ratos, a insegurança com a chuva e a fragilidade das casas. Tais situações preocupavam

a equipe que procurava buscar caminhos e respostas para o atendimento as famílias que apesar de estarem na capital não dispunham de documentação mínima, nem pessoal, muito menos de propriedade. O diálogo com elas sobre indenizações, moradias, abria caminho para discussões, conflitos e dores familiares inúmeras e únicas.

O reconhecimento das áreas nas visitas domiciliares, realmente, remetia as características amazônicas e ribeirinhas, porém, o que reportava a beleza das áreas de floresta, várzea e igapós, no contexto de cidade, tinha se perdido na poluição, na degradação, na exclusão social, na invisibilidade em que estas áreas e pessoas estavam submetidas. Os igarapés estavam no centro da cidade, entretanto invisíveis, cobertos por casas, becos, passarelas, tornando-se nada mais que esgoto a céu aberto. Santos, registra inclusive que:

Os moradores das margens dos cursos d'água não as ocupam pela relação que tem com as águas do rio, principalmente para o imigrante amazônico. Estes habitantes são obrigados pelas condições materiais a permanecer nesses lugares, pois o lugar não é o mesmo, nem os homens são os mesmos (SANTOS, 2003, p. 116).

O processo de reassentamento para muitas famílias era e foi a única forma de obtenção de uma moradia de interesse especial, de acesso a política de habitação social, no entanto, as ações urbanísticas não alcançavam apenas as famílias que residiam em situação de vulnerabilidade, mas todos que estavam na envoltória de intervenção de obras, e neste caso a desapropriação foi compulsória.

No processo de reassentamento, o dia da mudança era um dia singular, em que se notava um misto de tristeza e alegria. A casa nova trazia a possibilidade de vencer o medo da chuva, da cheia, do desabamento. Mas na casa antiga ficava a saudade das relações, do ritmo de vida em que a adversidade trazia uma relação de amizade e laços fortes entre vizinhos. Ficava também o resultado do trabalho e do esforço inimaginável que uma pessoa ou uma família precisa superar para viver por anos, naquelas condições.

Na nova moradia tudo era estranho, a casa, o vizinho, as coisas não combinavam muito e, em alguns casos, o odor da poluição ainda estava impregnado, no colchão ou no sofá. O cachorro, o barulho, o som de gostos tão diferentes, o ritmo de vida, tudo mudava, a mudança doía e tudo parecia difícil, por que as pessoas não se reconheciam naquele novo local.

Este processo pôde ser vivenciado, no Prosamim, por meio de uma equipe que tem como finalidade, apoiar para diminuir este impacto, considerando o mesmo, segundo a definição de Canter (1977), que define o impacto ambiental como qualquer alteração no sistema ambiental,

físico, químico, biológico, cultural e socioeconômico que possa ser atribuído às atividades humanas, relativa às alternativas em estudo para satisfazer as necessidades de um projeto.

As ações socioambientais visavam de inúmeras formas, possibilitar a melhoria de renda, o aumento da escolaridade, apoiar na adaptação nesta nova habitação, impedir que o patrimônio material adquirido com a moradia se perdesse em virtude das outras vulnerabilidades, que não se resolviam com a mudança de endereço e, logo, outro igarapé estivesse novamente ocupado.

Assim, o Prosamim – BID atuou, no período de 2006 a 2015, quando houve uma reestruturação administrativa no Estado e todos os programas denominados Prosamim, de diversos financiadores, tornaram-se gerenciados pelo mesmo órgão, a Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE que, neste momento, possibilitou não somente conhecer, mas trabalhar em diferentes formas de aplicação do Prosamim e assim conhecer a intervenção prevista para quatro igarapés sendo: o igarapé do SESC, localizado no bairro Alvorada, Igarapé São Sebastião, no bairro de Petrópolis, Igarapé Bindá, no bairro da União, e Igarapé do Sharp, no bairro Armando Mendes.

Nos igarapés São Sebastião, Bindá e Sharp, por meio de um decreto governamental, as soluções de reposição de moradia, Bônus e Cheque Moradia, que consistiam em indenizações assistidas, visando apoio e condições para reposição de moradia, foram canceladas, restando apenas a desapropriação para fins de utilidade pública.

As casas das famílias que residiam na envoltória de intervenção de obras foram avaliadas e conforme os valores do laudo de engenharia deveriam ser indenizadas, mas por se tratar de palafitas, eram valores baixos que possibilitavam as mesmas, nada mais, que a reposição das condições originais em outro igarapé, porém, com o total rompimento da malha social existente o que agravaria o dano social e ambiental destas ocupações.

Cabe registrar que a Defensoria Pública, por meio da Ação Civil Pública de nº. 0625460-90.2016.8.04.0001, e o Ministério Público intervieram em favor dos moradores do igarapé Bindá. Interferência que poderia se estender para os igarapés Sharp e São Sebastião, uma vez que a desapropriação proposta era a mesma. As obras foram paralisadas, o modelo foi revisto, pois, enquanto o Estado não dispusesse de uma solução de reposição de moradia para famílias de baixa renda, a continuidade das intervenções estava impossibilitada, causando atraso na interferência, a ponto de perder o contrato de empréstimo, mesmo tendo alcançado em juízo o direito de executar a desapropriação sem a reposição de moradia garantida.

Por questões como estas, o tema Prosamim traz uma complexidade expressiva e base para discussão de inúmeros temas humanos e socioambientais como fizeram pesquisadores e

programas do Estado do Amazonas tais como: o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFAM, Direito Ambiental da UEA, do Centro de Ciências do Ambiente - Mestrado Profissional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPG/CASA da UFAM, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS- UFAM, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da UFAM, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) /Museu Amazônico da UFAM, entre outros.

Instituições que analisaram, discutiram, avaliaram e aprofundaram temas como: os impactos ambientais e a efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável; a globalização e a política urbana a partir das agências multilaterais; o acesso ao saneamento urbano, os desafios da universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário; os impactos arquitetônicos e urbanísticos na paisagem de Manaus; estudos etnográficos a partir da construção de uma nova “etiqueta urbana”; a participação popular e a transversalidade das políticas públicas, em especial no saneamento ambiental.

Para esta pesquisa foi proposta uma análise mais específica de um processo que perpassa e é motivador da maioria destes aspectos, o reassentamento de pessoas. Processo que ultrapassa e impacta antes, durante e depois de toda e qualquer intervenção urbana que exija deslocamento de populações. É importante observar a diferença entre as definições remanejamento ou relocação de pessoas e reassentamento, pois estas conceituam e caracterizam as estratégias de compensação e/ou mitigação dos impactos. Na aplicação proposta pelo Ministério da Integração Nacional descreve:

REMANEJAMENTO OU RELOCAÇÃO DE POPULAÇÕES é o processo de retirada da população residente na faixa de obras do empreendimento para novas áreas, ou para áreas remanescentes das propriedades afetadas. Quando existe a identificação da vontade de mudança da população com a necessidade da intervenção, governamental ou privada, o deslocamento é considerado "voluntário" e, caso não ocorra o deslocamento é "involuntário". E o REASSENTAMENTO: é o processo de deslocamento de grupos populacionais, visando minimizar os efeitos negativos da realocação, garantindo uma nova base produtiva e/ou melhores condições de vida ou, no mínimo, similares às atuais, no que se refere à: habitação, organização social, condições ambientais e organização econômica. (MIN- 2016)

Registra-se que o Governo do Estado do Amazonas recorre desde 2003, a financiamentos internacionais, visando ações em áreas e problemáticas que demandam remoção de famílias para aplicação dessas obras. Intervenções como o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, são

exemplos de iniciativas propostas a atuar na área de interferência e que aplicaram a Política de Reassentamento Involuntário – OP 710, trazendo em si premissas que buscam resguardar o direito e mitigar o impacto negativo do reassentamento involuntário. Portanto, a técnica de pesquisa visava e permitiu a análise dos indicadores da Política de Reassentamento Involuntário - OP710, que foram aplicados em estudos, planos e projetos implementados, buscando verificar o nível de alcance e os resultados efetivos da aplicação.

Tendo em vista as soluções de atendimento, seja para reposição de moradia ou compensação financeira, ofertadas à população, cada uma expressa uma situação de perda e de reposição que abrange não somente o aspecto patrimonial, mas também o processo do indivíduo e da família. As intervenções aplicadas em Manaus já estão em fase avançada e somam mais de 10 anos de operação, com aproximadamente 16.000 famílias. que passaram pelo processo de reassentamento em intervenções do Estado, o que nos possibilita analisar não somente a proposta de execução, mas também os resultados efetivos quanto à aplicação da Política de Reassentamento Involuntário - OP710.

Por este motivo, o objetivo desta pesquisa é analisar o processo de reassentamento das famílias que residiam nas áreas de intervenção do Prosamim sob a perspectiva do que objetiva a Política de Reassentamento Involuntário - OP710. Tendo como objetivos específicos: i) Analisar como ocorre o processo de organização comunitária no espaço criado a partir da construção de parques residenciais; ii) levantar aspectos socioambientais e culturais existentes nas áreas do imóvel de origem e reproduzidos ou não, no local de destino a partir das premissas da OP710 e iii) pontuar aspectos socioambientais e culturais modificados a partir da nova condição de moradia e ocupação do solo urbano para fins de verificar a eficiência na aplicação da OP710.

O aspecto em observação versou pela interferência do Estado e o processo de organização e desenvolvimento comunitário após a aplicação de programas que demandam reassentamento involuntário de famílias. Pontuando problemáticas e discussões a partir dos seguintes questionamentos: Qual a mudança na vida das pessoas a partir do reassentamento em parques residenciais? Como nasce a organização comunitária no espaço criado? O Estado pode influenciar até que ponto?

Do ponto de vista da moradia, nestas intervenções utilizam-se diferentes soluções de reassentamento de caráter indenizatório e de reposição de moradia por meio de permuta, na qual, cada uma expressa a situação de perda e de reposição que abrange questões como: a história de vida, o dia a dia estruturado a partir daquele local, identidade e a forma de relação com o mundo que se desenham neste cenário.

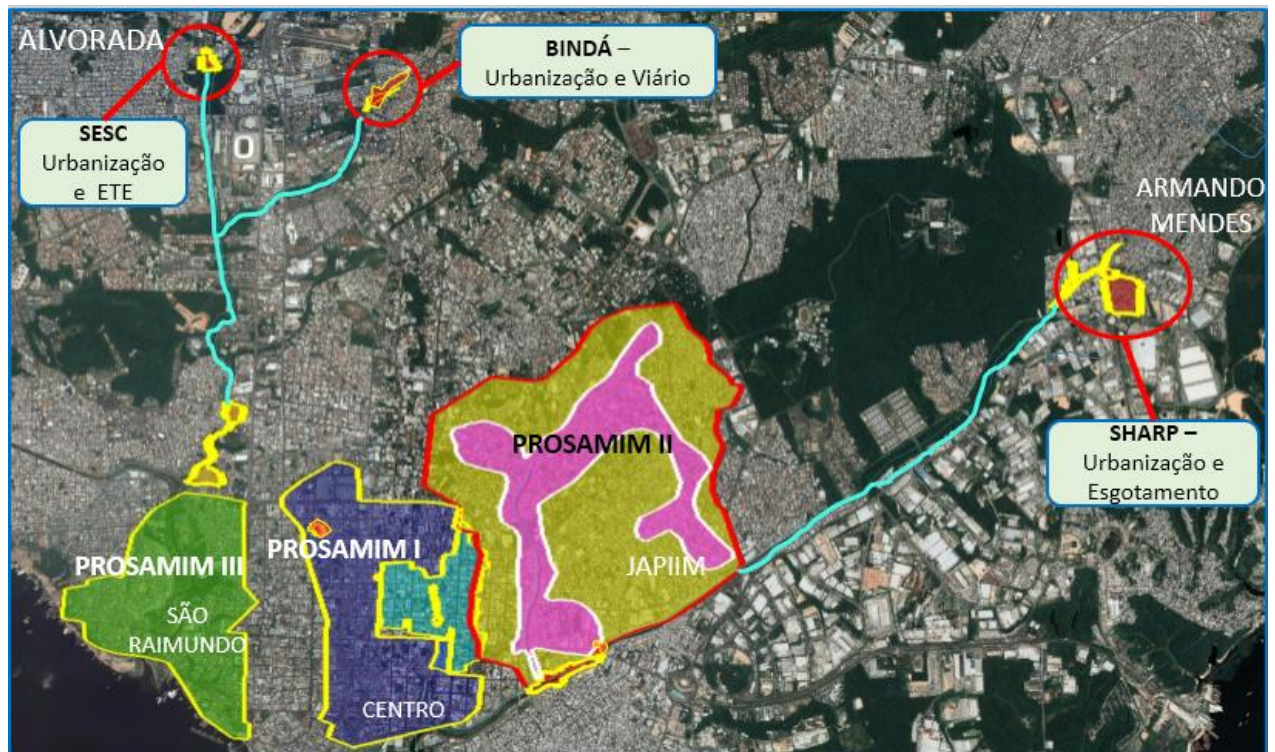
Para Silva, o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido as práticas e relações sociais definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído”. (SILVA, 2014, p.14)

Cabendo olhar, no contexto de cidade, para o expressivo fenômeno das migrações que “tem impactos tanto sobre o país de origem quanto sobre o país de destino” (SILVA, 2014, p.22), afinal “a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades” (SILVA, 2014, p.22), aspectos observados no cenário amazônico e em especial, na cidade de Manaus.

Segundo Oliveira 2003, a integração no lugar de destino, para o migrante, implica a um processo de reconstrução de vida, ou seja, o deslocamento acarreta uma série de mudanças que são experimentadas no cotidiano, desencadeando representações que expressam as formas de auto representação e representação dos outros e da sociabilidade no lugar social onde estão inseridos, pois na produção de suas condições materiais de vida não há somente objetividade, há também uma trama de significados, produção de sinais, expressão concreta de subjetividade, sem estar desvinculado da história e do lugar social. (2003, p. 19)

Tendo em vista o contexto, a complexidade dos indicadores e os objetivos desta pesquisa, o método usado foi o de pesquisa qualitativa, aplicando-se a técnica de grupo de foco e dados quantitativos. Buscou-se obter dados e resultados que possibilitassem tecer considerações a partir dos seguintes questionamentos: Quais os parâmetros? Quais regras são possíveis? O que deve ser considerado em intervenções desta natureza?

Corroborar a estes objetivos o fato de várias áreas da cidade terem recebido o Prosamim, em alguma de suas fases. Verifica-se no Mapa 1- Prosamim nas várias áreas da cidade, abaixo demonstrado, que o programa está implantado em execução, nas Bacias do Educandos e São Raimundo, com obras de urbanização e saneamento como a implantação da rede coletora de esgoto, demonstrada nas manchas rosa, azul e verde do mapa. E já alcança a Bacia do Mindu, em fase preparatória, atuando com obras de urbanização nas margens do Igarapé Sesc, no bairro Alvorada, preparação para o reassentamento nos igarapés São Sebastião, no bairro Petrópolis, e Bindá, no bairro da União, retornando a Bacia do Educandos, no Igarapé da Sharp, no bairro Armando Mendes.



MAPA 1- Prosamim nas várias áreas da cidade – Fonte: UGPE 2015.

Quanto à metodologia, para aplicação do estudo proposto, utilizou-se a Observação Simples, destacando-se Gil (2006), que enfatiza que o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos ocorridos. Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea e informal, coloca-se num plano científico. Utilizou-se também a pesquisa exploratória, em que se buscou conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir e procurou-se entender o fenômeno em particular.

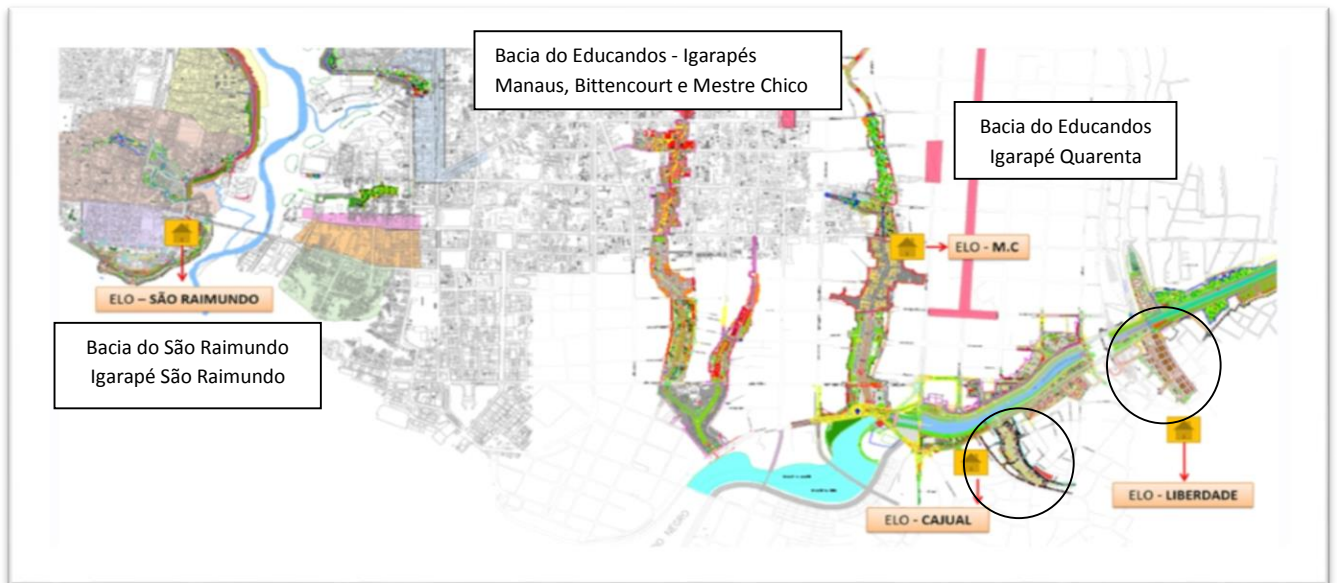
Gil (2002, p.41) coloca que,

A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador maior familiaridade com a problemática levantada, o que pode facilitar na criação de hipóteses. A pesquisa descritiva visa à descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, e, ainda, o estabelecimento de variáveis.

O lócus da pesquisa se deu em 02 (dois) dos 09 (nove) parques residenciais entregues pelo Prosamim- BID, denominados Cajual e Liberdade, estes foram escolhidos por possuírem semelhança nas seguintes características: localização na mesma bacia e igarapé (Educandos e Quarenta), nos bairros Morro da Liberdade e Santa Luzia, número de unidades (210 e 216, respectivamente), tempo de ocupação (04 anos) e existência de um escritório local de acompanhamento social denominado Escritório Local de Sustentabilidade e Gestão Compartilhada (Elo).

Queiroz 2006, registra que uma unidade espacial comum para estudar a relação entre população e ambiente tem sido a bacia hidrográfica. Segundo a autora, essa é uma das mais adequadas possibilidades metodológicas, tendo em vista que permite a agregação em diversos níveis espaciais da bacia, sub-bacia e microbacia (QUEIROZ, 2006)

Desta forma apresenta-se abaixo o Mapa 2 - Localização das áreas em estudo.



Mapa 2 – Localização das áreas em estudo. (Fonte - UGPE 2017).

O Mapa 2 demonstra um panorama geral das aplicações de obras do Prosamim – BID, na área central, alcançando as zonas sul e oeste da cidade, na Bacia do Educandos à direita e Bacia do São Raimundo a esquerda, ambas com a construção de conjuntos residenciais, estando marcados com o círculo os residenciais dos quais os moradores participaram da pesquisa.

Em complemento a observação simples, a observação participante também foi utilizada na fase exploratória, pois, por meio da observação dos fenômenos ocorridos no cotidiano dos participantes, vários registros podem ser pontuados. A observação participante oportuniza maior conhecimento e compreensão do comportamento social, assim como, os fenômenos em si relacionados.

Este método se constitui como ferramenta importante para colher dados, com a possibilidade de maior interação entre o pesquisador e os sujeitos a serem pesquisados. “Mesmo que não estruturado, a observação participante requer planejamento das ações a serem executadas, assim como conhecimento prévio do campo de pesquisa e registros de comportamentos, eventos e atividades” (MALINOWSKI, 1975, p. 55).

Desta forma, o cronograma de atividades de pesquisa foi proposto para uma execução em 24 meses, conduzido a partir da formatação oportunizada pelo programa de Pós – Graduação e também disponibilizada pelas famílias e Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE.

Para maior detalhamento e qualificação das informações foram realizados 02 (dois) Grupos Focais, procedimento que Morgan (1998) define como uma técnica de pesquisa que coleta dados, por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Podendo ser caracterizado também, como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (MORGAN 1998).

Nesta pesquisa, foram realizados 02 (dois) grupos focais com a participação de 17 (dezessete) moradores oriundos dos Igarapés: Quarenta, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico, que foram remanejados para as Unidades Habitacionais dos Parques Residenciais Cajual e Liberdade, já mencionados.

Os dados foram interpretados e sistematizados obedecendo às etapas: Pré-análise, descrição analítica e a interpretação referencial. Com relação a essas etapas, na pré-análise é momento em que o pesquisador organiza o material, escolhe os documentos a serem analisados, formula as hipóteses ou questões norteadoras e elabora indicadores. A fase seguinte diz respeito à codificação em que as unidades de análise são agrupadas e a última fase é a interpretação dos dados se reportando aos referenciais teóricos pertinentes à investigação, pois esses possibilitam o embasamento para o estudo e a interpretação.

Assim, a referida dissertação está estruturada da seguinte forma: no capítulo 01, a pesquisa no contexto da cidade de Manaus, trazendo aspectos relativos as cidades de modo geral, a cidade de Manaus e as interferências de programas de urbanização em sua área mais central; no capítulo 02, apresenta-se o conceito geral do Prosamim, suas aplicações e financiadores, pontua-se os aspectos relacionados a forma remanejamento de pessoas no Brasil e no Estado do Amazonas, a legislação nacional e a Política Operacional OP 710; no capítulo 03, apresenta-se a aplicação da pesquisa e os resultados alcançados e considerações finais.

Na bibliografia de apoio, são expostas reflexões de autores como, Ermínia Maricato, Milton Santos, Sandra Pesavento e Jose Aldemir de Oliveira; documentos oficiais da Unidade Gestora do Programa; pesquisas específicas sobre o tema, que descrevem, discutem e analisam as consequências do processo de globalização, urbanização e crescimentos das cidades.

CAPITULO 1 – A CIDADE E DA CULTURA ENQUANTO UM DETERMINANTE DAS RELAÇÕES HUMANAS

1.1 CIDADE

O cenário urbano desta pesquisa traz ao seu objeto complexidade e interdisciplinaridade, tendo em vista a gama de temas que permeiam uma análise que se propõe a estudar o reassentamento de pessoas na cidade de Manaus, num contexto que executa a implantação de um programa socioambiental, que relaciona temas diversos e, em alguns casos, conflitantes como a implantação de políticas públicas e seus desdobramentos em questões relacionadas à: moradia, saneamento básico, mobilidade urbana; meio ambiente, gestão de recursos naturais, resíduos e poluição entre outros aspectos conexos. Para Henry Lefebvre (1991, p. 103):

a cidade não é produto só da organização do capital e seu respectivo reflexo no espaço urbano, mas a cidade é também um produto cultural, que não deve ser relegado somente ao plano da concepção do capitalismo, que estrutura os espaços urbanos em função do seu modo de produção.

Importante pontuar que a cidade sofre influências e expressa direitos. Para o autor, “O direito à cidade é o direito à vida urbana que não é construída unicamente pelo capital (LEFEBVRE, 1991, p. 117), mas também por todos aqueles que moram na cidade, e que deixam nela as suas marcas”.

Pesavento (2002) acrescenta, a cidade é objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, e compõem ou se contradizem, sem por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros... Sendo a cidade, por excelência, “o lugar do homem”, ela se presta a multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.

Essa cidade moderna é fragmentária demais, está cheia de contrastes e conflitos: conseqüentemente, ela tem muitas faces, não uma única apenas”. E acrescenta, “É a própria condição de abertura que torna nossa cidade de conflitos tão convidativa e atraente para sua crescente multidão de habitantes. (RYKWERT, 2004, p. 08)

Tais aspectos trazem a este objeto a característica de sujeito, na medida em que observa a relação de diversos agentes sociais e públicos que atuam de forma vivencial e transformadora da realidade nas cidades com impactos bastante diferenciados. Para Harvey (2006, p. 144-147), a cidade é resultado de uma concepção dominante, onde se trava uma luta constante pelo uso do

solo entre aqueles que detêm o capital e os despossuídos, os quais se encontram em posição de desvantagem econômica na disputa pelo domínio do solo urbano. Nessa relação, que envolve interesses distintos, o uso do solo urbano, não só determina a paisagem da cidade, como também o lugar reservado aos ricos e aos pobres no espaço.

Assim, as intervenções urbanísticas nas capitais brasileiras geram muitas transformações ao longo de sua preparação, execução e pós-execução, principalmente, para população diretamente afetada pelas obras. Na maior parte das cidades, e em Manaus não é diferente, encontra-se um cenário de ocupação densa, precária e ilegal. Maricato chama atenção que grande parte das áreas urbanas de proteção ambiental está ameaçada pela ocupação com uso habitacional pobre, por absoluta falta de alternativas (Maricato, 1996)

A autora aponta ainda que a população que se instala em áreas de risco não compromete apenas os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água. Mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos torna inviável ou extremamente cara a urbanização futura. Um cenário frequente resultante dessa dinâmica de ocupação ilegal de áreas. (Maricato, 1996).

Maricato pontua ainda que a sociedade brasileira protelou longamente as providências para o enfrentamento dos problemas urbanos, dos quais a questão fundiária/imobiliária é central, mas não a única. O novo século se inicia sem que o Brasil, Estado e sociedade apresentem políticas sociais para as cidades minimamente eficazes para conflitos que passaram a adquirir dimensões gigantescas. (Maricato, 1996).

Segundo a autora, as cidades apresentam padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, que convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. (Maricato, 1996).

Neste contexto, as proposições governamentais geram consequências significativas e uma delas é o remanejamento das populações que se encontram residindo e/ou trabalhando nas áreas de intervenção. Um processo extremamente conflituoso em virtude das diferentes relações das pessoas com o lugar em que residem.

Harvey (2006, p. 143) acrescenta ainda:

Uma vez que as pessoas estejam localizadas em uma determinada área da cidade, existe uma tendência a opor-se às transferências para outros lugares, justamente porque as pessoas procuram se estabelecer naqueles locais que lhe sejam o mais favorável possível, principalmente em áreas próximas à oferta de emprego e de outros bens e serviços.

O reassentamento gera dor e transtornos em virtude da quebra das redes de apoio social. Segundo Azevedo, o lugar não é mera obra da relação indivíduo com o espaço geográfico, mas uma construção que se estabelece através de relações sociais. Nessa perspectiva, a noção de lugar construída pelos moradores do igarapé não tem o mesmo conteúdo da noção elaborada pelo Poder Público. (Azevedo, p.104, 2008)

Para o Poder Público, com base no Decreto-Lei nº 3.665 de 21 de junho de 1941, as áreas são decretadas de utilidade pública para fins de desapropriação e, assim, ficam próprias para o processo de remoção dos imóveis e famílias, o remanejamento. O embasamento parte de que interesse coletivo sobrepõe ao particular.

Azevedo acrescenta, inclusive, características de importantes instrumentos como o Estatuto das Cidades e o Plano Diretor da cidade de Manaus. O Estatuto da Cidade é caracterizado por quatro dimensões: é um novo marco legal e conceitual sobre a cidade, com elementos para interpretação sobre a função social da cidade e propriedade urbana; regulamenta e cria novos instrumentos, que colocam os municípios como responsáveis pela promoção da política urbana com o fim de se efetivar o direito à cidade; propõe processos para a gestão democrática da cidade e identifica estratégias e instrumentos de regularização de assentamentos informais em áreas públicas e privadas. (Azevedo, p. 35, 2008)

Segundo o mesmo autor, o Plano Diretor de Manaus, a partir da Lei nº 671, de 04 de novembro de 2002, tem como princípios: o desenvolvimento urbano e ambiental da cidade de forma a garantir que seja promovida a qualidade de vida e do ambiente; a valorização cultural da cidade e de seus costumes e tradições; o aprimoramento da atuação do Poder Executivo sobre os espaços da cidade, mediante a utilização de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo; a articulação das ações de desenvolvimento no contexto regional; a inclusão social através da ampliação do acesso à terra e da utilização de mecanismos de redistribuição da renda urbana; o fortalecimento do Poder Executivo na condução de planos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento de Manaus, mediante a articulação com os demais entes de governo e a parceria com os agentes econômicos e comunitários; a gestão democrática, participativa e

descentralizada da cidade; a integração entre os órgãos, entidades e conselhos municipais, visando à atuação coordenada no cumprimento das estratégias fixadas no Plano Diretor e na execução dos planos, programas e projetos a ele suplementados (Azevedo, p.38 2008)

Esses princípios incorporados ao Plano Diretor é resultado de consensos construídos em nível internacional a respeito da sustentabilidade, tendo a Agenda 21, que se trata de um instrumento de planejamento proposto pela ONU a partir da Conferencia realizada, no Rio de Janeiro em 1992, denominada ECO92, um planejamento voltado para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica como uma das bases norteadoras (Oliveira, 2001, p. 194-198), a partir da qual se elaborou o documento “Cidades Sustentáveis” produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), documentos que refletem em muitos casos exigências das agências multilaterais.

1.2 MANAUS

A cidade de Manaus, capital do Amazonas, o maior estado brasileiro, está situada a margem esquerda do Rio Negro, banhada por 05 (cinco) principais bacias hidrográficas: Educandos, São Raimundo, Mindu, Tarumã-Açu e Puraquequara (ANA 2010), conforme demonstrado na Figura 1. E com uma configuração entrecortada por pequenos braços de rio, chamados igarapés, conforme demonstrado na Figura 2. Ambos demonstram particularidades da cidade de Manaus e para a pesquisa nos detemos, principalmente, nas Bacias Educandos e São Raimundo, tendo em vista terem sido áreas de aplicação do Prosamim – BID, tendo características socioculturais e históricas consolidadas, no que diz respeito ao processo de ocupação das margens dos igarapés e a relação dessa forma de moradia com o contexto dos bairros e da cidade, por se configurarem como as ocupações mais antigas e mais densamente povoadas.

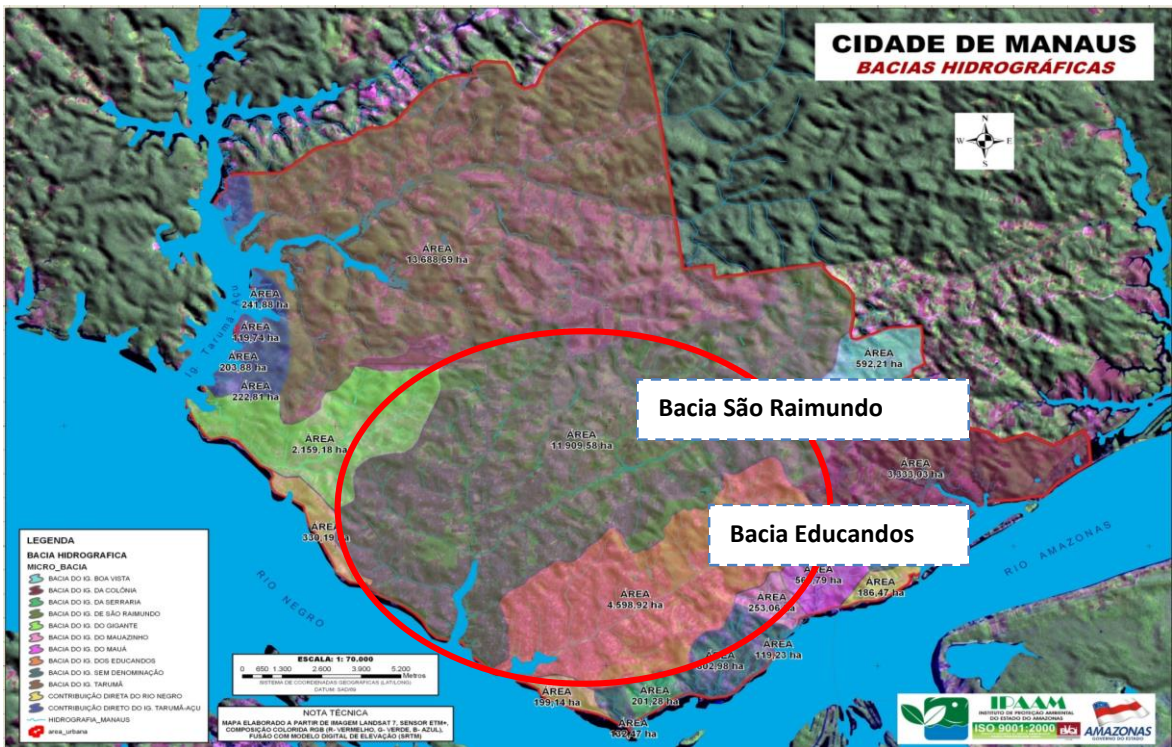


FIGURA 1 - Bacias hidrográficas da cidade Manaus IPAAM 2006



FIGURA 2 - Malha hidrográfica da cidade de Manaus – IPAAM 2006

Estes cursos d'água, tão presentes na vida dos moradores desta cidade, foram os mais impactados pelo conjunto de problemas urbanos, próprios de um processo de crescimento rápido e desordenado, ao longo da história de Manaus.

Segundo Normando (2014), “Manaus é uma cidade que cresce de forma desordenada causando um contínuo processo de invasões ou ocupações irregulares. O déficit de emprego e moradia é muito alto”.

De acordo com Dias (2007, p.18). “[...] Manaus sofreu seu primeiro grande surto de urbanização, graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia do látex”. Em décadas mais recentes com a criação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial, a partir de 1961, a cidade foi tomada novamente por uma grande onda imigratória.

“Tal processo traz consigo uma denotação de modernização que ao ser pensada no contexto da cidade pode ser bastante discutida, de acordo com Pinheiro (2003, p. 71)” e “Mesquita (2009, p 374.), a modernidade em Manaus fazia-se sobre os escombros do que era percebido como antigo e atrasado, tais como os hábitos e as tradições populares”.

Segundo Mesquita, em pesquisa sobre o processo de reforma urbana de Manaus dos anos 1890-1900, indica que alguns deles faziam isso por acreditar que a imagem da cidade demonstrava a civilização de sua população. E se mostravam, muitas vezes, insatisfeitos diante dos traços culturais locais, pouco refinados, em comparação ao modelo europeu de modernidade desejado. Daí a intensificação das obras públicas na cidade, visando sua reconstrução e embelezamento, com o apoio da sociedade. (Mesquita, 2009)

Pontua-se estes aspectos históricos por serem contextualizadores da realidade na qual a infraestrutura é proposta e empregada sempre após o uso e a ocupação por parte da população, tornando Manaus mais uma obra de improvisação do homem, nascida sob o fluxo de forças que não revelam noção de significado, uma aventura e uma improvisação que continua no tempo, sem uma tendência orientadora e disciplinada. (VALLE, 1999, p. 31).

Hoje, Manaus concentra mais da metade da população e gera cerca de 90% do Produto Interno Bruto – PIB do Estado, devendo parte deste poder econômico ao funcionamento do Pólo Industrial de Manaus – PIM, por meio da Zona Franca.

Em virtude do rápido processo de urbanização, a cidade teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, passando de 300 mil para mais de 2 milhões de habitantes, um ritmo intenso de crescimento vegetativo com pessoas que migraram tanto do interior do Estado como de outras regiões do País. (IBGE 2016)

Neste período, novamente, a cidade não conseguiu atender e integrar essa nova demanda populacional à sua infraestrutura. O adensamento e crescimento da mancha de palafitas e ocupações subnormais na calha e margem dos igarapés ocorreu concomitantemente à ocupação na porção norte da Bacia dos Educandos e na consolidação dos bairros residenciais em zonas. (QUEIROZ, 2010).

Por falta de opção de habitação, devido à ausência de infraestrutura e planejamento urbano, necessários para receber os novos habitantes, a cidade de Manaus presenciou a construção das primeiras palafitas, seguindo o exemplo das habitações interioranas, às margens do Rio Negro. (QUEIROZ, 2010).

A falência do interior do Estado continuou alimentando, de forma lenta e gradual, o aumento populacional de Manaus. A perda de sua principal fonte geradora de renda, no contexto do ciclo da borracha, contribuiu para redução de oferta de oportunidades de emprego aos migrantes. Uma nova ocupação se destacou, dessa vez sobre o rio Negro, em forma de casas flutuantes, localizadas na foz do igarapé do Educandos e se espalhando até as imediações do Mercado Municipal.

A ocupação dos flutuantes penetrou o igarapé do Educandos e ganhou as margens do mesmo, na forma de novas palafitas, transformando-se em um verdadeiro filão habitacional sem nenhum controle das autoridades. Mesmo com a remoção dos flutuantes no início da década de 70, o vetor de ocupação dos igarapés da Bacia do Educandos já havia sido deflagrado.

1.3 PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO

Segundo Oliveira, o espaço da moradia produz dialeticamente a fragmentação e a articulação da cidade, em que se aproximam e se afastam contradições entre ricos e pobres. Manaus apresenta grande contingente populacional residindo em áreas inadequadas, igarapés, encostas, em moradias precárias e com acesso impróprio aos serviços urbanos. A importância de se entender a cidade de Manaus, a partir da produção da moradia, é que ela possibilita unificar os vários campos de análise urbana, especialmente quando se observa que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial. Por fim, que as moradias precárias na cidade não são apenas manifestações das diferenças. Mais que isso, são toleradas e se proliferam. (OLIVEIRA, 2003)

As bacias hidrográficas que mais sofreram intervenções de urbanização no ciclo econômico da Borracha e do Pólo Industrial de Manaus – PIM, do mesmo modo que os programas como o Prosamim foram: Educandos, São Raimundo e Mindu. Nesta primeira, a mais

densamente povoada, vivem cerca de 580 mil habitantes ocupando a área mais antiga e central da cidade. (RIMA, 2004).

O Rio Negro constitui o escoadouro final destes cursos de água que atravessam a cidade. O regime do Rio Negro apresenta dois períodos: o de cheias, que ocorre no período de janeiro a junho, em época de chuva, e o de seca, no período de julho a dezembro. Nos períodos de cheia, o Rio Negro invade as moradias situadas à jusante dos igarapés e nas estiagens deixa-as livre (RIMA, 2004).

Em resumo, as margens e leitos dos igarapés, ao longo do processo de urbanização da cidade, especialmente a partir da década de 60, com o avanço e consolidação da Zona Franca, foram ocupados por famílias de baixa renda. Tornando-se um grande problema socioambiental para Manaus e um amplo desafio para o Poder Público.

Segundo Queiroz, “os igarapés são considerados área sem valor imobiliário, ocupados há décadas pela população excluída, que outrora encontravam fonte de água para abastecimento, lazer, via de transporte e também um local para habitar, tornaram-se grandes bolsões de pobreza encravados na área central da cidade”. (Queiroz, 2010).



FIGURA 3 - Igarapé do Quarenta Fonte: UGPI 2005



FIGURA 4 – Bacia do Educandos Fonte: UGPI 2005

Segundo Freitas, et al (2010, p. 02) “a existência dos igarapés na área urbana da cidade tem apresentado sérios problemas pela falta de conservação dos recursos hídricos, degradados pela ocupação humana ao longo de suas margens e pela poluição doméstica e industrial em suas águas”.

Os igarapés com alto índice de ocupação de suas margens e leitos apresentam ainda problemas como: assoreamento; despejo inadequado de lixo; falta de saneamento básico; risco de desabamento e famílias desabrigadas; de alagamentos no período de chuva e novas ocupações no período de vazante; moradias insalubres; deficiência de infraestrutura urbana como acessibilidade e segurança, risco de doenças e perda dos recursos naturais. (RIMA, 2004).

Neste contexto, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim surgiu em 2003, como uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, que se tornou, na última década, uma política de governo para intervenção nos igarapés da cidade, que busca tratar problemáticas sociais, ambientais e urbanas dos igarapés da cidade.

A ocupação das margens e leitos começou com famílias utilizando-o como balneário. Em seguida ocorreram as ocupações para moradia. Os traços gerais do Prosamim para essas regiões buscavam-se como metas: recuperar a função de drenagem do igarapé; realizar reordenamento urbano; reassentar famílias; utilizar os espaços recuperados para o uso público e a melhoria da circulação viária entre o Centro e a Zona Sul. (Queiroz, 2010 p. 55).

Iniciado em 2003, o Prosamim realizou intervenções emergenciais, com recursos próprios do Estado, nos igarapés Quarenta e Cachoeirinha. Ações de remanejamento e obras tornadas contrapartida nas negociações que culminaram no Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e, a partir de 2006, a execução.

Desde então, já são 04 (quatro) contratos de financiamento: 1692 OCBR (Prosamim I), 2165 OCBR (Prosamim Suplementar ao Prosamim I), 2006 OCBR (Prosamim II) e 2676 OCBR (Prosamim III). (UGPE, 2016), tendo a operacionalização das ações e gestão dos recursos administrados, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa dos Igarapés – UGPI, vinculada diretamente ao Gabinete Civil. Em 2015, responsabilidade foi assumida pela Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM. (UGPE, 2016).

No quadro abaixo, apresenta-se de forma geral as áreas de alcance e o quantitativo do remanejamento aplicados na cidade pelo Prosamim.

QUADRO 1 – Aplicação do Prosamim

| PROGRAMA | IGARAPÉS | FONTES DOS RECURSOS | INÍCIO DA INTERVENÇÃO | QUANTIDADE DE REMANEJAMENTOS EXECUTADOS |
|------------------------------|---|---|-----------------------|---|
| Prosamim – Governo do Estado | Quarenta (Manaus moderna até a rua Maués) e Cachoeirinha | Próprios do Tesouro Estadual. | 2003 | 3.574 |
| Prosamim I/suplementar – BID | Manaus, Bittencourt e Mestre Chico | Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID | 2006 | 4.823 |
| Prosamim II – BID | Quarenta – trecho entre as ruas Maués e General Rodrigo Otávio | Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID | 2009 | 2.633 |
| Prosamim III – BID | Bacia do São Raimundo – igarapé do São Raimundo – trecho que perpassa pelos bairros: Aparecida, Centro, Glória, Presidente Vargas e São Raimundo. | Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID | 2012 | 4.443 |
| | | | Total | 15.473 |

Fonte - UGPE 2018

Em paralelo, sob a administração da Secretaria Estadual de Infraestrutura do Amazonas - Seinfra, outras intervenções denominadas Prosamim foram executadas, com ações de remanejamento de pessoas e obras semelhantes, como apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 2– Outras ações de remanejamento

| PROGRAMA | IGARAPÉS | FONTES DOS RECURSOS | INÍCIO DA INTERVENÇÃO | QUANTIDADE DE REMANEJAMENTOS PREVISTOS |
|---------------------------|---|------------------------------------|-----------------------|--|
| Prosamim – Caixa | Sapolândia, Franco, Bombeamento e 13 de maio. | Caixa econômica federal | - | - |
| Prosamim – CAF | São Sebastião, Sharp, Sesc e Bindá | Corporação andina de fomento – CAF | 2014 | 2.633 |
| Prosamim Cachoeira Grande | Cachoeira Grande | Caixa Econômica Federal | 2012 | 1.081 |
| | | | Total | 3.714 |

Fonte - UGPE 2018

Os programas atuam, principalmente, em aspectos relacionados a drenagem das bacias, com adequação dos sistemas de macro e microdrenagem; o saneamento básico, com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; urbanismo e habitação, com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento da população das áreas de risco; criação de parques e áreas de convivência, além da valorização do centro histórico de Manaus. (Prosamim, 2016).

Deste modo, o Prosamim é composto por um conjunto de ações múltiplas e interligadas para solucionar os problemas dos igarapés de Manaus. (ROP, 2007, p. 15).

Segundo a UGPE, o programa tem como objetivo principal: *Contribuir para solução dos problemas ambientais, sociais e urbanísticos que afetam a população da cidade de Manaus, prioritariamente aquelas situadas nas áreas dos igarapés* (Prosamim, 2016).

E os objetivos específicos são: Melhorar as condições ambientais, de moradia e de saúde da população na área de intervenção do Programa, por meio da recuperação e/ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário, coleta e disposição final de lixo e recuperação ambiental das bacias, planejamento urbano, regularização de propriedades, moradias adequadas, implantação de áreas de lazer e o fortalecimento das Instituições participantes, assegurando a sustentabilidade das intervenções realizadas. (Prosamim, 2016)

Segundo Meneghini, 2012, o recorte histórico de aplicação do Prosamim é marcado pelo governo estadual de Eduardo Braga (2003-2010), seguido pelo de Omar Aziz (2011-2014), e pelo cumprimento da promessa com as intervenções do Prosamim. Políticas públicas de reordenamento territorial, para modernização urbana, são comuns, conforme lembra Castro (2016), em seu estudo sobre intervenção de planejadores em meio urbano. A participação de múltiplos agentes sociais nesse processo é que seria para ele uma novidade desde os anos noventa. O Prosamim se insere nesse último grupo de políticas pela modernização, e pensadas por profissionais do Estado, de empresas privadas e “beneficiários”. (Meneghini, 2012)

Ao longo de mais de 100 anos, as iniciativas do Estado de embelezamento da cidade permanecem. Na verdade, após as obras de reconstrução urbana de Ribeiro, seguiu-se uma série de pequenas tentativas de melhoria, interferindo nas áreas de igarapé, sem grandes transformações – com exceção do caso da cidade flutuante. Com o Prosamim, Braga retoma o que fora iniciado por Ribeiro. Ao dar continuidade ao Programa, Aziz finalizou um mais um período de grandes reformas da paisagem urbana de Manaus na vida de seus moradores, uma vez que essas mudanças pressupõem o deslocamento dos habitantes das áreas de igarapé. (Meneghini, 2012).

Meneghini pontua ainda que o Prosamim é a promessa de melhoria das áreas comprometidas pela ocupação de pessoas às margens dos igarapés. Com finalidades ambientais e sociais, ele foi criado para viabilizar a saída dessas pessoas e revitalizar as áreas já em alto estágio de degradação, a partir da canalização e drenagem dos igarapés e da preservação e recuperação de suas nascentes. Sem esquecer de melhorar a infraestrutura de saneamento básico da cidade. Até o final de 2010, mais de 12 mil famílias já tinham sido retiradas das margens dos igarapés, sendo que a meta do GEA é alcançar 15 mil até 2020. (Meneghini, 2012).

Por conta da alta densidade de ocupação demográfica, abaixo da maior cota de referência de inundação do Rio Negro, a primeira etapa do Prosamim priorizou para intervenção inicial a Bacia do Educandos - a mais afetada pela ocupação desordenada.

Localizada ao sudeste da cidade, ela abrange parte do Centro, do Distrito Industrial e de mais 15 bairros. Os principais corpos hídricos dessa bacia são os igarapés do Educandos, Quarenta, Cachoeirinha, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico. A extensão total chega a 18,71 km. Caracterizado pelas variações de nível de regime hídrico, o Rio Negro é para onde escoam esses cursos de água e, em épocas de cheia, ou de chuvas intensas, as águas dos igarapés transbordam e atingem as moradias. Embora o Prosamim tenha sido criado em 2005, o primeiro contrato de empréstimo firmado entre o BID e o GEA para o empreendimento ocorreu em 19 de

janeiro de 2006. No mês seguinte, teve início o remanejamento da população para outras zonas da cidade bem como conjuntos residenciais, uma vez que a fase preparatória ocorrera de 2003 a 2005. O processo de fato foi iniciado em 2003 com a Carta Consulta ao Banco. Em 2007, o segundo financiamento foi aprovado para dar continuidade ao Programa, que reincorporou as ações previstas, mas incompletas, do primeiro empréstimo, por perdas cambiais, na Bacia do Educandos, além de incluir a Bacia de São Raimundo. (Meneghini, 2012).

Nele foram programadas alterações no trecho da Ponte Gilberto Mestrinho, na rua Maués, no bairro Cachoeirinha, até a avenida General Rodrigo Otávio, no Distrito Industrial. E prevista cobertura aos bairros Cachoeirinha, São Francisco, Petrópolis, Raiz, Japiim, Coroadó, Morro da Liberdade, São Lázaro, Betânia, Crespo, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares e cerca de 80% do Distrito Industrial. A área é de cerca de 38 km² e a população é de aproximadamente 279 mil habitantes. Para o terceiro empréstimo, foram cadastradas 6.127 famílias, sendo 4.267 para intervenção direta, na Bacia do São Raimundo. Os investimentos, do Banco e do Estado, totalizando mais de US\$ 500 milhões. (Meneghini, 2012).

Meneghini faz uma descrição e uma análise sociopolítica da aplicação do Prosamim com um recorte de 2012, porém, acrescenta-se, que no período de 2013 a 2018, o Prosamim – BID já concluiu os financiamentos relativos ao Prosamim I e II, tendo até 2020 para conclusão do Prosamim – III. Este incorpora metas nos igarapés: São Raimundo, Quarenta, Mestre Chico e Manaus, além da funcionalidade do sistema de esgotamento sanitário com construção de estações de tratamento de esgoto e operação das redes implantadas. (UGPE 2018).

CAPITULO 2 – REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO: ASPECTOS LEGAIS E SOCIOCULTURAIS

2.1 O REMANEJAMENTO

Analisando impactos ambientais a partir da perspectiva de Coelho (2004), que conceitua o impacto ambiental como o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações, que se dá por uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo no ambiente como: uma usina, uma estrada ou uma indústria. Este é caracterizado como um dos maiores impactos das intervenções urbanísticas em cidades que apresentam altos índices de densidade populacional.

Segundo o autor, este diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimuladas pelo impulso das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente. Coelho (2004)

Segundo Alves (2006), toda categoria de empreendimento provoca alterações ambientais sob diversos aspectos, podendo ser classificados:

- Quanto ao valor, o impacto pode ser positivo ou negativo, porém, todo projeto apresenta impactos dos dois tipos. Nessa linha de abordagem, a ruptura de relações ambientais normalmente produz impacto negativo. A não ser que essas relações já refletissem o resultado de processos adversos. De forma inversa, o fortalecimento de relações ambientais estáveis constitui um impacto positivo. Por fim, tem-se o caso que representam a introdução de novas relações ambientais em um ecossistema. Nelas há de ser efetuada a análise de todos os seus efeitos, de modo a enquadrá-los, um a um, como benefícios ou adversidades. (Alves, 2006).
- Quanto ao espaço, o impacto pode ser local, regional ou estratégico. É local quando o projeto em questão afeta apenas a área onde o projeto está sendo desenvolvido. É regional quando o efeito é sentido fora da área de circunscrição do projeto. E será estratégico quando se expande para fora da área de influência. (Alves, 2006).
- Quanto ao tempo de ocorrência, o impacto pode ser imediato, de médio ou longo prazo, permanente ou cíclico. Ele é imediato quando surge no instante da implantação do projeto. De médio ou longo prazo, quando o efeito se manifesta

depois de passado um período de tempo de implantação do projeto. Ele é permanente quando depois de iniciada a atividade que produz o efeito, este continua, como no caso de uma intrusão visual causada por uma indústria. É cíclico quando o efeito se manifesta a intervalos de tempo determinado. (Alves, 2006).

- Quanto à reversibilidade, as intervenções podem trazer resultados ou situações que podem ser reversíveis ou irreversíveis. (Alves, 2006).
- Quanto à chance de ocorrência, o impacto pode ser determinístico ou probabilístico. Ele é determinístico quando existe a certeza de ocorrência do mesmo, como consequência direta da ação desenvolvida. Ele é probabilístico quando há incerteza na ocorrência. (Alves, 2006).
- Quanto à incidência o impacto poder ser direto ou indireto. Ele é direto quando fica limitado à zona de influência direta e indireta do projeto. E é indireto quando, através de agentes externos, é estendido para fora da zona do empreendimento. (Alves, 2006)

O reassentamento involuntário consiste na retirada de famílias do local de origem e na reposição de sua moradia e/ou patrimônio com fins de execução de intervenções de interesse público. As áreas são decretadas de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação e, assim, ficam próprias para o processo de remoção dos imóveis e famílias (remanejamento) que, nos casos de programas com recursos de agências multilaterais, não se resume a indenização como previsto na legislação brasileira, mas em várias ações de reposição de moradia com o acompanhamento adequado do agente público, visando mitigar o impacto negativo do rompimento da malha social e possibilitar a reconstrução dos laços de vizinhança nos novos locais, em especial, os parques residenciais, o que consiste no reassentamento. (Prosamim, 2016).

O que traz ao fator remanejamento e/ou reassentamento uma série de impactos que de acordo com a metodologia proposta por Alves (2006) podem ser caracterizados: i) quanto ao espaço, como regional na medida em que o efeito é sentido fora da área de circunscrição do projeto; ii) quanto à ocorrência no tempo como de imediato, médio e longo prazo uma vez que gera mudanças nos três momentos; iii) quanto a reversibilidade, uma vez que seus efeitos são irreversíveis, iv) quanto ao impacto determinístico, na medida em que seus efeitos são certos de

ocorrência, e v) de incidência direta e indireta, uma vez que a zona de influência alcança populações direta e indiretamente ligadas a intervenção.

Quanto à desapropriação, consiste na fase administrativa e/ou jurídica de um processo de relocação de pessoas, com base no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, que de modo geral se resume em 04 passos:

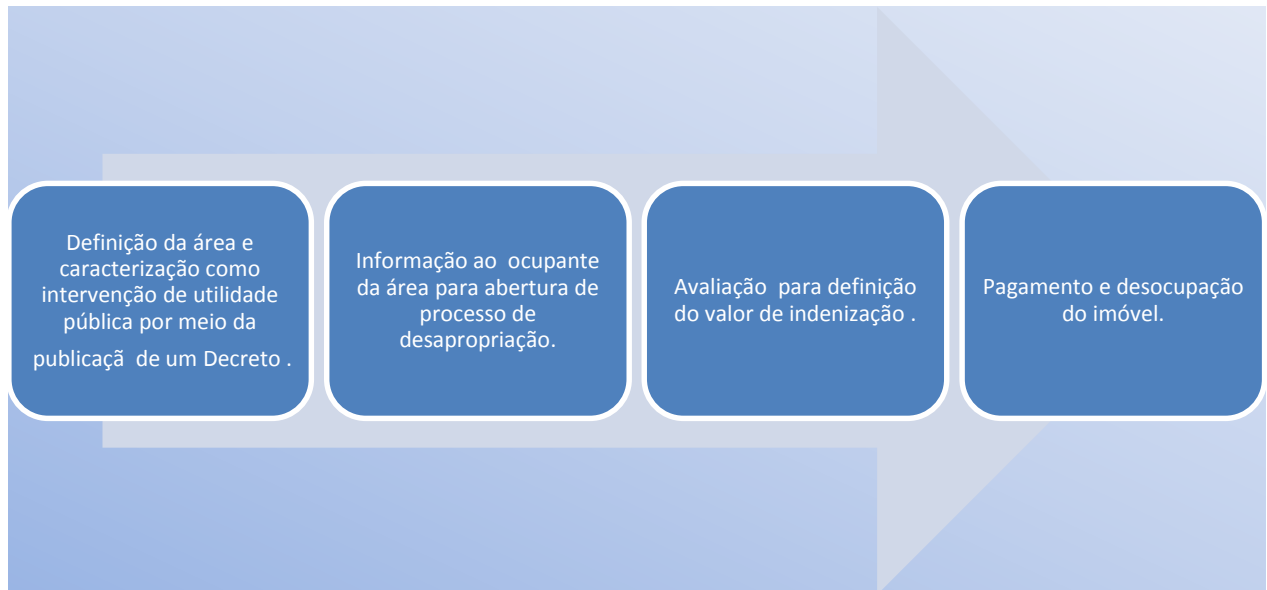


FIGURA 1 - fluxo da desapropriação
Fonte – A Pesquisadora

De acordo com o laudo de engenharia, o remanejamento retratado implica na reposição patrimonial, por meio de indenização, sem levar em consideração todos os outros fatores socioculturais que envolvem os processos de remanejamento, assim como os impactos no local de origem e de destino, o risco de empobrecimento, perda de propriedade e, em muitos casos, moradia.

Mesmo assim, a desapropriação ainda é o modelo que se instala em muitas localidades, onde as intervenções demandam remanejamento no Brasil, seja em área urbana ou rural. Muitas vezes o processo de desapropriação é compulsório, unilateral, objetivo e frio. As áreas e as pessoas que vivem estas intervenções apenas observam as fases de estudo e são informadas dos resultados num período de tempo, em que as tratativas para diálogo, organização e mesmo participação, tornam-se impossíveis.

No entanto, a temática e as tratativas em casos de remanejamento e reassentamento de pessoas têm mudado, ao longo dos anos, a ponto de perceber e propor medidas mitigadoras de

impacto como: a redução dos casos de desapropriação e a exigência de aplicação de um plano que vise à diminuição dos impactos e a garantia de direitos.

2.2 – POLÍTICA OPERACIONAL

Por exigência de Agências Multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BIRD e o próprio governo federal, vislumbra-se a necessidade em aplicar políticas de reassentamento específicas que consideram o risco de empobrecimento e demandam medidas capazes de mitigar, desde a fase de estudos, os danos causados as populações direta e indiretamente afetadas.

Nesta pesquisa, para realizar a análise utilizaremos a Política Operacional do BID, uma organização multilateral que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento de forma sustentável e ecológica. Com uma história que remonta a 1959, é a principal fonte de financiamento para toda América Latina e o Caribe, e oferece empréstimos, subsídios, cooperações técnicas e realizam pesquisas. (BID, 2016).

Para isso, o BID atua a partir de Políticas Operacionais - OP, princípios e premissas que devem reger as ações por ele financiadas. Para este estudo, destaca-se a Política Operacional de Reassentamento Involuntário – OP 710, que abrange o deslocamento físico involuntário de pessoas, causado por um projeto do referido Banco (BID, 2016).

A OP 710 se aplica a todas as operações financiadas pelo BID, nos setores público e privado. Seja o financiamento canalizado diretamente (como em empréstimos de investimento) ou administrado por intermediários (como em obras múltiplas, programas de crédito por etapas ou multissetoriais). Exclui, apenas, esquemas de colonização e o reassentamento de refugiados ou vítimas de desastres naturais (BID, 1998).

Visa se mitigar, sobretudo, o risco de empobrecimento, que neste caso pode ser caracterizado com fatores como: perda de habitação, terras ou acesso a propriedade comum ou outros direitos a propriedade imobiliária em decorrência da falta de título claro, pressão econômica ou outros fatores; perda de emprego; perda de acesso aos meios de produção, insegurança alimentar, maior morbidade ou mortalidade; desarticulação das redes sociais; e perda de acesso à educação. (BID, 1998).

O objetivo da Política Operacional OP710 é minimizar a perturbação do meio em que vivem as pessoas na área de influência do projeto, evitando ou minimizando a necessidade de deslocamento físico, assegurando que, quando as pessoas forem deslocadas, sejam tratadas

equitativamente e, sempre que possível, possam compartilhar dos benefícios do projeto que requer o seu reassentamento (BID, 1998).

A fim de alcançar os objetivos gerais da política, as operações que possam requerer reassentamento, devem ser avaliadas e preparadas de acordo com dois princípios fundamentais:

1. Será empregado todo esforço para evitar ou minimizar a necessidade de reassentamento involuntário.
2. Quando o deslocamento for inevitável, um Plano de Reassentamento deve ser elaborado a fim de assegurar que as pessoas afetadas recebam compensação e reabilitação adequadas. (BID, 1998).

2.3 PLANOS DE REASSENTAMENTO

Quanto à composição dos Planos de Reassentamento alguns critérios são elencados e considerados fundamentais, como:

2.3.1 Informações básicas

Os planos devem incluir informações sobre o número de pessoas a serem reassentadas e sobre as suas características socioeconômicas e culturais, inclusive desagregação por gênero. Além disso, os dados devem proporcionar uma base importante para a definição de critérios de elegibilidade e requisitos de compensação e reabilitação. (BID, 1998).

Cabe pontuar que o procedimento padrão em programas, que requeiram remanejamento de pessoas, independente da aplicação de políticas de mitigação de impactos, para o melhor dimensionamento da demanda, é a contagem das edificações que consiste na Selagem dos Imóveis e o Cadastro das Famílias. Uma forma não somente de caracterização, mas de classificação socioeconômica, numa tentativa de trazer objetividade e critérios para sujeitos e situações extremamente subjetivas e abstratas.

“Definida a envoltória, inicia-se a selagem de todos os domicílios, contidos na área definida pela Poligonal de Afetação, independentemente de seu tamanho, material de constituição, ter estrutura própria ou não” (PER – Prosamim, 2012).

Ao término da selagem iniciam-se os trabalhos de cadastramento realizados também de forma censitária. Os imóveis, ainda que construídos em estrutura única, mas de uso coletivo, com divisão física definida são cadastrados de forma independente, constituindo desta maneira em outro cadastro. (PER – Prosamim, 2012).

2.3.2 Participação da comunidade.

O plano de reassentamento incluirá os resultados das consultas realizadas de forma oportuna e socioculturalmente apropriada com uma amostra representativa das comunidades - deslocada e anfitriã. (BID, 1998). Segundo a UGPE, neste aspecto a aplicação do processo participativo e de gestão compartilhada se dá por meio de instâncias de participação como:

- **Comitê de Representantes de Comunidades - CRC** – Associações legalmente constituídas e pré-existentes nas áreas de intervenção;
- **Grupos de Apoio Local – GAL** – Representações informais que se constituem a partir das reuniões de apresentação do programa;
- **Agentes de Vizinhança** – representações informais que se elegem a partir dos blocos de Unidades habitacionais no pós – ocupação;
- **Associações de Moradores** – legalmente constituídas a partir do novo espaço de moradia e da organização comunitária. (Prosamim, 2016).

Pontua-se que as ações apresentadas foram realizadas pelo programa em análise, porém, observa-se formas variadas e abertas a característica de informalidade, vivenciada em muitos bairros, denominada como comunidades para reportar-se a grupos sociais, que se relacionam a partir da convivência e de moradia em uma determinada área de intervenção que pode ou não estar pautada pelo risco socioambiental.

Percebe-se muitas vezes que as instancias de participação passam por uma metodologia que se configura definidora do processo participativo, criando esferas mediadoras, transformando associações em comitês e a representação local em grupos de apoio, lideranças informais, como o exemplo de agentes de saúde e/ou líderes religiosos, que assumem responsabilidade que perpassam por: “acompanhar, participar e representar” (PER – Prosamim, 2012).

Uma responsabilidade que traz em si o dever de falar das medidas do Poder Público e de representar aquele grupo social junto ao Estado, visando possibilitar a execução de um processo

de reassentamento, que por natureza é configurador do rompimento da malha social e da relação na qual a representação está firmada.

2.3.4 Compensação e reabilitação

As opções de compensação e a reabilitação devem proporcionar um valor justo de substituição para os bens perdidos e os meios necessários para restaurar a subsistência e a renda, para reconstruir as redes sociais que apoiam a produção, os serviços e a assistência mútua e para compensar as dificuldades de transição (tais como perdas de colheitas, custos de mudança, interrupção ou perda de emprego, perda de renda, entre outras). Essas medidas devem ser tomadas de forma oportuna para assegurar que as dificuldades transitórias não sejam desnecessariamente prolongadas nem resultem em danos irreparáveis. (BID, 1998).

As opções oferecidas devem ser apropriadas para as pessoas afetadas e refletir a sua capacidade e aspirações realistas. A proposta de compensação e reabilitação deve levar adequadamente em conta os bens intangíveis, especialmente bens sociais e culturais não monetários e, sobretudo, no caso de populações rurais, dos direitos consuetudinários à terra e aos recursos naturais. Opções de habitação e serviços, quando incluídos, serão apropriados para o contexto social e cultural e, pelo menos, atenderão aos padrões mínimos de abrigo e acesso aos serviços básicos, independentemente das condições anteriores ao reassentamento. (BID, 1998).

2.3.5 Contexto jurídico e institucional

O plano de reassentamento deve identificar o contexto jurídico e institucional dentro do qual as medidas de compensação e reabilitação terão de ser implementadas. (BID, 1998).

Em casos como o Prosamim, os fundamentos da desapropriação repousam nas disposições constantes do inciso XXV, do artigo 5 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e do inciso V do artigo 2 da Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962, que regulamenta a desapropriação por utilidade pública.

O instrumento da desapropriação implica pagamento de indenização aos proprietários e esta indenização constitui requisito indispensável para se proceder a emissão de posse do imóvel ao Poder Público, sem a qual não está o terreno habilitado para implantação de obras. Nos termos do citado dispositivo constitucional, a indenização, nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, será devida em dinheiro. Ressarcimentos através de

outros mecanismos (adjudicação de moradias construídas em núcleos residenciais ou compradas no mercado imobiliário) estarão respaldados no mecanismo da permuta.

A desapropriação gera direito ao pagamento das seguintes parcelas:

I - O valor do bem expropriado com todas as benfeitorias existentes antes do ato expropriatório; as benfeitorias feitas posteriormente sujeitam-se a regra do art. 26, § 1º, do Dec. Lei nº. 3.365/41; as benfeitorias úteis somente serão pagas se realizadas com autorização do expropriante;

II – Lucros cessantes, referentes à desvalorização da área remanescente, e, danos emergentes, correspondente ao valor efetivo da área perdida;

III – Juros compensatórios (em caso de ter havido imissão provisória na posse, computados a partir da data da imissão e calculado com base na diferença entre a oferta inicial do Poder Público e o valor da indenização – Súmulas 164 e 618 do STF), aplicando-se ainda as disposições da MP nº. 2.183/01 (prevê juros compensatórios de até 6% ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, contados a partir da data da imissão);

IV - Juros moratórios (incidentes sobre a mesma base de cálculo, correspondentes a 6% ao ano, contados a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que deveria ter sido feito o pagamento, conforme art. 100 da CF/1988, aplicando-se as disposições da MP 2.183/01);

V - Honorários advocatícios (calculado na forma prevista pela MP 2.183/01, calculado com base na diferença entre o valor fixado pela sentença judicial e o valor oferecido, variando entre meio e 5% do valor da diferença, não podendo ultrapassar o montante de R\$ 150.000,00 - valor atualizado no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação acumulada do IPCA);

VI – Correção monetária (calculada a partir do laudo de avaliação, conforme art. 1º, da Lei nº. 6.899/81 e Súmula 561 do STF);

VII – Despesas com desmonte e transporte de mecanismos instalados e em funcionamento (art. 25, parágrafo único, do Dec. Lei nº. 3.365/41).

VIII - Indenização por benfeitorias, em caso de bem de domínio de particular ou por acessão, este em caso de acender melhoramentos a bem público. Deverá haver a apuração do quantum devido. (arts. 1.248, V e 1.255 do Código Civil).

O uso do preceito da permuta para implantação das soluções de remanejamento de população possibilita, por um lado, cumprir a diretriz de não repassar aos afetados custos das soluções. Por outro lado, possibilita que sem ônus para as famílias, que as mesmas recebam moradias superiores em troca de suas habitações originais, bastante precárias. A moradia afetada

será permutada por uma nova moradia a qual será obtida por dois mecanismos: construção de moradias em núcleos residenciais ou aquisição de moradia de reposição no mercado imobiliário. (PER – Prosamim, 2012).

Conceitualmente, permuta é um contrato através do qual as partes transferem e recebem um bem uma da outra, os quais se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes, ocorrendo sempre uma alienação e uma aquisição de coisas, da mesma espécie ou não. (PER – Prosamim, 2012).

A permuta pode ser utilizada como mecanismo para viabilizar processos de realocação, envolvendo imóveis com muito baixo valor de venda, como é o caso das famílias que tem suas moradias instaladas nas áreas de intervenção. (PER – Prosamim, 2012).

Ainda que o conceito de permuta pressuponha igualdade de valor entre os bens permutáveis, sua aplicação no campo legal tem referendado em várias experiências a troca de coisas de valores desiguais, desde que haja reposição ou toma em dinheiro em valor correspondente à diferença, quando o bem afetado for de valor maior que o permutado (nova casa). No entanto, no âmbito do Prosamim esta situação não ocorre, pois a permuta visa sempre ser utilizada de forma a propiciar uma melhoria habitacional, logo não existindo à possibilidade de se adquirir imóvel de menor valor e receber o restante em dinheiro. Esta situação só poderá ocorrer quando o desapropriado optar pela indenização, pois nesta modalidade há pleno arbítrio, mas não se trata aí de um processo de permuta. (PER – Prosamim, 2012).

As soluções de reassentamento oferecidas perpassaram por: unidades habitacionais, cartas de crédito como Bônus Moradia e Cheque Moradia, atendimento em programas habitacionais próprios da política de habitação estadual e federal, como os conjuntos habitacionais Nova Cidade, João Paulo e Viver Melhor, do Programa Minha Casa, Minha Vida, todos amparados juridicamente num contexto de permuta e aplicados conforme a condição do cidadão perante o imóvel seja, proprietário, posseiro ou inquilino. (Prosamim, 2016).

Registra-se ainda a utilização da Bolsa Moradia Transitória, uma ajuda de custo paga em dinheiro, por meio de depósito bancário, por seis meses, para apoio às famílias que optem pela unidade habitacional construída em solo criado na própria área de intervenção, cujo morador precisa aguardar a construção de sua moradia de destino.

Meio ambiente. Os planos de reassentamento devem levar em conta considerações ambientais a fim de impedir ou aliviar qualquer impacto resultante do desenvolvimento da infraestrutura, adensamento da área anfitriã ou pressão sobre recursos naturais e áreas ecologicamente sensíveis. (BID, 1998).

Passando assim a um processo de remanejamento com as seguintes fases:

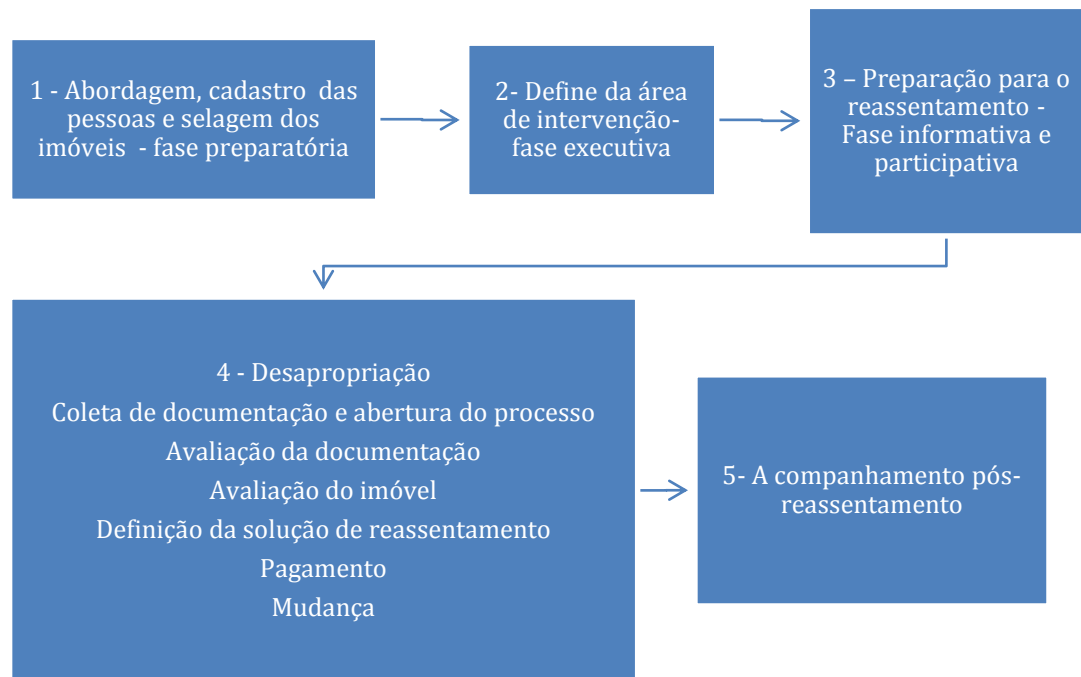


Figura 2 – Processo de remanejamento
Fonte: PER - 2012

No caso Prosamim-BID, os critérios aplicados estão descritos nos Planos Específicos de Reassentamento. Os mesmos estão descritos da seguinte forma em seus Planos Específicos de Reassentamento - PER:

Diretriz 1 - Minimizar o número de imóveis a serem desapropriados.

Diretriz 2 - Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento, de forma a contemplar a diversidade social. As alternativas de atendimento deverão considerar as especificidades (diferentes capacidades e vulnerabilidades socioeconômicas) das famílias a serem reassentadas.

Diretriz 3 - A população afetada terá total liberdade de escolha quanto à sua opção de atendimento, dentro dos critérios adotados pela política de compensação/atendimento do programa – critérios de elegibilidade.

Diretriz 4 - Gestão Compartilhada – governo e comunidade. Será garantida a participação da comunidade em todas as etapas do programa.

Diretriz 5 - Decreto de Utilidade Pública para fins de desapropriação. A publicação do decreto é etapa obrigatória para o processo de desapropriação.

Diretriz 6 – Garantia da melhoria ou da manutenção das condições de moradia. As moradias a serem produzidas pelo programa atenderão aos critérios de habitabilidade e serão compatíveis com a realidade local, ou seja, respeitarão a forma de vida da população afetada.

Diretriz 7 – Dos conjuntos habitacionais. Os conjuntos habitacionais a serem construídos deverão estar de acordo com a legislação urbanística e ambiental existente.

Diretriz 8 - Os custos das soluções de remanejamento não serão repassados às famílias.

Diretriz 9 – Isonomia e Equidade Social. Todas as famílias afetadas e cadastradas pelo programa, independente de sua condição de acesso à terra (regular ou irregular), relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários) serão alvo de reposição de moradia.

Diretriz 10 – Aspecto de Gênero. A documentação de propriedade e/ou uso das moradias de reposição serão emitidas em nome do casal, sob condição de negociação prévia com os componentes do grupo familiar.

Diretriz 11 – População Tradicional (indígena / Quilombola). Não foram identificados grupos, tribos, nações, indivíduos pertencentes a grupos de população tradicional instalados na área de intervenção do Programa.

Diretriz 12 - Garantia de pagamento das indenizações do imóvel incluindo todas as benfeitorias realizadas.

Diretriz 13 – Uso de alojamentos. Não será adotado pelo Prosamim o uso de alojamentos.

Diretriz 14 - Garantia da reposição e/ou oferta de serviços sociais.

Diretriz 15 – Evitar o empobrecimento da população afetada.

O programa afirma, em sua aplicação, que não determinará condições de negociações que impeçam as famílias de recomporem suas vidas, ou seja, o programa efetuará ações que permitam uma real melhoria da qualidade de vida da população a ser relocada. (Prosamim, 2016)

Verifica-se tanto na OP 710 quanto nas diretrizes propostas para execução da remoção das famílias da área de intervenção, uma preocupação para com a reposição de moradia e possíveis mitigação de perdas relacionadas ao reassentamento. Registra-se a necessidade do diálogo tratado num contexto de promoção da participação comunitária, assim como, a busca pela garantia de direitos e a sustentabilidade dos empreendimentos.

No entanto, ao observar o escopo de intervenções, a forma como são elaborados os planos e projetos urbanísticos aplicados na cidade de Manaus é possível constatar o que Rama apresenta como uma temática atual, pois, o autor pontua as cidades latino-americanas como um “parto da inteligência”, da racionalidade, como um sonho de ordem, cidades ideais que deveriam ser

regidas pelo ímpeto organizador traduzido por uma ordem social hierárquica... (RAMA, 2015, p. 28).

Os Planos de Reassentamento apresentam versões e revisões que descrevem: o modo de operação, as soluções aplicáveis, perfis populacionais, modificações de envoltórias e intervenções de obras, tipologia de atendimento, caracterização dos beneficiários, aspectos ambientais como cheias históricas, dentre outros fatores que demandaram mudança nas aplicações diferenciadas para cada trecho.

Neste aspecto Lefebvre (1999, p.36), ressalta que o Estado deveria ter a função de organizar a primazia do fator econômico sobre as relações históricas e sociais da sociedade, onde o espaço da sociedade é controlado, tornando-se o objeto de troca e de consumo como coisas que podem ser negociáveis e que o Estado se constitui como um gestor da sociedade através da cotidianidade lucrativa, burocrática, consumista e estética do cotidiano.

Para uma análise maior em relação a estes mecanismos e tratativas, voltaremos-nos a questões como o espaço. Santos e Souza (1986, p.105) conceituam o espaço como suporte para que o ser humano desenvolva suas funções de habitat, de alimentação, de descanso, de trabalho, de diversão, de interações com os demais indivíduos e ambiente a sua volta.

O que interfere diretamente na localização, Santos (2007, p.18) ressalta que a localização das pessoas em um lugar, o qual conceitua como conjunto de objetos naturais e não naturais construídos pelo ser humano, resultado de forças de mercado capitalista e decisões do Estado, independe, da vontade dos indivíduos atingidos.

Segundo Santos (1981, p. 26), quando um indivíduo se defronta com um espaço que não ajudou a construir, a criar e que não conhece sua história, ele se torna estranho em relação ao mesmo, não faz parte dele, de suas relações sociais vivenciadas com seu grupo. Sua identidade de lugar já não existe, foi desfeita.

Carlos (1992, p.20) insiste que “para analisar um lugar é necessário levar em consideração a tríade habitante-identidade-lugar”. E acrescenta que o ser humano se percebe a partir de sua casa, sendo esta o ponto central da sua posição geográfica no mundo.

Descritos os aspectos sobre os quais a metodologia do remanejamento e do reassentamento se amparam para execução do deslocamento de populações e alguns aspectos de discussão, que apontam para questões extremamente contrárias à objetividade do método, fica claro perceber o quanto é complexo o processo de reassentamento de pessoas e o tamanho das lacunas, que ficam para os moradores que passam por esta experiência, podendo ter impactos

mais ou menos significativos na medida em que as políticas se encontram com as práticas e se aplicam numa realidade viva e em transformação.

CAPÍTULO 03 - ESTUDO ACERCA DA INTERVENÇÃO E (RE)INVENÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DO PROSAMIM

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

3.1.1 Contexto geográfico

Segundo IBGE, Manaus, capital do Estado do Amazonas, Brasil, possui um território com área 11.408 km², está localizada nas coordenadas S 2°57' e 3°10' e W 59°53' e 60°07' e possui uma população estimada de 2,1 milhões de habitante (IBGE, 2017). Segundo o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), a hidrografia da zona urbana é formada basicamente por 11 sub-bacias, todas afluentes do Rio Negro, sendo as principais: São Raimundo, Educandos-Quarenta e Tarumã.

O autor registra ainda que a bacia hidrográfica dos Educandos-Quarenta, banha uma área de aproximada de 4 mil hectares, possui várias nascentes localizadas na zona leste de Manaus, nos bairros do Zumbi e Armando Mendes, no conjunto Acariquara, Mini Campus (Universidade Federal do Amazonas - UFAM) e na reserva Sauim Castanheiras, localizada nas proximidades da Escola Agrotécnica de Manaus; as três últimas apresentam ainda características de ambientes preservados. Essa bacia hidrográfica ocupa uma área de grande concentração populacional, distribuídas entre residências, comércios e indústrias. A bacia possui 30 igarapés, sendo principais os igarapés: Manaus, Lagoa Verde, Vovó, Cachoeirinha, Mestre Chico e Quarenta que juntos deságuam no Rio Negro.

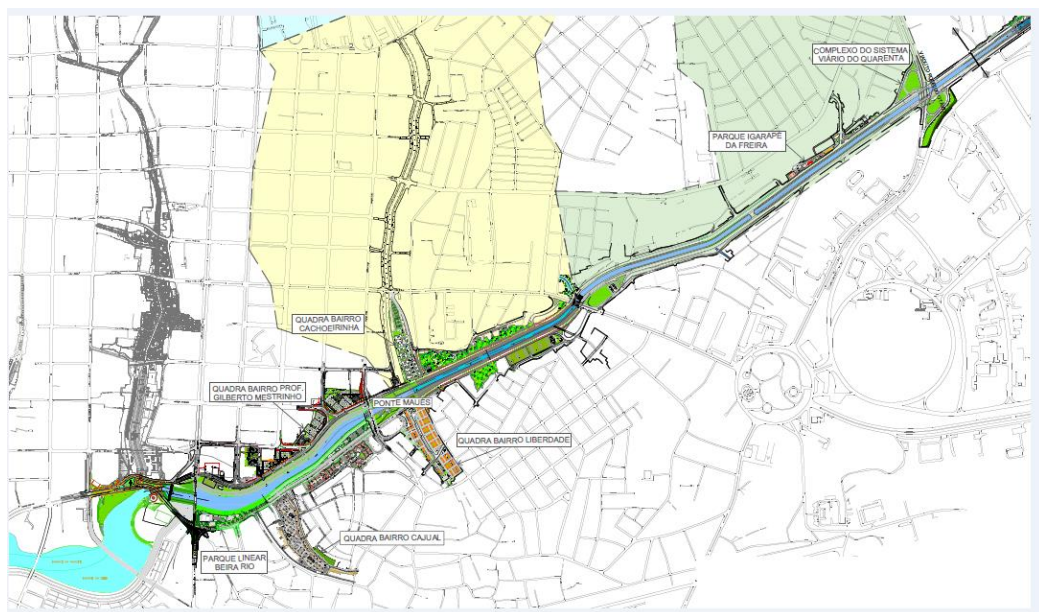
A área de intervenção do Prosamim perpassa a área central e se alonga pelo Igarapé do Quarenta até o Distrito Industrial conforme demonstrado no Mapa 3 – Área de Intervenção do Programa.



MAPA 2 – Área de intervenção do Programa - Fonte: UGPE, 2015

A área de localização do estudo está concentrada no trecho em que as aplicações do Prosamim se estabeleceram em ações de urbanização, construção de solo criado para implantação de conjuntos residenciais e unidades habitacionais, obras do sistema viário e redes de esgotamento sanitário.

Conforme mostra o mapa a seguir



MAPA 3 - área de localização Fonte: UGPI, 2009

3.1.2 Área de Estudo

A população representativa dos parques Cajual e Liberdade não difere das pessoas atendidas com a solução unidade habitacional nos demais conjuntos residenciais do Prosamim, pessoas que moravam as margens e leitos de igarapés da área central de Manaus. Área constituída, principalmente, por famílias de baixa renda, que ocuparam os espaços das margens e leitos dos igarapés: Quarenta, São Raimundo, Manaus, Bittencourt e Mestre Chico e viviam num ambiente de vulnerabilidade, em decorrência do elevado risco de inundação - devido à inexistência de sistemas de macro e micro drenagem. Famílias que optaram por unidades habitacionais construídas em solo criado pelo Prosamim, apartamentos com 49m², divididos em: sala, dois quartos, cozinha/área de serviço e banheiro, em alvenaria estrutural sem reboco, divididos em blocos de 06, 12 ou 24 apartamentos.



FIGURA 8 - Parque Residencial Cajual (UGPE – 2014)



FIGURA 9 – Parque Residencial Liberdade (UGPE – 2016)

3.1.3 Contexto socioeconômico

Quanto a composição dos grupos focais, observou-se idade, sexo, local de nascimento, estado civil, grau de escolaridade, se tinham filhos e se possuíam emprego e/ou renda. Os grupos apresentam características similares da composição dos moradores titulares do processo de remanejamento e proprietários das unidades habitacionais.

Quanto à idade, os grupos são formados por adultos com idades acima de 30 anos, em que a maior parte já era adulto na fase do cadastro inicial.

| Idade | GF 01 Liberdade | GF 02 Cajual |
|------------------|--------------------|-----------------|
| Até 30 anos | 03 | 02 |
| Até 50 anos | 03 | 05 |
| Acima de 51 anos | 03 | - |
| Total | 09 | 07 |

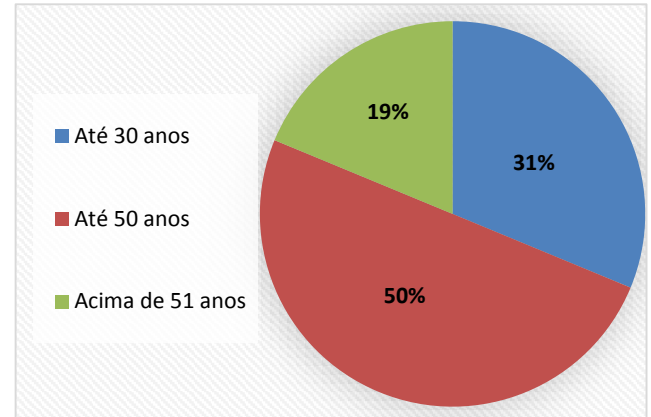


GRÁFICO 1 - Idade dos grupos

Quanto ao sexo, notou-se que a maioria dos participantes, assim como titulares dos processos de reassentamento e participantes de ações socioambientais eram mulheres.

| Sexo | GF 01 Liberdade | GF 02 Cajual |
|-----------|--------------------|-----------------|
| Feminino | 04 | 07 |
| Masculino | 05 | - |
| Total | 09 | 07 |

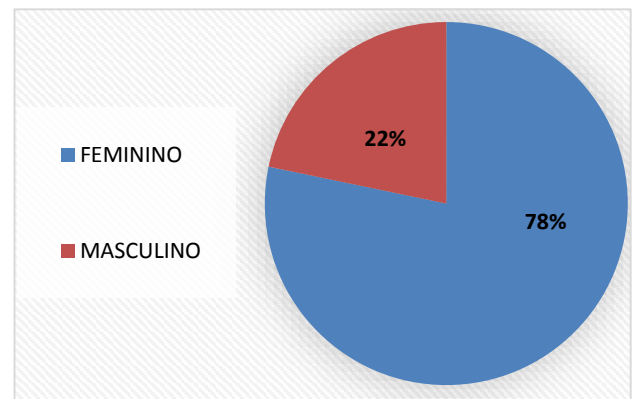


GRÁFICO 2 – Quanto ao gênero

Quanto ao local de nascimento, buscou-se resgatar junto aos participantes a origem não somente da área de onde houve o deslocamento ou localidade de residência antes da intervenção, mas, verificar se tratavam de migrantes dentro do próprio Estado ou de outras localidades. Consta-se que a maior parte, 62% eram da própria capital.

| Local de nascimento | GF 01 Liberdade | GF 02 Cajual |
|---------------------|--------------------|-----------------|
| Manaus | 04 | 06 |
| Interior do Estado | 03 | - |
| Outros Estados | 02 | 01 |
| Total | 09 | 07 |

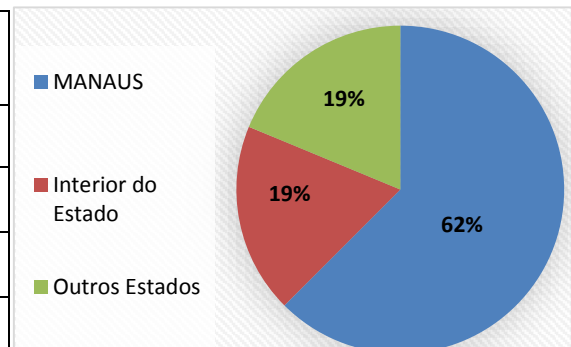
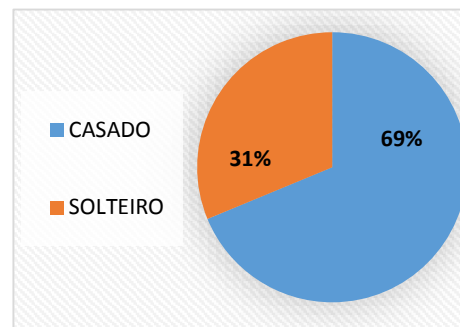


GRÁFICO 3 – Naturalidade

Com as questões quanto ao estado civil e se possuem filhos, buscou-se aferir o nível de formalização a partir da declaração das famílias, sua identificação quanto à formação de novos núcleos familiares, sejam elas na área de origem ou destino, e a oficialização das relações, para que, do ponto de vista patrimonial, fosse possível conferir se os relatos e registros diziam respeito a percepções individuais ou expressavam sentimentos a partir da relação de mais pessoas dentro de uma unidade habitacional. Dos participantes, 69% declararam-se casados e 75% possuíam filhos.

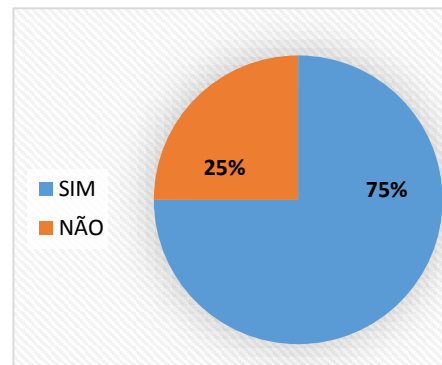
| Estado Civil | GF 01 Liberdade | GF 02 Cajual |
|--------------|--------------------|-----------------|
| Casado (a) | 08 | 03 |
| Solteiro (a) | 01 | 04 |
| Total | 09 | 07 |

GRÁFICO 4 Estado Civil



| Possuem filhos? | GF -1 | GF -2 |
|-----------------|-------|-------|
| Sim | 08 | 4 |
| Não | 01 | 3 |
| Total | 09 | 7 |

GRÁFICO 5 – Moradores que possuem filhos.



Quanto ao grau de escolaridade, observa-se que nos participantes tivemos três níveis de formação, sendo 19% fundamental, 62% médio e 19% superior.

| Escolaridade | GF 01 Liberdade | GF 02 Cajual |
|--------------------|--------------------|-----------------|
| Ensino fundamental | 02 | 01 |
| Ensino médio | 07 | 03 |
| Ensino Superior | - | 03 |
| Total | 09 | 07 |

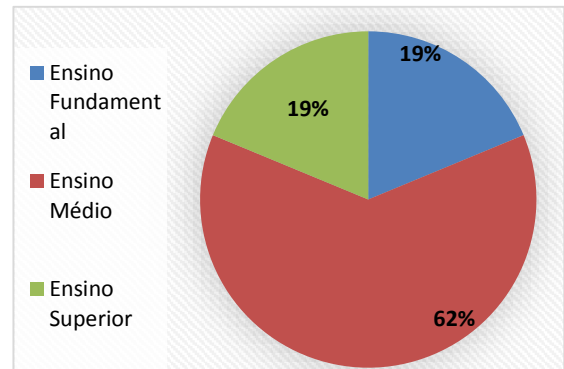


GRÁFICO 6 – Moradores com nível superior

E quanto a inserção no mercado de trabalho dos participantes, 31% declararam estar trabalhando, sendo 08 (oito) com vínculos formais e 08 (oito) como autônomos dos 16 (dezesseis) participantes dos grupos.

| Trabalham? | GF 01 Liberdade | GF 02 Cajual |
|------------|--------------------|-----------------|
| Sim | 08 | 03 |
| Não | 01 | 04 |
| Total | 09 | 07 |

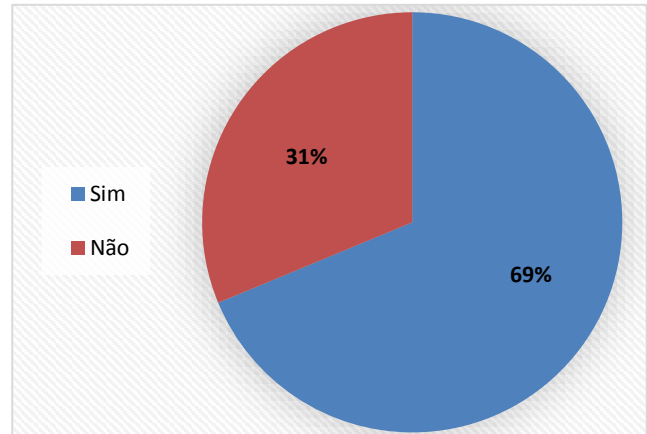


GRÁFICO 7 – Inseridas no Mercado de trabalho

Nas fichas dos grupos focais, apresentadas a seguir estão descritas as informações levantadas e que subsidiaram estes apontamentos.

QUADRO 3 – Informações dos moradores.

| Grupo Focal 01 – Homens ou mulheres com idade acima de 25 anos moradores no Parque Residencial desde 2014. | | | | | | | | | | | |
|--|------|---------------------|-----------|-------|------|-----------------|--------------|----------------------|------------|--------------|----------------------|
| Moderadora – Viviane Alves da Silva (Pesquisadora responsável - PPGICH) | | | | | | | | | | | |
| Observador – Rosivane (Psicóloga da Caritas Arquidiocesana – convidada) | | | | | | | | | | | |
| Parque Residencial – Liberdade | | | | | | | | | | | |
| Data de aplicação do Grupo Focal – 05/03/2018 | | | | | | | | | | | |
| NOME | COD. | END. | TELEFONE | IDADE | SEXO | LOCAL DE NASC. | ESTADO CIVIL | GRAU DE ESCOLARIDADE | FILHOS S/N | TRABALHA S/N | ATIVIDADE LABORAL |
| EDNALDO FERREIRA MENDES | G1 | BLOCO1 3 AP. 104 | 94761941 | 61 | M | SANTAREM | CASADO | MÉDIO | S | S | COMÉRCIO |
| MARCONDES SILVA DA MOTA | G1 | BL. 16 AP. 301 | 91469680 | 28 | M | MANAUS | CASADO | MÉDIO | S | S | AUTONOMO |
| RUTE DA SILVA COSTA | G1 | BL. 08 AP. 201 | 91574381 | 30 | F | MANAUS | CASADA | MÉDIO | S | S | AUTONOMA |
| GRACIMAR FREITAS DA SILVA | G1 | BL. 06 AP. 101 | 991691233 | 56 | F | MANAQUIR I | CASADA | FUNDAMENTAL | S | S | COSTUREIRA |
| SEBASTIÃO SANTOS DA COSTA | G1 | BL.03 AP. 102 | 88413243 | 59 | M | TABATING A | CASADO | FUNDAMENTAL | S | S | COMÉRCIO |
| ANDERSON FARIAS DA SILVA | G1 | BL. 03 AP. 302 | 94933120 | 41 | M | SANTAREM | CASADO | MÉDIO | S | N | INDUSTRIÁRIO |
| MARCELO DE ARAUJO LIMA | G1 | BL.01 AP. 102 | 84071400 | 36 | M | ITACOATIA RA | CASADO | MÉDIO | S | S | GERENTE COMERCIAL |
| ELISABETE OLIVEIRA DA SILVA MOTA | G1 | BL.16 AP 301 | 92365369 | 35 | F | MANAUS | CASADA | MÉDIO | S | S | AUTONOMA |
| NUBIA RIBEIRO DE FARIAS | G1 | BL.09 AP. 101 | 993780576 | 29 | F | MANAUS | SOLTEIRA | MÉDIO | N | S | COMÉRCIO |

QUADRO 4 - Informações dos moradores.

| Grupo Focal 02 – Homens ou mulheres com idade acima de 25 anos moradores no Parque Residencial desde 2014. | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------------|-----------|-------|------|----------------|--------------|----------------------|------------|--------------|-------------------|
| Parque Residencial – Cajual | | | | | | | | | | | |
| Moderadora – Viviane Alves da Silva (Pesquisadora responsável - PPGICH) | | | | | | | | | | | |
| Observador – Bárbara (Assistente Social e Mestranda de Serviço Social da UFAM – convidada) | | | | | | | | | | | |
| Data de aplicação do Grupo Focal – 06/03/2018 | | | | | | | | | | | |
| NOME | COD. | END. | TELEFONE | IDADE | SEXO | LOCAL DE NASC. | ESTADO CIVIL | GRAU DE ESCOLARIDADE | FILHOS S/N | TRABALHA S/N | ATIVIDADE LABORAL |
| JOSIANE LIMA DA SILVA | G2 | BL.08 AP. 302 | 94798706 | 34 | F | MANAUS | CASADA | MÉDIO | S | S | SERVIÇOS GERAIS |
| IVANETE LIMA DE ANDRADE | G2 | BL. 08 AP. 301 | 92660321 | 39 | F | COARI | CASADA | MÉDIO | N | N | INDUSTRIÁRI A |
| LUCIMARA SENA LÍRIO RODRIGUES | G2 | BL.16 AP. 201 | 99455370 | 28 | F | MANAUS | CASADA | SUPERIOR | N | S | ADMINISTRA DORA |
| MARLICE MENEZES FERNANDES DA SILVA | G2 | BL. 06 AP. 304 | 30278255 | 49 | F | MANAUS | SOLTEIRA | SUPERIOR | S | S | ENFERMAGE M |
| LUCIVANIA SENA LÍRIO | G2 | BL. 16 AP. 201 | 993845821 | 32 | F | MANAUS | SOLTEIRA | SUPERIOR INC. | S | N | PEDAGOGIA |
| DAYANNADE PAULA FERREIRA | G2 | BL.21 AP. 102 | 81722687 | 26 | F | MANAUS | SOLTEIRA | MÉDIO | N | N | ANÁLISES CLÍNICAS |
| MARTA LIA LOPES DE SOUZA | G2 | BL.10 AP. 103 | 94476228 | 36 | F | MANAUS | SOLTEIRA | FUNDAMENTAL | S | N | - |

3.2 Planejamento do Grupo Focal

Como recomendado por Malhotra (2006), foi realizado um exame objetivo do projeto de pesquisa que visou analisar o processo de reassentamento das famílias que residiam nas áreas de intervenção do Prosamim sob a perspectiva do que objetiva a política de reassentamento involuntário - OP710.

Foi elaborada uma lista detalhada de objetivos para o grupo de foco, alinhada a partir de discussões que oportunizassem a análise do alcance e do entendimento dos moradores, partindo dos indicadores da política de reassentamento, dados que subsidiaram a elaboração de um roteiro de entrevista para selecionar participantes potenciais, buscando sempre identificar a familiaridade e conhecimento do assunto objeto da pesquisa, assim como atitudes para com grupos de foco, participação prévia nos mesmos e características demográfico padrão.

3.2.1 As questões a seguir elencadas foram consideradas no planejamento do GF:

Dentre os indicadores propostos pela OP 710 e retratados nos Planos de Reassentamento estão: o tempo de aplicação do plano de reassentamento, o padrão mínimo de vida, o acesso à terra, aos recursos naturais e aos serviços: água potável, infraestrutura comunitária, títulos de propriedade – equivalentes aos níveis anteriores, a recuperação das perdas causadas pelas dificuldades de transição, a perturbação tão limitada quanto possível das suas redes sociais, a oportunidades de emprego e produção, o acesso aos recursos naturais e instalações públicas, o acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social. (BID, 1998).

As ações se concentraram no objetivo de levantar dados para a análise da aplicação da Política de Reassentamento (OP 710), tendo em vista as famílias cujo o remanejamento foi inevitável realizar uma avaliação da aplicação do Plano de Reassentamento, que teve como finalidade assegurar as famílias afetadas, o recebimento de compensação e reabilitação das perdas patrimoniais e de mitigação dos impactos socioambientais.

3.2.2 Indicadores

- Tempo de aplicação do Plano de Reassentamento
- Padrão mínimo de vida
- Acesso à terra

- Aos recursos naturais e aos serviços: água potável, infraestrutura comunitária, títulos de propriedade – equivalentes aos níveis anteriores.
- Recuperação das perdas causadas pelas dificuldades de transição
- Perturbação tão limitada quanto possível das suas redes sociais, oportunidades de emprego e produção, acesso aos recursos naturais e instalações públicas.
- Acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

3.2.3 As decisões fundamentais no processo de planejamento foram as seguintes com base nas abordagens de Morgan (1998).

- ✓ Definir a finalidade e os resultados do projeto;
- ✓ Identificar o papel do patrocinador do projeto;
- ✓ Identificar pessoal e recursos humanos;
- ✓ Desenvolver o cronograma para o projeto;
- ✓ Determinar quem serão os participantes;
- ✓ Escrever as perguntas no guia de entrevista;
- ✓ Desenvolver um plano de recrutamento;
- ✓ Definir os locais, datas e horários para as sessões;
- ✓ Desenhar um plano de análise;
- ✓ Especificar os elementos do relatório final.

O roteiro abaixo detalhado diz respeito aos procedimentos para planejar e conduzir grupos de focos recomendado por Malhotra (2006) e descreve o planejamento e administração de grupos focais que foram utilizados para composição desta pesquisa.

- 1) Determine os objetivos do projeto de pesquisa e defina o problema;
- 2) Especifique os objetivos da pesquisa qualitativa;
- 3) Declare os objetivos a serem alcançados e as perguntas a serem respondidas pelo Grupo Focal;
- 4) Escreva um questionário de forma a selecionar entrevistados com perfil adequado;
- 5) Devolva o esquema para o moderador;
- 6) Realize as entrevistas de grupos de focais;
- 7) Reveja as gravações feitas e analise os dados;
- 8) Resuma os resultados alcançados e planeje uma pesquisa ou uma ação decorrente.

3.2.4 Recrutamento dos participantes do Grupo de Foco

A seguir apresentam-se algumas tarefas específicas usadas no recrutamento indicadas por Morgan (1998):

- Definição da população alvo;
- Definição de segmentos dentro da população alvo;
- Identificação da composição adequada para cada grupo;
- Desenvolvimento de critérios de elegibilidade e de exclusão de participantes individuais;
- Desenvolvimento do formato de convite para recrutamento e seleção;
- Realização de contatos com os potenciais participantes do recrutamento;
- Determinação das modalidades de acompanhamento para garantir a participação.

Foram observadas três etapas estratégicas de recrutamento: i) Duas semanas antes da realização dos grupos, foram feitos contatos com os participantes. ii) Uma semana antes, eles receberam uma confirmação. iii) Um dia antes do grupo, foi feito um telefonema lembrando o evento para cada participante.

3.2.5 Ambiente para a realização do Grupo de Foco

O ambiente foi escolhido e preparado para oferecer uma atmosfera descontraída e informal, para estimular comentários espontâneos. O prédio era próximo das residências dos entrevistados, dentro do próprio residencial, e possuía sala equipada com ar condicionado, boa iluminação, cadeiras e mesas confortáveis e gravador de voz. Água e lanche foram servidos durante a sessão.



FIGURA 3 - GF – 01 Liberdade



Figura 4 - GF – 02 Cajual

3.2.6 O Moderador

Segundo Malhotra (2006), o moderador precisava compreender quais eram os objetivos dos projetos e quem eram os participantes, como possuir habilidade, experiência e conhecimento do tópico em discussão, entender a natureza da dinâmica do grupo e como os resultados seriam usados. Além disso, deveria reunir habilidades de observação, boas relações interpessoais e de comunicação. Ele deveria ser capaz de estabelecer relação com os participantes, manter ativa a discussão e motivar os respondentes a trazerem à tona suas opiniões mais reservadas. Após uma consulta a um estatístico, uma psicóloga e uma assistente social, chegou-se a conclusão que a autora do referido trabalho reunia as condições mínimas para desempenhar o papel de moderador.

3.2.7 O Observador

Segundo Malhotra (2006), o observador atua como colaborador do moderador, a ele caberá a função de realizar anotações que serão usadas no momento da análise dos dados. O observador tem a responsabilidade de resgatar e auxiliar a coleta e análise dos dados. O seu perfil deve diferir do moderador, isto contribuirá para enriquecer os resultados. É importante ser disciplinado para não intervir nas discussões, papel que cabe ao moderador. O observador poderá auxiliar o moderador na operação dos aparelhos, receber os participantes, ajudar a servir o lanche e outras formas de apoio que se fizerem necessários.

Nos grupos focais realizados nesta pesquisa participaram, do primeiro a Psicóloga Rosivane dos Anjos e no segundo a Assistente Social Bárbara Gabriela.

3.2.8 A discussão no grupo de foco

Nesta etapa, procurou-se detalhar como deveria acontecer a discussão nos grupos de focos. As perguntas deveriam conter frases sequenciadas e de fácil compreensão. O conjunto de questões deveria ser organizado numa sequência lógica. No início dos trabalhos, as perguntas seriam mais gerais. Depois passariam a ser mais específicas com a continuidade dos trabalhos.

3.2.9 O roteiro de entrevista

Destacam algumas qualidades de um bom roteiro: i) um começo simples e fácil, onde as questões permitam que os entrevistados relaxem, não percam tempo pensando em respostas e até mudem de opinião durante os trabalhos; ii) deve ser estruturado mediante uma sequência lógica; iii) deve partir de questões gerais para específicas; iv) o tempo da entrevista deve ser usado sabiamente: cabe ao moderador medir o tempo entre uma questão e outra.

No quadro abaixo, apresenta-se um paralelo entre as questões propostas no roteiro de entrevista e sua aplicação em cada grupo focal registrando a forma de condução da discussão.

3.2.10 Grupo Focal

QUADRO 5 – Grupo Focal

| Questionário | Aplicação na discussão Liberdade | Aplicação na discussão Cajual |
|---|---|--|
| Quanto tempo durou o processo de reassentamento, entre a primeira visita e a mudança para a nova moradia? | <i>Quanto tempo durou o processo de reassentamento entre a primeira visita e a mudança para nova moradia, vocês lembram? Desde quando foi cadastrado, como foi o processo de remanejamento de vocês? Olha só, vamos voltar para pergunta e a gente precisa que todo mundo participe! Tá bom? Então, a questão é o tempo! Eu preciso saber como é que foi isso? Esse tempo, é muito? É pouco? Foi rápido? Pelo o que percebi aqui, nós temos processos diferentes. Stanley, como é que foi isso, do primeiro cadastro até o final?</i> | <i>Quanto tempo durou o processo de reassentamento entre a primeira visita e a mudança para a nova moradia? Quanto tempo durou? Vocês lembram? Teve atividade ao longo desse período, ou não? Na opinião de vocês, demorou? E o teu Marlice, demorou? Como é que foi isso? Marta, como é que foi o teu processo?</i> |
| O Sr. (a) dispõem de quais serviços no novo local de moradia? Saúde, educação, segurança, transporte | <i>O senhor ou a senhora dispõem de quais serviços no novo local de moradia? Que tipo de serviço vocês dispõem aqui? Nesse residencial? serviço público?</i> | <i>Hoje, aqui como é? Serviços, transporte, saúde, escola, como é que</i> |

| | | |
|---|---|---|
| <p>público, serviço de limpeza pública, abastecimento de água e energia elétrica...</p> | <p><i>Deixa então eu perguntar uma coisa para vocês... saúde, posto de saúde? Mudou alguma coisa do que era antes para o que é hoje? Quando vocês precisam acessar pré-natal, tratamento das crianças, o próprio tratamento de vocês de saúde? Como é que funciona isso?</i></p> <p><i>Quem faz isso aqui?</i></p> <p><i>Tiveram dificuldade com isso? (agendar atendimento médico)</i></p> <p><i>Como foi?</i></p> <p><i>Entendi! Alguém quer pontuar alguma coisa em relação a essa questão de saúde, educação, aqui?</i></p> <p><i>Sabe o outro indicador que é importante? O transporte público. O acesso ao ônibus aqui, como é?</i></p> <p><i>Essas paradas eram todas existentes antes da intervenção?</i></p> <p><i>O carteiro não entrega? e como vocês fazem?</i></p> <p><i>E a questão do abastecimento de água e luz? Como é aqui?</i></p> <p><i>Da iluminação pública?</i></p> | <p><i>é isso? O que o bairro tem aqui? Que vocês conseguem acessar daqui do parque, o que vocês conseguem acessar aqui nas redondezas?</i></p> <p><i>Antes, era assim?</i></p> <p><i>Tem parada aqui perto? Tem parada de ônibus?</i></p> <p><i>E o abastecimento de água e luz, como é que é aqui?</i></p> <p><i>Como é que é o contato de vocês com a Manaus Ambiental?</i></p> <p><i>E a Eletrobrás? Como é que é a questão da luz aqui?</i></p> <p><i>Mas falta luz?</i></p> <p><i>Segurança...</i></p> <p><i>Limpeza.... limpeza pública, como é que é?</i></p> <p><i>Tem coleta de lixo todo dia aqui?</i></p> |
| <p>O Sr. (a) possui a documentação do seu imóvel? Qual?</p> | <p><i>Tá certo! Bora fazer a pesquisa, tá bom!?! Um outro ponto que é muito importante é a questão da documentação do imóvel. Quando a gente estava no imóvel de origem tinha uma documentação, né!?! Hoje, vocês dispõem de alguma documentação desse imóvel que vocês residem hoje?</i></p> <p><i>Todos dispõem desse documento? Como é esse documento?</i></p> <p><i>Vocês são proprietários?</i></p> <p><i>Todos aqui são proprietários do seu apartamento?</i></p> <p><i>No imóvel de origem vocês eram proprietários também?</i></p> | <p><i>Tá! Agora a gente vai falar de um outro assunto! É, em relação a documentação do apartamento... Vocês têm documento do apartamento de vocês?</i></p> <p><i>Como é esse documento?</i></p> <p><i>É?! E o quê que tem lá nele?</i></p> <p><i>Vocês se sentem proprietários?</i></p> <p><i>Vocês eram proprietários?</i></p> <p><i>Quais eram os documentos que vocês dispunham na época?</i></p> <p><i>Aí vocês tinham o documento do terreno?</i></p> <p><i>E hoje vocês têm o documento do apartamento!?</i></p> <p><i>Como é que vocês veem isso?</i></p> <p><i>Josiane, como tu te sente em relação a propriedade do teu apartamento?</i></p> <p><i>Da propriedade ainda?</i></p> |

| | | |
|---|---|--|
| | | Alguém mais viveu essa experiência? |
| Quais foram as principais dificuldades enfrentadas no processo de reassentamento? | <p><i>Quais foram as principais dificuldades enfrentadas no processo de reassentamento? Quais foram as principais dificuldades encontradas no processo?</i></p> <p><i>De vocês? a gente está falando de vocês? O quê que foi difícil para família do Marcondes? Para família do seu Edinaldo? Para família do Stanley? O que foi difícil no processo do reassentamento?</i></p> <p><i>O processo de reassentamento ele é maior, ele não é só o dia da mudança, tá bom!? Ele é do dia que você foi cadastrado, depois todo o período que vocês esperam, depois as reuniões, as visitas, as documentações, a Suhab, a UGPE, a mudança, o chegar aqui... é todo esse processo. Que mais que teve dificuldade aí?</i></p> <p><i>O que essa espera causa na vida de vocês? O que causou?</i></p> <p><i>Todos vocês queriam sair?</i></p> <p><i>Então a gente pode pontuar isso como uma dificuldade do reassentamento?</i></p> <p><i>Essa relação mudou do que vocês tinham antes pro que vocês têm hoje aqui e isso mudou? E isso incomoda?</i></p> | <p><i>É porque vocês já estão respondendo a próxima pergunta. Deixa eu só fazer, a gente vai continuar discutindo está bom? A gente vai trabalhar aqui. Deixa eu fechar a terceira! São 07 questões, a gente está na terceira, a gente vai para quarta agora.</i></p> <p><i>A quarta pergunta é assim: quais foram as principais dificuldades enfrentadas no processo de reassentamento? Entendeu? Aí vocês estão falando da dificuldade entre vizinhos, vocês estão falando desse processo de invasão, dessas abordagens né?</i></p> <p><i>O que mais que dificultou esse processo? Que vocês lembrem assim, 'poxa isso foi difícil'?</i></p> <p><i>Então a dificuldade do reassentamento que vocês estão colocando é essa questão de relação entre vizinhos, é essa adaptação entre quem estava chegando e o entorno... é a questão do tráfico. É isso? E o processo de invasão e de desocupação dos apartamentos. Foi isso? Os apartamentos danificados também, vocês falaram isso aqui... é isso? Eu estou entendendo direito?</i></p> |
| Como o Sr. (a) trabalhou para superar as dificuldades do processo de mudança junto a sua família e na sua comunidade? | <p><i>Como o senhor ou a senhora trabalhou para superar as dificuldades. Do processo de mudança, junto à sua família e na sua comunidade?</i></p> <p><i>Todas essas dificuldades que vocês pontuaram para mim nessa pergunta eu sei que vocês também têm dado resposta para isso. Como vocês estão fazendo isso?</i></p> <p><i>O processo de mudança trouxe algum impacto para vida de vocês? Trouxe esse Impacto? Ele é positivo e negativo?</i></p> <p><i>Então deixa eu ver se eu estou entendendo o que vocês estão dizendo... que uma das maiores dificuldades aqui é a questão de convivência e que vocês estão trabalhando esta dificuldade de convivência, buscando falar com todo mundo, nem todo mundo ouve, nem todo mundo participa, mas existe um grupo de</i></p> | <p><i>Vou fazer outra pergunta que você já tá respondendo a outra. Como vocês trabalham para superar a dificuldade do processo de mudança junto a família e a comunidade? A política que eu estou estudando, a OP710 diz que tirar a família do local de origem e levar para um novo lugar vai gerar uma série de dificuldades, entendeu? E aí eu gostaria... o objetivo desse Grupo Focal é ver o que acontece realmente. Não só o que está escrito no papel, mas como é pra quem viveu, entendeu? Então vocês me falaram da dificuldade... se ainda tiver alguma coisa para colocar em relação a isso fiquem à vontade, mas vocês já moram desde 2014 aqui, a gente tá morando desde 2018! Nesse período, que tipo de coisas vocês fizeram para diminuir, além da questão do enfrentamento, de se</i></p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p><i>moradores que tem buscado isso e a estratégia é ir atrás disso por bloco, é?</i></p> <p><i>Quando vocês fazem festa aqui no parque como é a participação?</i></p> | <p><i>posicionar, que você estava comentando, o que mais vocês fizeram para ir superando isso?</i></p> <p><i>Então só para resumir, isso que você tá me dizendo é o seguinte, que uma possibilidade de superar essa dificuldade era manter o máximo possível a vizinhança da área de origem, é isso? E o que mais que vocês acham que tem que ser pontuado aqui?</i></p> |
| <p>O que não mudou em sua vida durante o processo? O Sr. continua a vida fazendo as mesmas coisas que antes?</p> | <p><i>O que não mudou na sua vida durante o processo? o que vocês faziam antes e vocês continuam fazendo agora? e vocês conseguem manter a mesma rotina diante deste novo espaço? o que mudou na vida de vocês, a partir desse novo espaço?</i></p> | <p><i>Eu vou fazer mais uma pergunta para gente avançar tá? O que não mudou em sua vida durante o processo? O que não mudou na vida de vocês?</i></p> <p><i>Olha... A pergunta é o que não mudou na rotina de vocês. O que não mudou durante o processo de reassentamento? O que vocês continuam fazendo igual? Como era antes 'Continuo pagando lixeiro, continuo pagando minha água e minha luz como eu pagava onde eu morava direitinho. Meus filhos continuam indo para escola, não faltando, eles nunca foram de faltar mesmo. A rotina, o trabalho'..</i></p> |
| <p>O processo de reassentamento trouxe algo novo em sua vida? O que mudou a partir da nova moradia? E do Parque Residencial?</p> | <p><i>Entendi! Eu vou fazer logo a última, aí vocês respondem as duas, tá bom?</i></p> <p><i>O processo de reassentamento trouxe algo novo na vida de vocês e o que mudou a partir da nova moradia e do Parque Residencial, o que tem de diferente agora?</i></p> <p><i>O que tem de novo aqui?</i></p> | <p><i>Veio alguma coisa nova pelo reassentamento?</i></p> <p><i>Marlice, mudou muita coisa na tua rotina com o reassentamento? Se for pensar no processo, assim, esse processo de mudar de uma casa para vir para outra, o que que você precisou mudar e o que que você não precisou mudar? Consegue lembrar?</i></p> <p><i>Lucimara?</i></p> <p><i>Josy?</i></p> <p><i>Ivanete?</i></p> <p><i>Gente, essa foi a última questão, tá?</i></p> |

A análise do grupo de foco

Sobre este aspecto, seguiu-se a recomendação de Morgan (1998), onde o planejamento da fase de análise leva em conta o alcance e os efeitos do projeto, bem como os relatórios de resultados para o patrocinador do projeto. As tarefas básicas relacionadas com a análise foram as seguintes:

- ✓ Estimativa da quantidade de tempo dedicado à análise;
- ✓ Organização dos campos de notas, fitas, transcrições e outros dados;
- ✓ Estudo dos dados para determinar as principais conclusões;
- ✓ Organização dos produtos da análise para corresponder ao formato do relatório final;
- ✓ Preparo do relatório final;

Atributos da pesquisa – Foram pautados pelos indicadores da Política Operacional de Reassentamento Involuntário - OP 710.

População alvo – Pessoas que passaram pelo processo de reassentamento no Prosamim-BID, que tenham sido atendidas pelas unidades habitacionais, construídas pelo programa na área do Igarapé do Quarenta, Bacia do Educandos, cujo o reassentamento foi regido pela Política de Reassentamento (OP 710) e seus decorrentes planos de reassentamento.

Segmento da população alvo – homens e mulheres, em idade adulta, que tenham passado pelo processo de reassentamento e que morem no Parque Residencial Cajual ou Liberdade desde 2014.

Recrutamento dos participantes dos grupos de focos:

Composição dos Grupos Focais

Foram recrutadas 20 (vinte) pessoas, a partir do desenho amostral observando os critérios citados neste trabalho, para a composição de 02 (dois) grupos com aproximadamente 08 (oito) integrantes e 02 (dois) suplentes.

Os seguintes critérios foram também considerados para definir a composição dos grupos:

Faixa etária – Somente adultos foram selecionados;

Localização da residência – cada grupo contou com pessoas residentes nos parques residenciais pesquisados;

Tempo de moradia - 04 anos;

Escolaridade – Pessoas com pelo menos Ensino Fundamental completo deveriam ser selecionadas.

Isto permitiu a inclusão de integrantes oriundos da parcela mais representativa da população, que sofre forte influência do reassentamento de pessoas e que detenham pelo menos um nível de conhecimentos gerais que lhes permitam uma percepção crítica do meio em que vive.

A Ficha de Identificação já demonstrada foi montada levando-se em consideração a possibilidade de registrar os dados dos 04 (quatro) critérios acima descritos.

Equipe de trabalho

Moderador (pesquisadora)

Recepcionista/atendente (voluntários);

Assistente social e Observadora (voluntária);

Psicóloga e Observadora (voluntária).

Esquema de trabalho para o moderador

Recomendou-se observar os procedimentos indicados por Krueger & Casey (2000) para o registro das entrevistas de grupo de foco;

- Sempre destacar os registros do moderador, usando um estilo diferente, tais como negrito ou sublinhado;
- Usar um estilo consistente. Espaço simples em todos os comentários. Colocar um duplo espaço entre os moradores. Numerar todas as páginas. Colocar um cabeçalho em todas as páginas indicando data e nome do grupo;
- Não se preocupar com a pontuação, pois as pessoas não falam em frases completas. Usar pontuação onde ela parece fazer sentido. Fazer um corretor ortográfico para preocupações sobre ortografia de palavras técnicas, gíria e siglas.

Dos resultados da aplicação do Grupo Focal

No quadro abaixo, pontuou-se as questões de discussão e as principais colocações apresentadas em cada grupo, para que pudesse ser observada em paralelo, visando demonstrar a forma de percepção e também os pontos de divergência e/ou convergência entre os grupos.

Indicador: Tempo de aplicação do reassentamento

QUADRO 6 - Indicador: Tempo de aplicação do reassentamento

| Questionário | Liberdade – respostas | Cajual – respostas |
|--|---|--|
| <p>Quanto tempo durou o processo de reassentamento, entre a primeira visita e a mudança para a nova moradia?</p> | <p>Morador: <i>Foi tão rápido que a gente foi pego desprevenido lá em casa.</i></p> <p>Morador: <i>Eu passei 6 meses alugado, pagando aluguel!</i></p> <p>Morador: <i>7 anos, 09 anos...</i></p> <p>Moderadora: <i>Como foi o remanejamento?</i></p> <p>Morador: <i>Teve o cadastramento aí depois parou tempo, né?! Que eles ficaram para construção do Prosamim, dos apartamentos e depois que foi feito de novo chamaram a gente já para levar documentação quando ele parou de novo que era para organizar a documentação aí depois que a gente entregou a documentação aí teve o procedimento para aluguel, depois do aluguel foi 6 (seis) meses, não foi? Seis meses de aluguel, aí que nós viemos pra cá. 7 (sete) anos de espera.</i></p> <p>Morador: <i>O meu foi por causa da enchente forte, em 2008. Deu aquela enchente grande que alagou todo 40, aí eu fui atrás do aluguel social, aí eu consegui o aluguel, né!? Eu saí da casa da enchente e fui morar numa casa que alagava! Fui morar numa casa que quando chovia, a água entrava pra dentro da casa, aí quando a água da chuva vem a força, ela subia pelo piso, aí alagava toda casa!</i></p> <p>Morador: <i>E ela como psicóloga, né? Ele deve ter algum conceito sobre isso, que assim, mexe tanto com o nosso psicológico, essas situações, como ele relatou agora, creio que todo mundo passava por esse mesmo tipo de situação aí eu tava conversando com ela que a primeira vez que a gente veio morar aqui a primeira chuva a gente ficava olhando assim porque não tinha goteira, entendeu?! não alagava... a gente ficava assim... Era uma realidade!</i></p> | <p>Morador: <i>A primeira, teve a primeira em 2004 e a segunda p 2011, foi seis anos né?</i></p> <p>Morador: <i>Foi... a primeira visita foi essa data mesmo em 2004, ... a segunda,... eu não estou lembrada, mas a data que eles voltaram, foi... eu acho que foi 2007. Eles foram pela segunda vez em 2007 e em 2011 foi que a gente já saiu, né?! Tivemos que deixar o imóvel.</i></p> <p>Moradora: <i>foi em 2007... aí depois a visita do engenheiro, foi após a visita dele que depois de uns quinze dias foi que a gente recebeu a ligação dele, pra gente comparecer lá na base que é o escritório geral. E depois fomos retirados da nossa casa.</i></p> <p>Moradora: <i>antes de todos esses requisitos, teve um processo, teve a oficina, né?! As assistentes social foram lá em casa, todo esse processo de... que vocês têm, né?! ... Assistente social, engenheiro...</i></p> <p>Moradora: <i>Só teve esse 'coisa' pra adaptação...como cuidar...</i></p> <p>Moradora: <i>Reunião com os moradores, somente! Fase de adaptação ao prédio do Cajual.</i></p> <p>Moradora: <i>Mas pra gente eles fizeram novamente a remarcação né?!... porque na primeira vez eles passaram e colocaram aquele número vermelho, aí na segunda vez, eles passaram pra ver se o número estava lá, direitinho, aí os que não tinham feito cadastro eles colocavam como extra né!?, ele já colocavam o papel 2011, aí só! Aí quando eles foram lá com pessoal, assim, cada assistente social numa casa e falavam empacote suas coisas que sua mudança vai ser tal dia...foi assim!</i></p> <p><i>O meu demorou, fizeram a visita, disseram que eu ia sair, como eu morava numa casa de madeira, morava eu e uma moça, aí lá a moça fez o cadastro, entendeu? aí ficou eu como qualquer coisa lá aí quando chegou lá só aparecia o nome dela... E até então era minha mãe lá né? mas ela me deu de boca, né!? Aí a dra. Bárbara (Subcoordenadora social da UGPI) me liberou, que eu poderia ajeitar a minha casa, né!? eles me ligaram como hoje, na</i></p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p><i>hora do almoço, é...não assisti nenhuma oficina, nada, e disseram como hoje eu tinha que comparecer lá né? e no outro dia eu tinha que me mudar, se eu não me mudasse no outro dia, eu ia perder. Aí como alagava lá né? tem até casa mais ou menos, mas quando sobe alaga, aí eu concordei em sair no outro dia.</i></p> |
|--|--|---|

Quanto ao tempo, a percepção e os relatos versam sob duas perspectivas: o tramite do processo de acordo com o PER e com as etapas previstas, porém, com prazos extensos, em média 07 anos entre cadastro do imóvel original e mudança para o imóvel de destino. E as ações emergenciais, em virtude das cheias ou situação de risco, com a utilização de aluguel social (Prefeitura), bolsa moradia transitória (Prosamim) ou mesmo o custeio com os próprios recursos, seja para o aluguel como um todo ou complementação, muitas vezes recorrendo a imóveis dentro da área de abrangência, porém, em condições menos vulneráveis que suas casas. Registra-se que os relatos descrevem angústia e expectativa desde o primeiro cadastro e que as ações demoram para iniciar, mas, que em alguns casos a mudança para ocupação do imóvel de destino ocorreu de forma rápida sem o tempo de preparação para mudança apropriada ou mesmo com os apartamentos nas condições adequadas em virtude de invasões e/ou depredações.

Ao descreverem o reassentamento, pontuam como principais momentos em suas memórias: cadastramento, a obra, apresentação da documentação, moradia transitória (aluguel), a visita do engenheiro, a ligação informando a data da saída do imóvel de origem. Quanto às ações socioambientais citam como: oficinas, reuniões ou “essa coisa para adaptação”. Registram ainda que, em momentos diferentes, foram impedidos e liberados para mexer (reformas e melhorias) nos seus imóveis.

De modo geral, o que pode ser percebido como alcance da OP 710 são questões como o uso da bolsa moradia transitória; o conforto de estar num imóvel que não alaga ou tem goteiras; a participação dos técnicos de diversas áreas no processo de desapropriação e a relação dos mesmos com o morador; ações como as oficinas de preparação que são descritas como “uma coisa para adaptação” e o procedimento de revalidação – atualização do cadastro inicial.

Porém, apresentam os seguintes aspectos que são complementemente contrários ao preconizado pela OP 710: pagamento de alugueis por parte dos moradores, que aguardavam unidades habitacionais; mudança sem o tempo devido de preparação, o período de 06 anos entre a visita para o primeiro cadastro e a segunda visita para abertura de processo; saída do imóvel

por ação emergencial; o sofrimento psicológico vivenciado durante o reassentamento exacerbado pelas questões já citadas; a dificuldade em relação ao que é apresentado no cadastro e validado no momento de abertura do processo e de recebido do programa autorização para “mexer na casa”.

Indicador: Padrão mínimo de vida; acesso aos recursos naturais e aos serviços: água potável, infraestrutura comunitária

QUADRO 7 Indicador: Padrão mínimo de vida; acesso aos recursos naturais e aos serviços: água potável, infraestrutura comunitária.

| | | |
|--|---|--|
| <p>O Sr. (a) dispõem de quais serviços no novo local de moradia? Saúde, educação, segurança, transporte público, serviço de limpeza pública, abastecimento de água e energia elétrica...</p> | <p>Saúde</p> <p>Moradora: - <i>Ficou até mais fácil porque a gente tem quase toda semana, agentes de saúde, (visita delas) para saber se a gente precisa de uma consulta, marcar exames... ficou muito mais fácil antigamente a gente não tinha esse privilégio aqui!</i></p> <p>Moradora: - <i>Já existia isso aqui para gente! A casinha era aqui atrás da casa da Núbia, aí ela continuou para nós que morava nos aqui, né Núbia!?</i></p> <p>Moradora: - <i>Era um pouquinho melhor porque elas saíam nas casas, as pessoas que necessitavam mais, os idosos...</i></p> <p>Moradora: - <i>Mas aqui querendo ou não, comparado às outras zonas da cidade a gente é privilegiado, porque pra onde a gente vai é posto aqui! é o do São Lázaro, é o da Santa Luzia, fora que é fácil acesso no PAM da Codajás, Adriano Jorge...</i></p> <p>Moradora: - <i>No meu caso, lá no posto anterior que eu fazia sempre meus acompanhamentos lá, a última vez que eu estava ainda morando lá, que eu fui lá me consultar, a moça disse “não minha filha, de hoje por diante a gente encaminhou os seus documentos todinhos de vocês lá para a UBS Morro da Liberdade. Porque a partir de hoje você não vai mais fazer aqui! Você vai para lá fica mais perto para você” (porque ficava lá na Silves, né?) Aí, quando eu já vim aí, já estavam tudo sabendo que eu era moradora aqui do parque, né!? aí desde aí, eu achei ótimo porque já estavam esperando a gente.</i></p> | <p>Educação</p> <p>Moradora: <i>em relação à escola, em relação a transporte, a gente não pode reclamar porque aqui tem tudo perto, então não tem porque reclamar...!</i></p> <p>Moradora: <i>reclamar a gente tem um pouco, né?! por causa do ônibus! Antes o ônibus o 702, ele não era tão demorado como é agora. Agora o 713, pra você pegar ele, você tem que ir pra parada 1 hora antes, pra poder pegar ele, porque ele passa o horário que eu conto aí pra mim ir para faculdade, eu tenho que subir ‘quatro e meia’ pra poder pegar o ônibus de ‘cinco e quinze’, porque se você perder ele, você vai pegar só ‘seis e meia’ e daí por diante...</i></p> <p>Moradora: <i>Logo no começo faltava muita água, era do nada assim, tu passava o dia sem água, as vezes era de noite ia ‘embora a água’ e a gente ‘penou’ um pouquinho, mas depois normalizou...</i></p> <p>Moradora: <i>É... mas a situação da água, queria falar também que lá a nossa caixa d’água, as pessoas desligavam de lá do outro Prosamim, porque eu fui lá junto com a Rosane e o esposo dela, o senhor que tem um comércio aqui. E chegamos lá, eles me chamaram e quando eu cheguei lá, eu presenciei que eles estavam com registro... fecharam... estava fechado. Aí o rapaz até me deu a caixa dele de ferramenta, um morador de lá, e disse</i></p> |
|--|---|--|

| | | |
|--|--|--|
| | <p><i>Em cada esquina tem uma escola!</i></p> <p>Moradora: <i>só tem uma coisa que falta aqui... creche!</i></p> <p>Moradora: <i>- Por exemplo, meu filho estudava no João Valente porque era mais próximo da residência anterior e aí nós fomos, depois que nós reassentamos para cá... ele teve a oportunidade de estudar aqui na Divina Providência. E eu, anos e anos, eu lutava para colocar ele em tempo integral e eu nunca conseguia! Mas aí pela facilidade da escola Divina Providência, que era a escola anterior, ele obteve as melhores notas, automaticamente, ele foi transferido e matriculado lá no Gilberto Mestrinho. E hoje, atualmente, ele estuda no Gilberto Mestrinho em tempo integral.</i></p> <p>Moradora: <i>Isso é um ponto negativo. Porque a distância.... Se pudéssemos ter uma parada de ônibus aqui na rua São João, que ficaria muito mais próximo pra gente né!? Mas assim, a gente tem que se deslocar daqui lá para Adalberto Valle, então fica assim um pouco complicado.</i></p> <p>Moradora: <i>Toda vida foi assim, que a gente morou aqui, toda vida foi assim! O 704 aqui, o 04 aqui, o 010 também lá, toda vida foi assim, não foi Núbia?</i></p> <p>Moradora: <i>Não teve uma mudança, assim de colocarem mais próximo...</i></p> <p>Moradora: <i>Não teve mudança nenhuma sobre esse assunto de transporte.</i></p> <p>Moradora:- <i>A gente tem uma dificuldade aqui que a gente não recebe aqui... sabe o que que é? Correio! A gente não tem acesso a correio aqui!</i></p> <p>Moradora: <i>De água e luz, tá ficando bom! Eu creio que dessa zona sul que foi aqui onde a gente mora a gente tem privilégio. Mas tem alguns pontos que precisa ajeitar quando eles ver eles têm que vir mais preparado, porque tem portes que eles não ligam, devido à distância da pista para lá para o poste. Nós temos, eu acho que uns três postes desligado.</i></p> | <p><i>que uma mulher de lá que fecha. Aí ele me deu e o vizinho lá, abriu! Aí já não é a primeira vez... Nesta última vez, nós ficamos três dias sem água, estava fechado novamente e quando chegamos lá estava fechado. A caixa d'água de lá... e as crianças, sábado e domingo, se você chegar lá umas cinco horas da tarde, quatro horas, àquela hora que está bem quente mesmo, as crianças, o pessoal tá tudo tomando banho dentro da caixa d'água, lá em cima.</i></p> <p>Moradora: <i>Por que quando o Prosamim fez esse Prosamim aqui né? Eles fizeram, eles compraram esse terreno desse senhor, que ele já até fechou o muro que a gente até sabe né, que aí ia ser a nossa caixa d'água aí, aí eu não sei por quê não levantaram...a nossa caixa d'água nós já puxamos do Jefferson Péres, entendeu? aí é de lá... realmente tem como você entrar dentro da caixa d'água e subir, em uma área que você sobe escada...ver tudo bonitinho... Mas pra falar a verdade, todos os moradores que moram lá eles fazem isso.</i></p> <p>Moderadora: <i>E a Eletrobrás? Como é que é a questão da luz aqui?</i></p> <p>Moradora: <i>Assim...</i></p> <p>Mediadora: <i>Mas falta luz?</i></p> <p>Moradora: <i>Uma época, toda noite! Assim, as pessoas que vivem aqui que tem baixa renda, o custo é muito alto....pra pessoa que só vive trabalhando...é complicado, já basta a moradia né ter um custo desse, é complicado!</i></p> <p><i>Segurança...</i></p> <p>Moradora: <i>Até que agora que a gente está tendo essa...não sei pra vocês, mas pra nós ali pra trás né!?... tinha noites que a gente não dormia, eu via, eles faziam a farra deles até que</i></p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|---|---|
| | <p><i>É porque, até porque os postes é muito alto, né!? Aqui onde eu moro, tanto atrás como na frente, tem uma altura imensa. Tem que ter andaime, no caso assim né com uma altura que deu para trabalhar. Então é difícil para eles, até mesmo quando eles vem aí, eles falam: “Não rapaz, a gente não trouxe o andaime!”</i></p> <p>Água</p> <p>Moradora: - <i>E sobre o assunto da água? sobre isso a água que eles não a caixa d'água? Eu acho que é porque eu acho que aí fica aberto, fica a Deus dará...pessoal fica tomando banho na caixa d'água, então é uma coisa que é assim, é complicado!</i></p> <p>Moradora: - <i>Porque você não viu o galinheiro que é lá dentro! (Estrutura do reservatório)</i></p> <p>Moradora: - <i>Eu já fui várias vezes lá na Manaus Ambiental e não tive nenhum retorno !</i></p> | <p>melhorou. O máximo até “onze horas...”</p> <p>Moradora: <i>Assim né, pra nós moradores, eu tava ontem comentando com um senhor aqui do parque que eu já me vi assim, é que alguém já me falou assim... Ah! Porque o pessoal do Prosamim não vão pra aquela parte lá, porque é perigoso! Eu escutei eles reclamarem aí o pessoal falou e eu disse: ‘Amor eu tenho medo de vir pra cá, mas é isso que a gente não tem que deixar as pessoas chegarem e bagunçar né’..... outro dia meu sobrinho veio em casa e meus dois filhos...de não deixarem os filhos brincarem no parque, com medo....como eles já são adolescentes faz isso aqui né? porque as pessoas, alguns fazem pro bem e eles ficam praticamente presos sem poder brincar né? porque o parque é bonito pra as crianças brincarem, mas a segurança né?! E é isso!</i></p> <p>Moradora: <i>Os meus também, estão bem instruídos! Eles mesmos! porque tem gente que pergunta...mana, tua filha mora contigo? Mora! ... tem gente que prende seus filhos e tem mãe que “já são liberal!”.</i> Então é como eu digo pra eles e pros meus sobrinhos...<i>Na minha casa agente não esconde nada ... e tem mãe aqui olha que as vezes a gente fica até “uma hora” quando eu chego da faculdade na frente do meu apartamento lá né? fora que tem criança, adolescente que passa ali mana... eu fico horrorizada, te juro!</i></p> <p>Moradora: <i>Tinha um casal que eu acho que eles deviam ter quatro ou cinco anos, um garoto e uma menina, dois moreninhos, às vezes “uma hora, duas horas da manhã” eles ficavam lá no balanço... Ainda continua, por que a mãe dele é deficiente visual! Só que tem uma outra...Cabeça de um e cabeça do outro... Cheguei, outro dia, eu acho que era umas “meia noite”, alguma coisa, passei por de trás do</i></p> |
|--|---|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p><i>porte de casa, e voltei e vi que era ela, aquela garota não tem 12 anos.</i></p> <p>Moradora: <i>Ah... tem uma outra questão...</i></p> <p>Moderadora: <i>Pode falar!</i></p> <p>Moradora: <i>Limpeza!!!</i></p> <p>Moderadora: <i>Limpeza.... limpeza pública, como é que é?</i></p> <p>Moradora: <i>A pública também deixa a desejar por quê? Porque a maioria da população, joga 80% leva só o balde de lixo, só faz jogar, leva só o balde! não é só os moradores do conjunto não, é do entorno. Tem gente lá, a gente mora numa ladeira, os “pessoal” do entorno, eles descem com um balde aí joga dentro do lixeiro... a minha mãe colocou uma placa desse tamanho lá, “Por favor, coloque seu lixo num saco!”. Aí eles fazem isso!!! Aí minha mãe fala mesmo: -Ei, bote seu lixo num saco, o lixeiro não vai levar isso aí, é ela que limpa a lixeira! Dia de segunda que o lixeiro passa e dia de sexta-feira, pode passar lá!!! Aí ela sai limpando tudinho. E ainda tem morador que fala pra ela, por que a senhora vai limpar agora, se mais tarde vão sujar? Aí ela fala.. eu vou viver todo tempo na imundice!? Porque a lixeira fica praticamente na frente de casa</i></p> <p>Moderadora: <i>Tem coleta de lixo todo dia aqui?</i></p> <p>Moradora: <i>Só não sábado e domingo! Traz urubu, traz essas coisas aí, a gente não vai ficar né?! Fora que a gente já tá com uma praga de barata, isso não acaba. A gente chama o dedetizador, passa dois, três sem ter,... quando pensa que não e agora não é só mais aquela baratinha não, tá dando umas baratonas grandes...vermelha... É as que voam que dá até nojo.</i></p> |
|--|--|--|

Para aferir o padrão de vida, foram analisadas as disposições de alguns serviços como: educação, saúde, segurança, transportes públicos, abastecimentos de água e energia elétrica, e outros foram acrescentados pelos próprios participantes, como o serviço de correios, limpeza e convivência nas áreas comuns.

Quanto ao serviço de saúde, os relatos registram facilidade e acesso aos atendimentos, com consultas e visitas domiciliares. Registram, também, que o serviço que era oferecido pelas casinhas de saúde era bom, porém, agora, os atendimentos e acompanhamento chegam mais facilmente às casas e às famílias. Eles pontuam que, na área onde residem, tem muitas ofertas de equipamentos de saúde em comparação a outras zonas da cidade. Inclusive, explicam que com a mudança, houve também a transferência dos prontuários e atendimento para mais próximo do novo local de moradia, ações que exemplificam o que a Política de Mitigação pode apoiar.

Quanto à educação, descrevem de forma exagerada que “em cada esquina tem uma escola”, mas pontuam que faltam creches e vão expondo como se deu o processo de transferência e de algumas vantagens, como a matrícula na escola de tempo integral disponível no bairro.

Quanto ao transporte público, um dado sobressai a partir dos inúmeros relatos da dificuldade, ainda que perto do centro da cidade, o acesso é difícil, os ônibus demoram muito para passar, são poucas opções e disposição de paradas. O transporte público não sofreu qualquer tipo de ajuste em virtude da implantação das obras do sistema viário e dos residenciais, permanecendo exatamente como antes, porém, os moradores sentem dificuldades porque saíram de localidades como a rua Leonardo Malcher, Sete de Setembro, nas áreas mais centrais, em que a oferta de opções era maior e o tempo de deslocamento era menor, podendo ser feito inclusive a pé.

Quanto ao serviço de luz elétrica e iluminação pública, os relatos versam quanto a falta do serviço nos primeiros meses após a mudança, no valor elevado da cobrança e, nos casos de iluminação pública, da dificuldade para a troca das luzes dos postes, em virtude da altura dos mesmos, e para a manutenção da iluminação nos espaços entre blocos, por conta da indisponibilidade de equipamento específicos por parte da concessionária.

Quanto ao serviço de abastecimento de água, relatam de forma enfática, em ambos os grupos, as dificuldades em relação a manutenção e cuidados com os reservatórios. Foram relatadas situações de pessoas tomando banho dentro da caixa d'água e fechamento do registro, que gerou falta de água por dias nos apartamentos do residencial vizinho, tendo em vista que um reservatório atende a dois residenciais. Também foram pontuados problemas como

cobranças indevidas, registro de contas com nomes trocados e outras situações já denunciadas diretamente a concessionária.

Quanto a serviço de correios no Parque Residencial Liberdade, os participantes registram que não dispõem do serviço de entrega de cartas e que suas correspondências são entregues no centro de distribuição dos correios, não havendo o atendimento domiciliar.

O serviço de limpeza pública foi abordado, porém, na discussão, o que foi bastante mencionado foi a questão de maus hábitos e divergência entre vizinhos, no que diz respeito a manutenção e limpeza de áreas comuns e lixeiras.

O serviço de segurança pública também foi mencionado e as discussões foram relacionadas a crianças e adolescentes na rua até tarde da noite, o que incomoda algumas mães participantes, assim como a questão da relação com vizinhos que tenham envolvimento com tráfico ou atividades ilegais. Elas revelam que a sensação de segurança era maior na área de origem, pois, ainda que mais perigosa, o fato de se conhecerem permitia tranquilidade. E falaram dos questionamentos que recebem por estarem morando numa “área vermelha” ou por transitarem em partes específicas dos residenciais.

- **Acesso a Terra; ao título de propriedade, equivalentes aos níveis anteriores;**

QUADRO 8 - Acesso a Terra; ao título de propriedade, equivalentes aos níveis anteriores.

| | | |
|---|---|---|
| <p>O Sr. (a) possui a documentação do seu imóvel? Qual?</p> | <p>Morador: <i>Provisório! Só provisório!</i></p> <p>Morador: <i>Ele vem relatando o que foi nos passado na oficina. Alguns pontos, por exemplo: não pode alugar, não pode ceder e fora isso, nós assinamos o documento do recebimento da residência que nós habitamos. E foi nos passado que após 10 anos, nós receberemos o título definitivo.</i></p> <p>Morador: <i>Também fala o que nós recebemos, né?! Tem a varanda, tem a sala, a cozinha, o banheiro e dois quartos... e área de serviço especificando.</i></p> <p>Morador: <i>Inclusive tem um mapa mostrando como é a formação do lar que a gente vive, inclusive da energia. Tem todo um procedimento da energia também, mostrando as plantas.</i></p> <p>Moderadora: <i>Vocês são proprietários?</i></p> <p>Morador: <i>Sim!</i></p> <p>Morador: <i>Eu sou também!</i></p> | <p>Moradora: <i>É provisório ainda. Só provisório!</i></p> <p>Moradora: <i>Só o documento da Suhab... a data que foi entregue. O Período que foi entregue... Assinado no mês, tudo. Não pode vender né?! Nem pode fazer mudança. Nem pode alugar! Mas a maioria das pessoas tem prédio aqui, que todos eles são alugados. Eu não participei de nenhuma oficina, tá?! Eu fui e pinteí, coloquei cerâmica na frente e até falei e vim aqui olha eu pinteí...</i></p> <p>Moradora: <i>Meu pai comprou o terreno, né?! Terrenão e tinha no cartório tudo registrado legalmente, e ele comprou esse terreno (setenta e pouco). Por que quando a gente casou, minha mãe dividiu a casa né, por que a casa era grande, era até do tamanho do terreno, ela construiu a casa dela ao lado, no último e a casa</i></p> |
|---|---|---|

| | | |
|--|--|---|
| | <p>Moderadora: No imóvel de origem vocês eram proprietários também?</p> <p>Morador: <i>Também!</i></p> <p>Moderadora: O senhor queria falar né, pode falar!</p> <p>Morador: <i>O meu é o seguinte que nós morava lá no terreno da minha sogra. Como era grande lá, aí ela deu para a gente morar e fazer a casa lá, minha esposa e eu, que ela é filha única e aí quando foi para fazer esse documento lá na caixa... foi no nome da minha sogra, mas só que a casa era minha o que que ela fez... Ela disse: Não mas quem vai morar lá é minha filha é dela né mas só que o Prosamim não quis passar para o nome dela fazer o documento no nome dela, logo né? Aí depois lá ela pode passar pro nome da senhora, aí depois lá, por exemplo, o imóvel entregaram para minha esposa, que é filha única... aí a equipe que veio aí disse que depois ajeitava. Ainda não está no nome da minha esposa, mas quem mora, somos nós!</i></p> <p>Moderadora: Mas está na mesma condição anterior?</p> <p>Morador: <i>Exatamente!</i></p> | <p><i>dela no meio. Aí todo mundo tem o seu título legalizado.</i></p> <p>Moderadora: Aí vocês tinham o documento do terreno?</p> <p>Moradora: <i>Isso!</i></p> <p>Moderadora: E hoje vocês tem o documento do apartamento!?</p> <p>Moradora: <i>Isso!</i></p> <p>Moderadora: Como é que vocês veem isso?</p> <p>Moradora: <i>Mana eu não discuto com ninguém não, eu não gosto de discutir não. Mano... eu não pedi pro prosamim me tirar, lá na minha casa era de dois pisos, tinha uma casa de madeira... Tudo eu fiz apropriado pra eles (os filhos pequenos), e pra mim né que eu tinha dois adolescentes, eu fiz apropriado, então eles tinham o quarto deles, eles tinham, tinha uma sala imensa, tinha uma área lá atrás aonde a gente assava carne, a mamãe sempre foi festeira ela fazia festa lá e assim, fora a parte que tinha um imenso pátio na frente que dava todo o tamanho do terreno, a gente estendia roupas, os vizinhos viram a gente crescer, viram meus filhos nascer, crescer,... era madrinha dela, era uma comunidade que a gente morava, entendeu?! Era uma comunidade mesmo... se um tivesse doente, minha mãe ia lá, a outra ia lá, fazia o chá.</i></p> <p>Moradora: <i>Eu me sinto privilegiada, né porque eu tinha, mas não era uma coisa assim minha, como é agora. O quintal, eu casei com meu esposo eu tive que decidir vamos morar alugado aí ele disse não! duas mulher e dois homens e eu vou ceder um terreno para vocês e a gente fez a casa eu e meu esposo aí a gente fez, eu tirei o telhado era uma casa embaixo e uma casa em cima. Quando o Prosamim Passou já tinha as duas casas. Aí eu falava às vezes para o meu marido “tu sabe teus direitos?” até que eu prove na justiça, daqui que eu provo meus</i></p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p><i>direitos... Quando o Prosamim veio porque ele foi lá, ele não tinha nenhum filho eram três pessoas na casa e o local para onde a gente veio eu gostei muito também porque minha prima mora lá no viver melhor quando eu durmo então aqui no centro né esse privilégio eu tenho consegui comprar uma casa nessa época eu trabalhava no distrito eu não ia conseguir tão cedo para mim foi um privilégio também pelo fato de a gente ter a gente teve sorte. A família é grande né era tudo muito pequeno fica uma coisa meio chata do lado do outro no mesmo bloco a gente não pode falar é só isso a criança não poder brincar..</i></p> <p>Moradora: <i>Pouco tempo que eu estava morando aí vieram aquele pessoal né da cavalaria aqueles policiais, da garra, da polícia chegaram na minha casa eu tava dormindo e eles chegaram como se tivesse sido invadido dando chute, porrada, milhão de policial, eu acordei com aquela loucura eu, a minha filha, minha família desesperada. Né?! eles querendo me colocar para fora de casa! Aí eu não sabia onde estavam as coisas, né? Minha bolsa! Em pleno domingo, tu acorda com aquele pessoal dando de chute na tua porta. Como aconteceu comigo, os moradores eles presenciaram tudo isso aí né? e assim..o promotor né que tava lá veio o promotor de justiça né? ele falou para mim aí eu disse que sou moradora a minha filha mostrou a identidade dela por que na hora eu fiquei tão sem forma desorientada com tudo que tava acontecendo que eu não sabia onde estava mais nada a minha filha apresentou e tal assim eles foram super agressivos e o promotor de justiça disse que se eu quisesse abrir uma ação contra o estado eu poderia abrir por quê por constrangimento né constrangimento que eles fizeram</i></p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|--|
| | | <p><i>na minha casa só isso aí que eu tenho que falar eu não participei disso aí.</i></p> <p>Moradora: <i>Eu vivi mas não foi com a polícia não foi com os moradores que tavam invadindo meu apartamento o apartamento e o da minha mãe. Não tinha porta inclusive eu dormia aqui sozinha porque era assim, o vizinho tirando as coisas dele e a gente entrando com as nossas. E como eles tinham danificado a porta, inclusive a porta do meu quarto até hoje está danificada, eles não quiseram destruir e só trocaram a porta da frente, não tinha vidro... agora esses tempos que foram colocar o meu e da minha mãe e foi tudo danificado, luz, lâmpada, pia... tudo ele danificaram! vaso sanitário, a descarga eles arrancaram e levaram. Ai quando eu tava descendo, o rapaz que tava dentro do meu apartamento falou bem assim “é... é só agora quando a polícia tá aí, quando ela vir, mais tarde a gente vai tacar fogo. Mas é porque assim, quando o estado terminou de fazer ele já devia ter as pessoas certas para vir só que eles custaram a entregar pros donos provisório, tanto é que tinha gente que não tinha casa, aproveitou e invadiu...Ele veio aí, fez a maior guerra por causa do cachorro, por causa do portão, portão aí eu falei “meu senhor, o senhor pode até ir onde o senhor quiser mas o portão não vai ser tirado por causa que eu tenho uma criança. Se o meu sobrinho desce aqui e atravessar essa rua e acontecer alguma coisa com ele ou ele morrer, você vai fazer algum igual , vai trazer a vida dele de volta? não vai! Então o portão vai ficar aqui ! “Ah, então vou trazer meu Pitbull” Então traga! Aí quando foi o passar do tempo a gente foi descobrir que ele não era proprietário só que ele tem luz, tem água no nome dele, ele tem um papel não sei se é o verdadeiro como prova diz que ele é o proprietário... como essa moça que alugou o dela aí, ela não precisa, ela</i></p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|--|---|
| | | <i>falou que ela não precisa, ela só precisa do dinheiro para pagar não sei o quê mas ela também foi a mesma coisa, ela não precisava do apartamento.</i> |
|--|--|---|

Em relação ao título de propriedade dos imóveis, os moradores relatam enfaticamente a característica provisória da documentação dos apartamentos, descrevendo, inclusive, o seu teor, em relação à proibição de vender, alugar ou ceder. Eles foram categóricos ao declarar que são proprietários de suas casas, pois eram donos dos imóveis de origem. Alguns registram a documentação que dispunham antes e outros a dificuldade em provar a relação de posse ou propriedade no imóvel de origem. Pontuou-se, ainda, que mesmo com a proibição, existem apartamentos alugados e que este é um complicador, pois estes inquilinos não passaram pelas mesmas capacitações e não receberam as devidas instruções e por isso inúmeros conflitos aparecem.

Ao discutir a documentação, os relatos também apresentaram situações em que foi descrito, em detalhes, como se dava as relações comunitárias na área de origem, com ligações familiares e entre vizinhos que não foram identificados no imóvel de destino, mesmo após 4 anos após a entrega. As afirmações ainda são dirigidas a partir do que se tinha e o que se busca para a relação na área de destino, apontando inclusive estas, como a solução para problemas, como a limpeza pública, o cuidado com as áreas comuns e com as crianças nos residenciais.

Foi mencionado ainda que houve intervenções com força policial nos apartamentos em virtude de possíveis invasões por conta da população vizinha, que buscava por força de sua condição social receber uma unidade habitacional, circunstâncias descritas de forma tão detalhada quanto a abordagem, que demonstram o sentimento de insegurança jurídica, pois, a documentação que ele dispunha de propriedade não pode ser apresentada sem antes se deparar com ameaças por contada da polícia.

- **Recuperação das perdas causadas pelas dificuldades de transição;**

QUADRO 9 - Recuperação das perdas causadas pelas dificuldades de transição

| | | |
|--|---|--|
| <p>Quais foram as principais dificuldades enfrentadas no processo de reassentamento?</p> | <p>Morador: <i>Pra nós foi difícil só devido ao que eu te falei. Que eles chegaram lá e a gente não esperava e eles disseram que tinham que fazer o trabalho deles. Então logo eles cortaram a luz, a gente teve que arrumar as coisas no escuro! Aí a gente arrumava um compartimento e eles iam lá e quebravam aquele compartimento. E também a maioria das vezes teve um baú, né!? A gente não teve! Eu tive que ir atrás do caminhão, só essas dificuldades que a gente teve mesmo!</i></p> <p>Morador: <i>A dificuldade assim ó, eu achei assim, que no momento em que eles fizeram o cadastro aí teve o auxílio aluguel, depois veio aquele outro pessoal oferecendo bônus, o cheque né!? Ou o habitacional, aí de todos esses, nós escolhemos aquele para comprar casa (de R\$50.000). Eles não aceitavam que a casa não estava toda legalizada. Aí tá, optamos pra cheque, aí tinha um monte esperando o cheque, e o cheque não saiu!</i></p> <p><i>Não teve escolha né!? A não ser escolher ele pelo habitacional, no caso apartamento, nesse processo né, com a demora e ao mesmo tempo a dificuldade que nós passamos nesse período.</i></p> <p><i>Eu vejo assim, nós praticamente, nós fomos os últimos dessa área aqui. Cachoeirinha, que era aqui da beira do 40 né!? Trouxeram o pessoal de outra área para ocupar aí nós fomos os últimos. Nós ficamos na espera porque eles começaram trazer o pessoal do São Raimundo para cá. Aí quem morava aqui na beira do 40 ficou esperando muito mais tempo. Eles começaram de lá pra cá... Quem morava aqui e teve que esperar o tempo todo, até chegar esse aqui. Primeiro veio aqui o Cachoeirinha, depois veio o Cajual, nós ficamos praticamente por último. Então, não foi assim tão fácil a espera, porque houve esse tempo muito prolongado, desde o cadastramento, houve uma parada</i></p> | <p>Morador: <i>No meu caso foi assim: eu tive que dormir sozinha aí, aí não tinha porta nos dois apartamentos, eu não dormi... essa que veio meia-noite trazer café com pão para mim e eu fiquei até seis horas e oito horas da manhã que foi o horário de ela trazer o resto das coisas entendeu? Aí na segunda noite o banheiro não tinha porta, foi uma quentura que Deus me livre!! Era quente para caramba! Até que agora parece que a gente se acostumou, põe ventilador... quando fechava a janela meu deus!! E eu com as crianças e o outro pequenininho, bebezinho ainda. Ai eu disse: meu Deus do céu !! Como eu vou fazer com os meninos? Meu cunhado ficou numa cadeira de balanço na área da minha mãe e eu tava na varanda, de vez em quando dava um cochilo ele ia lá, porque não tinha porta não tinha porta a gente teve que passar dois dias sem porta...</i></p> <p>Moradora: <i>Por que os que vieram da cavalaria, né, eles quebraram muitas portas. Porta amassada, porta danificada.. aí quando eles saíram, quem que ia ficar naquele estado? A da minha mãe e eles quebraram todo o vidro, a porta que já tava lá dentro “vou invadir”, e outros os caras que tavam dentro invadindo eles quebraram tudo tudo tudo que tinha no apartamento, ficou tudo danificado.</i></p> <p>Moradora: <i>Até hoje a pia da minha mãe tá danificada, ela não tem mais aquele protetor né?! Meu esposo teve que providenciar porque eles quebraram aquilo ali justamente pra ter trabalho, entendeu? isso foi o transtorno que a gente teve que passar...Aí no terceiro dia eles ajeitaram a porta mas não tinha vidro, aí a gente teve que improvisar com plástico, inclusive era até da campanha do deputado não sei de quem, a minha mãe colocou uma cortina e grudou com durex mano... para poder segurar! Agora já providenciaram os vidros, é bom botar os vidros da minha porta.</i></p> <p>Moradora: <i>É bastante constrangedor mesmo... lá em casa eu acho</i></p> |
|--|---|--|

| | | |
|--|--|--|
| | <p><i>muito longa... eles cadastraram hoje, aí tinha que fazer uma reunião Gal, o outro que fazia reunião junto com a gente...eu era um, que fazia parte do Gal, tinha que correr atrás de morador...tinha que fazer reunião com os moradores...reunia lá na rua e era aquela coisa toda...depois que fazia se cadastro ficava lá na espera para conseguir o aluguel eu tive que bater foto das coisas onde eu morava como ficou minha casa para eu poder levar lá e liberar o aluguel então foi um pouco difícil por causa dessa espera toda até chegar aqui.</i></p> <p>Morador: <i>No meu caso causou angústia cada enchente a gente perdia um bocado de coisa eu não podia mexer em nada se mexer e se a gente perdia tinha casa que estava caindo e falavam: não mexe, porque não vai ser indenizado! não mexe porque senão só não vai receber seu dinheiro! Né!? A gente não podia investir nada na casa porque já estava cadastrado, então a gente tinha que chegar e encher e perder as coisas...</i></p> <p>Morador: <i>E a valorização que fica não podia mexer na casa de modo algum, não podia mexer, a valorização diminui a cada vez mais. Nós tínhamos que morar era nosso, mas a gente não podia mexer, porque se nós ajeitar as minhas alguma coisa ia subir mais alguma coisa mais um acréscimo de dinheiro, então todo esse tempo foi usado. Foi muito trabalhoso essa para mim por que morava com a minha avó foi bem de herança, os meus tios passaram pra mim, então foi muito constrangedor, passei pela Suhab, demorou muito eu passei, eu acho que um ano inteiro fazendo esse processo. Só que ficou disso foi muito constrangedor, por que pra eles lá tinha que ser da forma deles, eles não entendiam que para nós, era muito difícil tá correndo atrás de papelada, que era um gasto maior! Nada o que a gente fazia era reembolsado!</i></p> <p>Morador: <i>E essa angústia que eles relataram, é a angústia de todo o</i></p> | <p><i>que todos os apartamentos e esse material, ele é muito quente...</i></p> <p>Moradora: <i>Eu acho que o tijolo né, o sol bate já chegando três horas quatro horas ninguém consegue ficar com as portas fechadas. Os tijolos são de churrasqueira. Eu demorei muito para me acostumar. A minha família né.... Quando você fecha as portas, fica muito quente. Tinha noites assim que a gente ficava na varanda. Teve essas partes dos moradores que invadiram que a gente tinha medo de dormir, assim, abrir com as portas sabe? Teve gente que chegou para mim “olha, essa porta abre aquela outra lá”. Olha a chave da minha porta abria a da minha mãe. Tanto que quando eu chegava da faculdade, ela tava dormindo, eu pegava a minha chave e abria. A do quarto da minha mãe abre o banheiro, ela abriu do meu quarto como ela fazia só que a do meu quarto eu troquei, o quarto dela abre o banheiro. A gente ficava com muito medo. Teve uma pessoa que ele trabalhava e era da segurança do parque né? Na época ele não ficava na base. Ele escolhia um apartamento né? Eu não sei se ele era do Estado. Aí quando foi um dia, eu disse: moço, alguém fez alguma coisa lá no bloco. Ele chegou para mim e falou assim: você não é moradora daqui? Não senhor. Querendo dizer que tinha alguém que estava fazendo a maldade porque eu não era do bairro né? Eu não vou me intimidar né.. eu sou dona do apartamento, não tenho porque me intimidar pelas pessoas, ne? Falei com meu marido, meu sogro pegou e conversou com ele. Eu fiquei com medo porque a pessoa que tava aqui ela vigiava né, a segurança do parque, ela deveria ter esclarecido para a gente “olha, vocês não moram aqui, cuidado com a situação” porque quando a gente morava em outros lugares a gente já ouviu falar do Bairro né? Vocês estão morando aqui numa área de risco, tome cuidado! Eu pelo menos fiquei morrendo de medo...</i></p> <p>Moradora: <i>A respeito desse problema aí, o pessoal falava “vocês vão ter coragem de morar” aí eu digo: vou! inclusive na noite que eu fiquei lá, eu pedi para os meninos “ei, eu queria comprar lanche, onde é que tem lanche aqui? Que eu não sabia, era a primeira noite que tava aqui” Aí os meninos disseram assim: dá o dinheiro aí tia! Tá bom, tu compra um pra ti e um para mim. Eles foram lá e trouxeram refrigerante e um x-salada e fizemos amizade, tanto que no dia que eu vim aqui, que a moça perguntou</i></p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|---|--|
| | <p>povo brasileiro, hoje em dia né!? Que tudo que a gente vai resolver principalmente como se trata de governo de Estado, a gente já vai com aquele não! Já vai certo daquele não! já vai certo para correr atrás do sim! Que sabe que eu não já vai ter!</p> <p>Quanto a sair da área.</p> <p>Morador: Eu não queria! Eu queria ficar lá se eles pudessem deixar... claro! que a gente morava na parte que ela alagava a gente não dá para entender como é que as pessoas ficavam, a gente morava na parte que era o Rip Rap, a nossa casa era de madeira, mas a nossa convivência era boa também. Onde a gente morava, todo mundo comia na casa de todo mundo, não tinha esse negócio de intriga né!? Agora eu estou enfrentando uma intriga com meu vizinho... ele até discutiu com a Samara (assistente social do Prosamim). A Samara foi lá reclamar por causa dos entulhos...</p> <p>Convivência entre vizinhos</p> <p>Morador: A gente também tem sofrido muito com vizinho, eu, o meu vizinho não respeita o meu espaço, entendeu!? ele não respeita o meu espaço!</p> <p>O que mudou?</p> <p>Morador: Ali no bloco 7 é assim! Se for uma visita na minha casa até mesmo porque não teve mais espaço para mim porque toda vida eu trabalhei com costura e agora meu apartamento. E agora eu não costuro mais como eu costumava, aí meu marido ficou desempregado, montou um barzinho, alguma cervejinha...A cerveja pra vender assim, né!? O meu vizinho, quando a pessoa sai ele vai encontrar a pessoa lá atrás para perguntar o que que a pessoa queria. Tu acha que isso é bom?</p> <p>Morador: Eu acho que isso é ruim! A vizinha diz que está incomodando ela tá incomodando porque tá subindo tá pisando na varanda dela e aquela coisa toda. São impactos que a gente tem na</p> | <p>assim: Você gosta daqui? Aí eu disse: não! “Eu quero vender esse apartamento, quero vender ele, comprar uma casa para poder colocar meus filhos para eles poder ir correr e pular.” “Ah tu quer sair daqui por causa de galera?” “Não! tudo são meus amigos! Por quê a gente já morava numa área vermelha na Praça 14. Era pior do que aqui. Lá onde a gente morava ele estava na beira da ponte aqui a única coisa que eles proibiram foi de deixar os nossos filhos se aproximarem dele, ele morava lá... se tu tivesse filho tu chegasse lá, ele pegava o teu filho e deixava lá na tua porta. “Olha aqui vizinha, tava lá no movimento”. Meu primo veio de codajás para passar um dia lá em casa, aí no outro dia ele tava lá no meio, meu primo pegou e deu um tapão nele “olha aqui tia tava lá no meio do movimento!” Se o menino do movimento pega ele lá ele vai dar porrada nele, aí pode dar, porque ele veio para cá para estudar. Ele disse assim : aqui não!! você veio de menor. Eu te juro que se eu tivesse coragem de denunciar mana, eu tinha denunciado.</p> <p>Moradora: Até agora não consegui me adaptar.. Todo dia é uma coisa nova todo dia acontece um fato que você podia...</p> <p>Moradora: Só pra você ter uma ideia quando eu cheguei, com 3 dias colocaram minha porta, a primeira noite de sono que eu tive bacana na minha cama, mataram um cara lá na frente de casa não sei quantos tiros. Meus filhos ficaram horrorizados e a minha mãe chorou, chorou, chorou, chorou... queria ir embora daqui. Ai eu digo “sim?? Eu vou sair da minha casa hoje??” Mano eu só vi aquele clarão assim na minha janela. Quando eu subi para olhar para ver o que estava acontecendo era 3 daqui atirando no cara. Agora tu ver um monte de criança né? Eles tudo vendo isso ainda mais a minha mãe, a mamãe chorou chorou, chorou, chorou queria ir embora no mesmo dia. Como eu falei para você né... Nós temos uma oportunidade que lá a gente só sabia quem morria quando alguém dizia “mataram o Fulano” e as vezes a gente até conviva com ele lá né... esses menino né? que vendia celular usado que hoje em dia a gente até ouve que já morreram muitos por lá né. Mas a mãe deles morava lá, a gente conhecia muitas mães que moravam lá né. E aqui a gente não conhece quase ninguém, esses novatos que tão aí, aí eu não</p> |
|--|---|--|

| | | |
|--|---|---|
| | <p><i>vida da gente, só isso! ...que a gente não tem mais a mesma liberdade que a gente tinha antes. Por que somos seres diferentes!</i></p> <p>Morador: <i>A outra dificuldade...</i></p> <p>Morador: <i>Assim, oh! Eu vou falar a dificuldade que outras pessoas estão vivendo e como moradora a gente acaba ouvindo, entendeu!? eu vou falar como ouvinte! E como moradora também! Assim, a gente está tendo uma dificuldade muito grande, porque nós moradores, passamos por uma oficina nessa oficina foi falado o que podia e o que não podia. Porém o documento que assinamos foi falado também que não poderíamos alugar ou ceder, mas em vista de muita gente ter dificuldade, não sei da particularidade de cada um, então muitos apartamentos estão alugados isso está sendo assim um problema porque nem todos tem aquela instrução que nós tivemos e eles não aceitam! Então a pessoa que aluga, ela deveria falar: “olha, você vai morar aqui, então é dessa forma porque todos nós passamos por uma oficina, do que pode e do que não pode, e aí acaba assim gerando uma confusão imensa, porque nós estamos perdendo a nossa privacidade, como morador e também como... (como é que eu posso falar?) Como uma pessoa que foi lá e do recebeu toda instrução.</i></p> <p><i>Não está sendo respeitado o nosso espaço então a dificuldade está sendo muito grande em relação a isso!</i></p> <p>Morador: <i>Eu ia falar sobre a mudança... o Parque Residencial ele foi um projeto mais ou menos bem feito, porque quando a gente se mudou para cá a gente teve muita dificuldade em termos da chuva né. As gramas, as gramas trouxeram bastante bichos coisa ruim, né!?</i></p> <p>Morador: <i>Até hoje eu principalmente a minha casa vive cheia de barata. Era uma coisa que eles queriam na última reunião era ‘rebotar’ as gramas...aí eu fui contra, porque eu também peguei doença do meu pé, por causa da</i></p> | <p><i>conheço ninguém desses meninos que estão aí ninguém conhece não. Eu não conheço ninguém. Lá tu dorme com a tua porta aberta. Aí na minha mãe, a bicicleta do meu sobrinho ficou fora, levaram! Um carrinho de mão que era do meu irmão que ele trabalha... Aí tudo isso, entendeu, nunca aconteceu e aqui... Seria bom, já que você tá fazendo essa pesquisa, colocar bem grande assim: que quando uma comunidade for tirada do seu local que ela fique próximo da sua comunidade, dos vizinhos, porque a maioria dos nossos vizinhos ficaram tudo no mestre Chico. Inclusive a madrinha dela, o sogro dela, todo mundo que era da comunidade ficou para lá, aí jogaram a gente para cá, jogaram a outra metade pro Viver Melhor, pro São Raimundo... Então foi assim, o Prosamim não veio assim e disse “eu vou tirar essa comunidade e mandar todos pro mestre chico, seria muito bom, mas não foi assim não, espalhou entendeu? não botou todo mundo junto. Como minha mãe fala ‘esses que vão ficar juntos ou é de família ou tiveram a sorte’.</i></p> |
|--|---|---|

grama e sobre o alagamento que fica na frente da nossa casa. Não é porque não tem como escoar a água! Não tem! É só o barro! A gente que tem que empurrar, lavar com a água... é uma coisa que eu achava que deveria ser bem planejada como os outros Prosamim, foi porque eu ando por aí eu tenho parentes que foram para os outros Prosamim, e não acontece isso! não sofrem disso! Tem para onde a água descer! E aqui, que foi um projeto demorado, um projeto muito demorado ainda foi entregue tudo mal feito, fora a dificuldade que tem nas contas que a água e luz, vem cara.

Era para ser taxado, né!? Por que a metade não poderiam pagar ne? era um acordo que tinha feito com a água do Amazonas tinha que ser taxado porque as pessoas vinham de lugares, aonde não pagavam nem água nem luz. As pessoas têm muita dificuldade nisso aqui porque vem muito, muito caro! Aqui parece um condomínio fechado... Se fosse para pagar um absurdo desse, era para ser fechado porque é que a gente não tem privacidade de entrar e sair dessa rua. Os motoristas estacionam o carro na entrada na rua de duas vias: entrada e saída.

Morador: *Nós temos que ir e vir, né!? Nós não temos... por exemplo: as meninas aqui que trabalham aqui, elas se esforçam muito para ajudar a gente, pra entender a gente, elas vão nesse caso a gente não sabe, tipo assim, a Suhab pegou e diz: te vira! Quando piso tá rachado a gente não sabe para quem reclamar. O meu, se você for entrar no meu apartamento tá todo rachado o piso, a varanda já está rachada lá!*

Morador: *Se jogar água pinga do segundo, e do segundo, pinga para o primeiro. A varanda está rachada que está com quase um dedo de brecha. A gente vai lá na Suhab, a gente vai na UGPE, mas aqui tem que procurar empresa... a empresa não está mais!*

Para este indicador, foi preciso apurar quais as principais dificuldades da transição. Foram relatadas, com pesar, o momento da mudança, a dificuldade para definição da solução, que para o caso relatado, por um participante, a escolha se deu por eliminação das soluções e não por opção de fato. Verifica-se, também, que alguns ficaram entre ter uma casa, por meio de bônus moradia (com mercado saturado, apresentando dificuldade para encontrar imóvel com os requisitos necessários) e a unidade habitacional disponível para entrega, próximo da localidade, mas com suas restrições e com risco de invasões, o que ocasionou mudanças sem tempo hábil de preparação e entrega de forma precária.

Ainda foram citados como dificuldade, o descompasso de cronograma de reassentamento e obras evidentes e motivadores do comprometimento de várias medidas voltadas a mitigação de impactos deste processo, como bolsa moradia transitória ou aluguel a ser pago para o período em que as unidades habitacionais estariam sendo construídas; a disposição dos serviços de mudança; e o atendimento dos prazos de acordo com o cronograma de execução dos Planos de reassentamento, entre outros tópicos ainda mais graves, como os casos de invasão e reintegração de posses vivenciadas e relatadas pelos moradores do Parque Residencial Cajual.

Perturbação tão limitada quanto possível das suas redes sociais, oportunidade de emprego e produção, acesso aos recursos naturais e instalações públicas;

QUADRO 10 - Perturbação tão limitada quanto possível das suas redes sociais, oportunidade de emprego e produção, acesso aos recursos naturais e instalações públicas

| | | |
|--|---|--|
| <p>Como o Sr. (a) trabalhou para superar as dificuldades do processo de mudança junto a sua família e na sua comunidade?</p> | <p>Morador: <i>Tendo consciência! Eu estava vendo ontem no jornal era umas meia-noite né!?... Jornal da Band que isso é a nova ideia dos arquitetos, engenheiros, de cada vez mais compactar o espaço devido ao número de pessoas que vai nascendo. Então, o espaço urbano está ficando mais pequeno aí todos estão fazendo assim: como fizeram aqui apartamentos, no qual a gente tem que lidar com vizinho! Só que viver em comunidade não é fácil! Porque eu tenho um ponto de vista, ela tem outro, ele tem outro, entendeu!? Então a gente precisa ter consciência e a dificuldade que a gente tá tendo aqui, é como a Beth falou, a Núbia, e a maioria desses problemas são pessoas que estão morando alugado, e não receberam o conteúdo que a gente recebeu, para estar aqui hoje. Então, por isso essa dificuldade na aceitação das regras, entendeu? Com relação</i></p> | <p>Moradora: <i>Eu achei superinteressante porque as pessoas que estão no entorno elas olham e vão continuar fazendo as coisas que eles faziam lá e eles vem que o parque que as pessoas se preocupam com a limpeza né, tem muitas pessoas mal-educadas. Mas eu vejo assim... se as pessoas fizessem um pouquinho a outra pessoa que está lá fora do outro lado vai olhar e falar “o que que a gente vai fazer para ajudar?”. Lá na frente do meu bloco, eu tenho conhecido que quando eu cheguei aí, quando eu vi ele jogar o lixo, eu chamei ele eu disse “não faça isso porque quem vai pegar a culpa são os moradores” Eles vieram do Igarapé Eles continuam fazendo a bagunça que faziam lá e nem todos faziam a bagunça né. Tem muita gente que fazia isso, eu morava no Igarapé,</i></p> |
|--|---|--|

| | | |
|--|---|---|
| | <p><i>animal, com relação ao espaço, limpeza,...</i></p> <p>Morador: <i>Eu tinha dado uma ideia para as meninas aqui da base, né!? falaram que era para fazer reunião com cada um bloco sobre a limpeza dos prédios...falar com as mulheres do prédio, né!? Porque é muita criança a gente mora no Parque Residencial Liberdade então é uma liberdade para as mães fazer filho, né!? Só que o problema, são as crianças ficar na rua de manhã, de tarde, de noite, de madrugada também! Eu sou uma das pessoas que às vezes me incomoda e fala que uma das formas de eu agir, não é maltratando nenhuma delas e sim chamar o conselho tutelar. Porque eu creio que o horário que elas estão na rua não é permitido para uma criança.</i></p> <p>Morador: <i>Eles ficam até 3 horas da madrugada brincando de “tacoball” na rua. E é criança pequena!</i></p> <p>Morador: <i>Mas vai falar, que eles falam que nem gente adultos!</i></p> <p>Morador: <i>Eles são donos da rua! Aqui no Prosamim, tem que ter bastante sinalização. A gente está sofrendo com isso por quê é um Parque Residencial dado para pessoas que moravam em lugares de risco, né!? Mas só que aqui, se você for andar aqui, a que tem mais carro do quê não sei o quê!</i></p> <p>Morador: <i>A última vez que teve ação do Sesi aqui, como estava sendo utilizado esse espaço aqui, estava a menina fazendo a unha, cortando o cabelo, aí atividade com as crianças, teve que ser na área externa, onde estava sendo feito a rampa. E como menino não aquieta, uma menina correu para a rua e o carro atropelou ela. Na hora que a gente estava tendo evento!</i></p> <p>Morador: <i>Aqui tem que ter a sinalização aqui é muita criança e elas são a dona da rua, para falar a verdade!</i></p> <p>Morador: <i>Tem que fazer um quebra-mola aqui!</i></p> <p>Morador: <i>Tem gente que não conhece aqui, entram com tudo, acelera o carro! Fora que aqui só tem uma mão não tem como desviar do outro por causa dos transportes que ficam paradas aqui! Fora que tem bastante estacionamento</i></p> | <p><i>mas eram pessoas civilizadas, educadas né... não digo todos porque tem pessoas que realmente, você vai falar, pedir para não jogar para ele não bagunçar embaixo do seu bloco e a pessoa joga né na frente da sua porta.</i></p> <p>Moradora: <i>O rapaz falou “ela tá invadindo” ai eu falei aqui a escada livre mas a agente tem que ter higiene, limpar, capinar, a agente ta fazendo pela gente e pelas pessoas que estão ao redor que vão dizer assim “poxa é tudo limpinho ali, é tudo organizado”. Você tá mostrando, tá fazendo, para poder as pessoas seguirem o seu exemplo.</i></p> |
|--|---|---|

| | | |
|--|---|--|
| | <p><i>né as pessoas ao invés de entrar bota lá dentro no estacionamento que tem várias vagas lá, já que não estão colocando na vaga para estacionar, bota lá dentro. Fica visível para entrada e saída de qualquer transporte. Não dá pra ver, eu sinceramente, quando o carro entra não dá para ver!</i></p> <p>Morador: <i>E essa situação do carro tá ficando grave porque? Tá aqui a dona Graça viu caminhão do lixo, eles falaram: “Se ele passar na frente da lixeira e tiver carro estacionado, a gente não vai levar o lixo!</i></p> <p>Morador: <i>A gente amanheceu agora, o lixo estava cheio. O morador deixou lá em frente, e o lixeiro não leva, então ele joga um cesto de lixo em cima do carro. Aconteceu várias vezes isso e eu vi! E ele falou sexta-feira (porque ainda estava acordada), e eu sempre gosto de dar alguma coisa para eles... refrigerante ele foi lá porque não há lugar estacionar! Nem todo morador aqui tem carro! Tem gente lá de cima que traz para estacionar aqui dentro.</i></p> <p>Morador: <i>A dificuldade é essa é estacionamento não tem jeito! O pessoal vai lá e deixa...</i></p> | |
|--|---|--|

Nas discussões o fator convivência entre vizinhos é apontado como um grande problema, uma dificuldade comum, mas também como a resposta para superação destas questões. Pontuou-se a respeito do espaço do outro e, com saudosismo, a falta que faz os momentos de lazer entre vizinhos, parentes e amigos na área de origem e que hoje não são mais possíveis. Relatou-se, inclusive, como dica de melhoria para os programas, como o Prosamim, na mudança tentar deixar os grupos de áreas específicas em um mesmo residencial para facilitar esta familiarização e o processo de adaptação.

Ao fazerem o contra ponto entre o que mudou e o que não mudou, os registros e relatos perpassaram pelo que mudou, e além das situações de relacionamento entre vizinhos, a limitação do espaço, a impossibilidade do uso para atividades comerciais, que requeiram ampliações como costura, bar; o modelo estrutural, o tijolo ,que para alguns esquentam demais quando o apartamento está fechado; a grama que no relato de alguns participantes atraiem baratas e causam doenças; a disposição de lixeiras e limpeza de forma geral das áreas comuns,

fatores de perturbação, que são mitigados pela orientação e atividades socioambientais nos escritórios locais; as referências à equipe são em caráter amistoso e, em alguns casos, como a instancia de organização das relações e/ou resolução de conflitos.

- **Acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social;**

QUADRO 11 - Acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social

| | | |
|--|---|---|
| <p>O que não mudou em sua vida durante o processo? O Sr. (a) continuam a vida fazendo as mesmas coisas que antes?</p> | <p>Morador: <i>Para mim o que não mudou foi na parte do lugar lá onde eu morava até porque a gente planta e aqui a gente só entra e sai a que a gente não pode fazer nada, se a gente for plantar todo dia é tirado. Mas não pode fazer nada que a gente... beleza... até hoje... antes... o que eu só queria mudar na minha casa, me dava e pronto... hoje não tem mais essa.</i></p> <p>Morador: <i>O que mudou pra mim foi a moradia no espaço mais familiar a gente não precisa viver 24 horas com a porta fechada ,porque era muito perigoso, a gente morava área vermelha e a gente tinha que ficar com as crianças dentro de casa, trancados é aquela coisa toda o que não mudou a convivência com a minha família que continua a mesma né não mudou em nada a gente continua juntos.</i></p> <p>Morador: <i>é mais o espaço que eu costurava muito e agora eu não tive mais espaço para colocar minha máquina ... agora sim, de melhora. Ninguém pode pregar um prego que vão la tiram e aqui eu vim aqui pedir permissão fiz um jardim lá no meu apartamento.</i></p> | <p>Moradora: <i>A convivência.</i></p> <p>Moradora: <i>É, a convivência. A gente morava numa comunidade que não tinha feito com vizinho nenhum atrito. Hoje em dia a gente não pode falar para o vizinho que o lixo dele tem que amarrar. Não pode falar para o vizinho fazer menos barulho em cima que lá em baixo vai atrapalhar, que ele respeite quem more em cima, que ele contribua com um e outro...</i></p> |
| <p>O processo de reassentamento trouxe algo novo em sua vida? O que mudou a partir da nova moradia? E do Parque Residencial?</p> | <p>Morador: <i>A diferença que eu achei é porque a gente morava na lama passando pelo rip-rap por cima de ponte hoje em dia tem pista Tudo Novo com calçada em uma praça porque quem mora em cima diz que não tem direito de limpar embaixo Mas todo mundo se reunir trazer a todo tempo Limpo me incomoda esse povo lá de cima dizer que não vai limpar só que quando a pessoa Joga lá de lá eu digo Ei Desce aqui vem limpar eu tô aqui para limpar,</i></p> | <p>Moradora: <i>Só o termo da moradia né? Que a gente morava vocês sabem que alagava e nesse tempo de chuva a gente tinha que passar por dentro do Igarapé, levar os meninos na escola carregando nas costas, mas fora isso né, só o que mudou o termo da moradia né, que o Prosamim ele foi um programa bom para gente, porque só de tu sair do Igarapé, ter tuas coisas organizadinhas, não ter que se preocupar “poxa ta chovendo, vai alagar” entendeu? isso daí né já foi bom mas só que eu achei assim, que ao</i></p> |

| | | |
|--|--|---|
| | <p><i>Mas não é para ser empregada eu falo mesmo</i></p> <p>Morador: <i>Novo eu acho assim porque no meu caso eu nunca tinha morado em apartamento como eu te falei né existe uma diferença de morar no apartamento e de morar numa casa só eu e minha família que são regras diferentes nessa parte é ruim morar em apartamento um do lado do outro em cima embaixo diferente de uma casa própria morando só tu que pode fazer o que quiser não tem vizinho em cima para ficar monitorando uma parte mudou para melhor eu adoro o meu apartamento não tenho nada contra os meus vizinhos Todos gostam de mim, fora as vezes as crianças eu convivo muito bem com ele se me chamar eu vou eu vou para almoço janta, subo, eles descem só algumas coisas que é meio complicado que morar em apartamento tem as regras né e a gente estava acostumado a ter a nossa própria casa com as nossas regras sem ter vizinho em cima né.</i></p> <p>Morador: <i>Espaço é tipo uma mania a gente quer novo não chega praticamente casa para dormir mas a questão dos aposentados? o meu amigo aqui ó? pronto as coisas dele lá toda vez que ele vai ver é menos 2,3,...</i></p> <p>Morador: <i>o que houve de melhor foi o ambiente, isso questão do espaço.</i></p> <p>Morador: <i>A questão da segurança pode ficar na nossa varanda Sem problema nenhum.</i></p> <p>Morador: <i>Eu graças a Deus a minha irmã escolheu um lugar que podia ficar em família só eu e minha irmã minha irmã do meu lado mesmo que enjoada só de ficar ali..</i></p> | <p><i>invés de melhorar certas coisas, assim determinada a vizinhança né...</i></p> <p>Moradora: <i>A minha vida, o meu dia a dia, não mudou em nada né. Leva os meninos para escola e as outras coisas que eu faço... alguma coisa nova para mim fazer né. Minha mãe é costureira né e eu tô aprendendo mas assim eu fico fazendo as coisas né não só fico em casa...</i></p> <p>Moradora: <i>A minha rotina continua a mesma. A única coisa que mudou foi a situação do ônibus, porque quando o meu marido não pode me levar, eu tenho que pegar o ônibus, aí eu tenho que chegar mais cedo no hospital, pegar aqui a rua todinha e passar pela ponte. Foi só isso aí que eu achei. O resto foi tranquilo.</i></p> <p>Moradora: <i>Eu meu foi só o meu ônibus mesmo né, porque eu vou pra aula, eu saio 4:30 de casa aí eu pego o ônibus 5:30 né</i></p> <p>Moderadora: <i>Lá da Tarumã (rua) tinha mais acesso a ônibus que aqui?</i></p> <p>Moradora: <i>Tinha, porque eu podia ir lá para Leonardo (rua) que eu pegava o ônibus já direto, qualquer um ali que fosse direto, já esse não... Hoje a gente pega 06 e para dentro do terminal ou pega 703, esse já é mais..... e lá não! E qualquer qualquer um que vai para o centro</i></p> <p>Moradora: <i>Eu também. Na época que eu tava lá né Leonardo (rua), trabalhava lá dava para eu ir a pé aí aqui não, tem que esperar o ônibus, e lá para Manaus Energia pegar da mesma forma de manhã e sair às 6 horas. O ônibus demora que só também para vir para cá e agora para minha filha tá sendo também que ela tá estudando no centro ela tem que sair meio-dia e pegar o ônibus</i></p> <p>Moradora: <i>Essa reclamação, esse ônibus mesmo. Eu queria também fazer uma pergunta: Tem como nós, moradores do bairro, fazer alguma coisa que a gente já fez, tinham como nos ajudar? Aqui tem muita escola perto. Várias escolas perto. Mas quando a gente vem de um determinado local para cá.... mas tem várias escolas perto. A maioria dos moradores gostaram. Então fica difícil como ela falou, agente caminhar, sair cedo de casa. E é perto né ... mas é muito</i></p> |
|--|--|---|

| | | |
|--|--|---|
| | | <p><i>contramão. Porque se a gente for ver, daqui para o centro não é tão longe mas aí para você pegar o ônibus você não consegue né...</i></p> <p>Moradora: <i>Eu acho que essa nossa rua principal, eu acho que se tivesse uma parada seria melhor para a gente, para mim, que a gente tem que sair de carro, a gente tem que dar a volta....</i></p> <p>Moradora: <i>Quando eu morava na Leonardo Malcher, cinco minutos eu estava no centro. Até lá no trabalho também lá na Castelo Branco, eu pegava e ia direto para lá.</i></p> <p>Moradora: <i>Como ela está falando do ônibus né, não sei se vocês que tão aqui souberam, mas quando 712 ele saiu daqui não foi por causa de morador, da população... Agora o 713 não! Ele tem uma... como diz.... “faz o tipo de qualquer coisa para não brigar com ninguém” agora o 712, o próximo próprio motorista falou que eles saíram da linha daqui por causa que muitas vezes quando eles passavam 10, 11 horas, meia-noite, quando iam botar na garagem, eles bateram...</i></p> |
|--|--|---|

A proximidade das áreas de origem mesmo com as dificuldades do transporte público permite a continuidade de ações como frequentar a escola ou a faculdade, desenvolver atividades de geração de renda seja num emprego formal ou de maneira autônoma, também foram pontuados, com uma fala que revela o desejo de melhores condições de vida, crescimento social e econômico. Os participantes declaram que são proprietários, que não pediram para sair, mas que moravam em condições precárias, registram que os problemas vividos com a questão do tráfego, a má educação ou o abandono das crianças e adolescentes devem ser superados para que o parque e suas vidas melhorem cada vez mais.

Relatórios das observações

Quanto à análise dos dados, as observações foram sintetizadoras e capazes de declarar diferentes percepções em relação aos entrevistados conforme demonstrado nos relatórios a seguir:

Relatório 01 – Relatório do Grupo Focal Liberdade

Pesquisa: Reassentamento involuntário – A aplicação da Política Operacional 710 – Experiência do Prosamim– BID

Pesquisadora: Viviane Alves da Silva

Observadora: Rosivane dos Anjos

Horário: 15 h

Local: Auditório do Escritório Local de Sustentabilidade do Parque Residencial Liberdade

Público-alvo: Moradores do PRL

Nº de participantes: 9 pessoas

Apresentação da Proposta de Aplicação do Grupo Focal

O objetivo é levantar dados para a análise da Aplicação da Política (OP 710), tendo em vista as famílias que o deslocamento foi inevitável, realizar uma avaliação da aplicação do Plano de Reassentamento, que teve como finalidade assegurar as famílias afetadas, o recebimento de compensação e reabilitação adequadas.

Indicadores:

- Tempo de aplicação do reassentamento;
- Padrão mínimo de vida;
- Acesso a terra;
- Aos recursos naturais e aos serviços: água potável, infraestrutura comunitária, título de propriedade- equivalentes anos níveis anteriores;
- Recuperação das perdas causadas pelas dificuldades de transição;
- Perturbação tão limitada quanto possível das suas redes sociais, oportunidade de emprego e produção, acesso aos recursos naturais e instalações públicas;
- Acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico e social;

Efeitos e Resultados: (amostra de 9 famílias)

- **Tempo:** A média de tempo durou entre 3 a 9 anos, que passaram pelo processo de cadastramento, visitas, aluguel social, documentação e o recebimento do imóvel, em situações diferenciadas;

- **Dificuldades durante o processo:** O processo de reassentamento trouxe muitas dificuldades, sofrimento, conflitos e angústias, pois, devido as mudanças de datas para se receber os benefícios que durante o processo iria assistir as famílias, enfrentaram várias enchentes, perda de móveis, objetos em geral. Contudo, o mais difícil, foi controlar a ansiedade por conta do medo e insegurança de que o programa fosse realmente verdade; pois, era o “sonho da casa própria” que estava para se realizar. Por um dado momento, abalou inclusive a dignidade, pois, depois que a equipe avaliou o imóvel, não se podia fazer nenhuma melhora, uma vez que, não iriam repor e nem ao menos reavaliar o imóvel, e também não podiam sair da casa. Após saírem para o aluguel social, houve casos de famílias irem para o abrigo, pois, os depósitos para pagamento atrasavam e os proprietários pressionavam e não aceitavam a demora e pediram para desocupar o imóvel. A questão da documentação também foi um fator que trouxe grande desconforto, já que, para se receber o cheque, só aceitavam casas documentadas, e em sua maioria, não tinham;

- **O que mudou:** Com a Mudança das famílias para o residencial apresentaram pontos positivos e negativos. Primeiro, nos sentimentos de alegria, mas ao mesmo tempo estranheza, pois durante as chuvas que era o momento mais angustiante, devido às goteiras e enchentes, agora já não existia mais; novas oportunidades; acesso a informação e formação; a relação com a vizinhança, devido, a falta de respeito pelo espaço do outro; moradia digna; regras diferentes; não ter espaço para plantar; segurança; espaço para costurar; permissão para fazer mudanças na casa;

- **Serviços:** O programa disponibiliza no residencial uma equipe técnica, para ajudar na organização dessa nova comunidade, e pelo fato do Residencial está localizado na área central, dispõe de muitas opções, no que diz respeito a:
 - ✓ **Saúde:** Melhorou devido as constantes visitas de agentes de saúde (Casinha), facilitou na marcação de consultas e exames e sem precisar ir de madrugada para as filas dos postos de saúde;
 - ✓ **Escola:** Devido estar na área central, existem muitas escolas (opções). E na mudança, a equipe ajudou nos encaminhamentos mais o acolhimento nesses locais.
 - ✓ **Transporte:** Não é bom, devido às paradas estarem muito distante, até mesmo antes do Prosamim chegar;

- ✓ **Correio:** Não tem acesso ao correio, às famílias precisam se deslocar ao CDT (Correio – Centro de Distribuição)
- ✓ **Iluminação:** É muito boa, as lâmpadas são de LED, mas, quando precisam trocar, não conseguem devido a falta de equipamento adequado, pois os postes são muito altos.
- ✓ **Água:** A caixa d'água fica desprotegida, muitas pessoas têm acesso e não conservam a limpeza do local;
- ✓ **Documentação:** Todos possuem documentação do imóvel, os mesmos apresentam as cláusulas do que é permitido ou não. Com a promessa de receber o título definitivo com 10 anos de moradia. Existe um caso de que o imóvel está no nome da sogra, mas foi entregue para a esposa (filha única);
- **As dificuldades no parque:** Uma das maiores dificuldades é a relação- convivência, a estratégia para superar “**Tendo consciência dos deveres, pois, viver em comunidade não é fácil**”; com pessoas que não participaram das oficinas de regras de convivência; jogam lixo pela janela e não ajudam na limpeza; muitas crianças nas ruas até de madrugada; vizinhos que não permitem visitas no apto de cima; a questão do estacionamento, pessoas que não são moradoras deixam seus carros nos espaços não permitindo a entrada do carro do lixo no parque.
- **Como trabalhou para superar:** Na família- Precisa ter paciência, ignorar algumas situações; na comunidade- Fazer reuniões por blocos, diminuindo o número de pessoas para que se consiga transmitir melhor a informação e diminuir conflitos;
- **O que não mudou:** A convivência familiar;
- **O que faltou:** Creche, espaço para o comércio;

De modo geral, os indicadores apontam resultados positivos e negativos, dentro da realidade em que viviam, o Programa trouxe esperança e a realização de um sonho que não era possível naquele momento. Mas a mudança trouxe outros “problemas”, que no dia a dia estão tentando superar, que é a relação com o outro – a convivência em comunidade.

A primeira referência de relação que temos é nossa família nuclear, dentro de um padrão tradicional, temos pai e mãe. Com o desenvolvimento físico, vamos expandido nossas relações, logo, convivendo com novos grupos, e isso vai acontecendo gradativamente, vamos nos tornando seres sociáveis. Em sistema formado por uma comunidade, os subsistemas, que são as famílias, interagem simultaneamente, porém, fica muito visível o problema quando o sistema adoece e começa a sinalizar “sintomas” de que alguma coisa não está bem. De acordo com a observação, o grupo está bem consciente onde está o problema, apontando e sugerindo soluções.

A brusca mudança das famílias que viviam em uma situação de vulnerabilidade, causou sofrimento psicológico, onde a angústia, o medo e a ansiedade foram os sentimentos observados nesse processo, segundo relato do Grupo Focal.

Relatório 02 – Grupo Focal Parque Residencial Cajual

Pesquisa: Reassentamento involuntário – A aplicação da Política Operacional 710 – Experiência do Prosamim – BID

Pesquisadora: Viviane Alves da Silva

Observadora: Bárbara Gabriela

Horário: 15 h

Local: Auditório do Escritório Local de Sustentabilidade do Parque Residencial Cajual

Público-alvo: Moradores do PRC

Nº de participantes: 8 pessoas

Dados coletados a partir das informações apresentadas pelos moradores no Grupo Focal com base em roteiro prévio de perguntas.

1. Em relação à primeira pergunta a respeito de quanto tempo durou o processo de reassentamento, entre a primeira visita e a mudança para a nova moradia:

- Uma das moradoras informou que, pelo que tem lembrança, a primeira visita da equipe de profissionais do Prosamim, foi em 2004, tendo uma nova visita em 2011, e logo após houve o reassentamento de fato, ou seja, entre a primeira visita e a mudança para a nova moradia o tempo foi de aproximadamente 7 anos;
- Nem todos os participantes lembraram, pois já faz muito tempo;
- Outra moradora disse que a primeira visita em sua residência, quando ainda morava as margens do igarapé, foi em 2004, ocorrendo outra em 2007, período esse que foi convidada a participar de oficinas informativas realizadas por assistentes sociais e engenheiros acerca da nova moradia, e que teve ainda visita do engenheiro.
- Outra residente disse que não se lembra de ter participado de oficinas, apenas reuniões para tratar das novas moradias.
- Da totalidade de participantes da pesquisa, todas foram unânimes em relação a demora para a concretização do reassentamento, comparando desde a primeira visita até a entrega dos apartamentos, modalidade a qual optaram.

2. No que diz respeito a segunda pergunta acerca dos serviços dispostos na nova localidade:

- Uma das moradoras respondeu que não tem do que reclamar do acesso aos serviços de saúde, educação e transporte;
- No entanto, quando mencionado a questão do transporte, nem todos os presentes compartilharam da opinião sobre o bom acesso a esse serviço, pois relataram que o transporte público, que atende ao bairro, demora muito. As paradas são próximas da residência, a questão mesmo é a demora;
- No que diz respeito ao acesso a água potável, umas das moradoras relatou que logo que se mudou para o apartamento havia muita falta de água, no entanto, hoje está normal e todos os demais participantes do grupo concordaram com essa resposta;
- A respeito da água uma das participantes da pesquisa informou que o acesso a caixa d'água, que atende a localidade, era facilitado, e por este motivo pessoas más intencionadas desligavam o registro, e ainda tomavam banho dentro da caixa d'água, o que prejudicou muito os moradores;
- Outra moradora, concordando com o exposto, disse que é assim mesmo;
- Sobre a relação dos moradores com a empresa responsável pelo fornecimento de água, a Manaus Ambiental, ambos foram unânimes em demonstrar insatisfação em relação ao serviço prestado pela empresa, dizendo que a mesma só aparece para cortar a água e ainda realiza cobranças equivocadas;
- Uma das residentes relatou até mesmo que a mãe colocou a empresa Manaus Ambiental na Justiça por conta de cobranças equivocadas.
- O acesso à energia elétrica existe, porém segundo relatos dos sujeitos presente, o valor cobrado é muito além da possibilidade de muitos pagarem;
- O Serviço que mais sentem falta na localidade é a segurança;
- Sobre a questão da segurança, uma moradora acrescentou que com a presença da carreta de segurança, melhorou um pouco mais;
- Ainda sobre segurança, um dos presentes informou que amigos e parentes sentem medo de visitá-la, porque acham perigoso, inclusive ela (a moradora) deixa seus sobrinhos sempre dentro de casa, porque não se sente segura. O parque é bonito, porém falta segurança, sem falar no uso de drogas e o tráfico, as próprias crianças, de acordo com ela, não gostam de ficar na rua brincando;
- Outras relataram ainda que muitas crianças ficam até de madrugada na rua;

- Uma diferente questão colocada foi a da limpeza, pois de acordo com o grupo presente, além do serviço público de limpeza, que deixa a desejar, muitos moradores e pessoas que residem no entorno do parque não respeitam a necessidade de ensacar os resíduos sólidos para colocar na lixeira, que é comum aos moradores, e só fazem jogar o “lixo” de forma solta. Todos os presentes concordaram que esse é um grande problema enfrentado no parque.

3. Referente à terceira pergunta sobre a posse de documento do imóvel:

- Todas afirmaram possuir o documento de propriedade provisório, relatando que o mesmo traz ainda o que estas podem ou não fazer com o imóvel, como por exemplo, o imóvel não pode ser vendido ou alugado;

- Mesmo sendo um documento provisório, eles disseram, em sua maioria, que se sentem proprietários do imóvel, uma das moradoras inclusive relatou o seguinte: “Eu não mandei o Prosamim me tirar da minha casa, pois eu podia morar na lama, em cima do igarapé, mas era meu” por este motivo se sente sim dona do apartamento, afinal se tiraram ela de onde ela morava, é justo que a indenizassem de alguma forma;

- Reclamam, porém da falta de autonomia em relação ao imóvel, pois não podem fazer muitas coisas, principalmente no que diz respeito a modificações na estrutura dos apartamentos;

- Em sua maioria, quando perguntadas se antes onde moravam, nas margens do igarapé, possuíam algum documento do imóvel que residiam. As que responderam, relataram que sim, que tinham documento assinado em cartório que eram donos do terreno;

- Nem todos os presentes responderam acerca de possuir documento de proprietários, quando residiam as margens dos igarapés.

-Uma das moradoras respondeu que se sente privilegiada por ser proprietária do apartamento, pois antes onde morava era um pedaço de terra cedido;

- Outra disse que estava na mesma situação morava em um pedaço cedido pelo pai, e quando o Programa passou lá e viram as casas, cadastraram ela após constatar a situação, e foi nessa época que ela começou a participar de oficinas a respeito do preparo para a nova moradia. Ela gosta de morar no apartamento, acha que melhorou pela localidade central também e ainda conseguiu ficar perto de alguns de seus familiares que também foram beneficiados com apartamentos;

4. Entre as principais dificuldades enfrentadas no processo de reassentamento:

- Uma das moradoras relatou que quando veio morar no apartamento, com pouco tempo que já estava morando no imóvel, o pessoal da cavalaria militar apareceu tarde da noite, quando ela e a família estavam dormindo, batendo forte na porta, dando chutes. De acordo com ela, isso foi muito constrangedor, pois eles nem quiseram ouvir. Eles primeiro, já foram batendo e em um horário inadequado, por que achavam que eles tinham invadido o apartamento. Mas a moradora em questão, relatou que mostrou para eles (a polícia) o documento de que estavam ali legalmente. O promotor de Justiça disse ainda que esses moradores poderiam entrar com um processo contra essa atitude da cavalaria;
- Outra disse que antes da entrega do apartamento, o mesmo foi invadido e as pessoas que invadiram quebraram tudo dentro do apartamento. E quando ela e a família foram morar lá, o local estava sem porta e sem vidros nas janelas, tinham tirado até a bacia sanitária e danificado a pia. Esse foi o principal problema enfrentado, ela passou dois dias sem dormir direito, com medo, pois o apartamento estava sem porta e os invasores poderiam voltar para fazer algum mal a eles. Só no terceiro dia que o programa providenciou a porta do apartamento, porém as janelas continuaram sem vidro, só recentemente que foram colocadas;
- Outra residente disse que esse evento de invasões poderia ter sido evitado se eles tivessem entregue os apartamentos assim que ficaram prontos;
- Uma distinta moradora ainda denunciou que alguns dos invasores moram no parque ainda, que conseguiram ficar com um imóvel;
- Mais uma moradora também compartilhou de que as condições precárias na qual entregaram o apartamento foi o principal problema enfrentado;
- Outra moradora destacou entre os principais problemas enfrentados a questão da adaptação a nova localidade e a estrutura do apartamento, pois disse que o material utilizado para a construção dos apartamentos são inadequados ao clima da cidade, que deixam o ambiente muito quente, e logo que passou a morar no apartamento, sentia-se sufocada com tanto calor. Quando fecham a porta, fica muito quente, ela acredita que eles deviam ter utilizado outro tipo de material.
- Outra dificuldade apontada, foi em relação as chaves dos apartamentos, pois de acordo com o relato dos mesmos, a chave de um apartamento abriu outro diferente, o que causou muito medo aos moradores;

- Uma outra moradora relatou que de fato a insegurança sentida logo que chegaram no local foi um grande problema, pois não conheciam ninguém. Onde morava antes era perigoso, mas como conhecia todo mundo, era melhor, então assim que chegou no apartamento, já tratou de fazer amizades com o pessoal da área, até mesmo com os “galerosos” e por este motivo disse que não teve problemas.
- O tráfico de drogas é outra grande dificuldade, crianças e idosos usam drogas ao ar livre;

5. A quinta questão trouxe a discussão para saber sobre como trabalharam para superar as dificuldades do processo de mudança junto a sua família e a comunidade:

- Desde que moram no residencial, uma respondeu que ainda não conseguiu se adaptar, porque todo dia acontece uma coisa diferente (está não aprofundou o que de diferente acontece).
- Outra informou que a questão da adaptação de fato é difícil, não conhecem todo mundo e temem por falta de segurança, porque não sentem que podem confiar na vizinhança. Ela sugeriu ainda que fosse colocado na Política de Reassentamento a asseguaração de que ao reassentar as pessoas de suas moradias não as separassem de seus vizinhos, com os quais já viviam em comunidade, e que os reassentassem em conjunto para uma mesma localidade, pois poucos conseguiram ficar perto de seus antigos vizinhos, os que conseguiram ficar ou foi por sorte ou porque eram parentes;
- Mais uma moradora concordou que a rede de relacionamento é complicada;
- Uma diferente residente disse ainda que tem muitas crianças que ficam sozinhas na rua até tarde, e que, inclusive, acha apropriada as atividades com as crianças, realizadas pela equipe do Prosamim, porque é necessário mesmo;
- Foi bastante pontuada a questão das crianças que ficam na rua e muitas nem são moradoras do parque, residem no entorno;
- Uma moradora disse que é importante o trabalho da base com as crianças e também em relação a limpeza. Até para servir de exemplo para os moradores do entorno, porque muitos os discriminam por terem vindo de área de igarapé e acham mal-educados. Ela relatou que é importante mostrar que não é assim, que eles são educados sim. Tem que ter higiene, pois considera que afeta tanto eles quanto as pessoas ao seu redor.

Obs. Percebe-se a partir das respostas apresentadas acerca da quinta questão, que ambos os sujeitos apresentaram problemas enfrentados. Porém não mostraram com clareza

como fizeram para mitigar tais problemas, com apenas a sinalização de uma das moradoras para a importância das ações realizadas nas bases, com as crianças, em relação à questão da limpeza, para responder ao problema de limpeza local e com as crianças que ficam na rua.

6. Quando perguntados sobre o que mudou em sua vida durante o processo, e se continuam fazendo as mesmas coisas que antes; 7. Perguntou-se também sobre o processo de reassentamento, se o mesmo trouxe algo novo em suas vidas e o que mudou a partir da nova moradia: Ambas as perguntas são similares por isso foram realizadas em conjunto.

- Inicialmente não entenderam bem a pergunta, sendo necessária sua reformulação;
- Após entenderem melhor, responderam, em sua maioria, que em relação a vida cotidiana nada mudou;
- Uma moradora respondeu que continua jogando lixo na lixeira, que os filhos continuam estudando, isso não mudou;
- Uma das mudanças apresentadas por uma das participantes foi em relação ao alagamento, que antes tinha e agora não tem mais, disse que o programa foi bom por isso. Porém acredita que devam melhorar a vizinhança;
- Outra disse que no dia a dia não mudou nada, o que mudou foi que está buscando mais alternativa para geração de renda, para ajudar a mãe;
- Uma outra disse que o que mudou foi a questão do transporte, pois antes, onde morava, nem precisava pegar ônibus, agora tem que pegar e ainda demora.
- Outra relatou também que o que mudou foi à questão do transporte que tem menos opção;
- Também foi relatado que uma mudança foi a questão do transporte que ficou contra-mão do trabalho dela. Quando a filha não leva ela para o trabalho fica difícil porque tem poucas opções de ônibus;
- Em relação ao que continua fazendo agora que fazia antes, uma moradora disse que continua pagando luz, água. Quanto a questão do transporte também disse que é difícil e fez inclusive uma pergunta se os moradores podiam se mobilizar em relação a isso;

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o processo de reassentamento das famílias que residiam nas áreas de intervenção do Prosamim-BID sob a perspectiva do que objetiva a Política de Reassentamento Involuntário - OP710. Buscando destacar pontos como: analisar como se dá o processo de organização comunitária no espaço criado a partir da construção de parques residenciais; levantar aspectos socioambientais e culturais existentes nas áreas do imóvel de origem e reproduzidos ou não, no local de destino a partir das premissas da OP 710; pontuar aspectos socioambientais e culturais modificados a partir da nova condição de moradia e ocupação do solo urbano para fins de verificar a eficiência na aplicação da OP710.

A contribuição dos grupos focais e discussões possibilitaram observar diversos fatores, mas para aferir a eficiência da OP 710, no que diz respeito aos aspectos organizativos, socioambientais e culturais, a partir do novo local de moradia, caberia uma análise em espaços de tempo maiores, pois, percebe-se que, mesmo após 04 anos de recebimento da unidade habitacional a falta de vivência e de laços que são gerados no conhecimento mutuo e relacional do cotidiano ainda são poucos.

Porém, quanto à execução do programa, diversos apontamentos registram que a principal dificuldade para a eficiência da Política Operacional de Mitigação é, justamente, a forma como se dá a implementação dos programas.

Nas falas muito claramente, apresenta-se que os pontos de maior sofrimento psicológico e moral, do constrangimento ao sentimento de insegurança se deram por problemas de gestão na operação dos planos e projetos. Por exemplo, mudança do imóvel de origem para o imóvel de destino sem prazo ou a mínima preparação prévia; a não disponibilização da bolsa moradia transitória em tempo hábil; a intervenção policial para desocupação de apartamentos invadidos; o tempo para atendimento com a solução de moradia; a aplicação das soluções de reassentamento com ofertas, que em momentos diferentes poderiam estar mais favoráveis para um tipo que para outro, como no caso das unidades habitacionais e o bônus moradia, que comprometeu diretamente a oportunidade de escolha entre soluções.

São exemplos de problemas de gestão e operacionais, reflexo de uma prática de aplicação de políticas públicas, que precisa buscar atuação objetiva quanto aos seus propósitos, pois, como está posto, declara-se ser de uma forma, mas interveem sem observar se de fato é coerente com o que se propõe.

Quando se olha para uma política mitigadora e não se vê o seu resultado integral, é preciso analisar se a falha está na forma conceitual, no projeto ou na operação, de forma que

possibilite mudanças e busque índices maiores de resultados, pois num cenário em que ainda se aplica deslocamento de pessoas mediante indenizações com base no valor da moradia, é preciso propor que no mínimo se garanta o fortalecimento das políticas de mitigação.

Nos casos de lideranças informais, estes laços nascem do estar junto, vivenciando problemas e soluções das mais variadas naturezas que ultrapassam o que pode ser criado a partir de reuniões e ritos eleitorais, estes, até aproximam, motivam e chamam a atenção para o que pode ser melhorado a partir da organização comunitária, mas, a recomposição de redes sociais e a gestão compartilhada preconizadas são mais complexas para o alcance.

Os aspectos práticos da forma de execução e descritos nas premissas e soluções propostas podem ser objeto de reflexão se acrescentarmos a esta discussão que: A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém um si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. Esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos. (PESAVENTO, 2002, p. 16)

Verifica-se uma preocupação para com a reposição de moradia e possível mitigação de perdas relacionadas ao reassentamento, aponta-se a necessidade do diálogo e participação comunitária, assim como, a busca pela garantia de direitos e a sustentabilidade dos empreendimentos com metodologias definidas, que precisam ser cada vez mais trabalhadas, amadurecidas, refletidas com os sujeitos deste processo para dar a eles a oportunidade de voz, e, a partir daí, construir um processo de cidadania pautado por direitos e deveres e não apenas pelo dá e receber.

Outros aspectos da população precisavam ser aprofundados, apresentou-se de forma latente nos grupos focais que laços relacionais de parentesco e vizinhança são fundamentais e que as unidades de vizinhança em contraponto as unidades habitacionais são de igual ou maior valor no processo de construção da identidade dos novos locais de moradia o que impacta diretamente na garantia de que o empreendimento ou intervenção de obra será utilizado de acordo com a sua finalidade.

É possível verificar que nos estudos se ponderou que a marginalidade e a degradação seriam maiores ou mais urgentes que aspectos, como os locais de cultura, de memória e da representação de mundo constituída a partir destes ambientes. Assim, deparamos-nos com um contexto que necessita de diálogo entre o que se planeja, o que se executa e o que se consolida na cidade.

O que se verifica em programas que requerem remanejamento de pessoas são proposições com baixa ou nenhuma historicidade, desenha-se muito mais para as pessoas do

que com as pessoas. Sem observar que “o espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade”. (PESAVENTO, 2002, p. 16)

A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém um si, um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. É, por um lado, uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal – urbanistas, arquitetos, engenheiros, mas também comporta o que se poderia chamar de intervenção do cotidiano”. (PESAVENTO, 2002, p. 16)

Lefebvre (1999, p.36) ressalta que o Estado deveria ter a função de organizar a primazia do fator econômico sobre as relações históricas e sociais, em que o espaço da sociedade é controlado, tornando-se o objeto de troca e de consumo como coisas que podem ser negociáveis, e que o Estado se constitui como um gestor da sociedade através da cotidianidade lucrativa, burocrática, consumista e estética do cotidiano.

Numa perspectiva geral “Diante de tantos trabalhos sobre favela, e das diferentes tentativas de se lidar com ela ao longo dos anos, o consenso atualmente compartilhado por pesquisadores, técnicos e administradores é de desenvolvê-la e de melhorar suas condições de vida (CASTRO, 2002, p. 168). E assim, tornar a cidade o nosso lugar de moradia e a nossa referência de mundo.

Segundo Rykwert, “A cidade não é simplesmente um fato, um dado colocado pela concretude da vida, mas, como objeto de análise e tema de reflexão, ela é construída como desafio e, como tal, objeto de questionamento.” (RYKWERT, 2004, p. 10)

Ao analisar os temas propostos é possível voltar-se as constatações de Rama em relação as cidades latino americanas, conforme o autor: Observando as cidades, seus nomes e mapas, este aponta para a existência de duas cidades em uma, especialmente nas metrópoles: a letrada e a real. As duas cidades, na verdade, não estão separadas, mas sobrepostas. A cidade física, com seus labirintos, e a cidade simbólica, cuja ordem é recuperada ou buscada pelos intérpretes que a decifram pelo raciocínio. (RAMA, 2015)

Assim, é possível claramente perceber, uma cidade estabelecida sob as margens e leitos dos igarapés da malha hidrográfica da cidade de Manaus e em contrapartida uma cidade sobreposta instituída das mais variadas formas, que se consolida visando o restabelecimento da ordem, da qualificação em contraponto ao degradado, ao insalubre e a falta de tantas respostas, ainda hoje, característica de necessidades pujantes do processo de crescimento urbano.

Aspectos como: mobilidade, saneamento básico, política habitacional capaz de suprir as necessidades das famílias de baixa renda, ações voltadas para uma infraestrutura que se

planeja e se aplica num ambiente estabelecido e reflexo de costumes e tradições replicadas de forma diferente em contextos urbanos.

É importante não deixarmos de pontuar que o maior peso das decisões que afetam o contexto da cidade são as demandas do crescimento e das necessidades do capital, “É claro que a economia, os movimentos de mercado, o planejamento do trânsito ou mesmo os desastres naturais são muito mais poderosos na formação da cidade que quaisquer decisões particulares, embora as ações públicas também sejam determinadas por indivíduos.” (RYKWERT, 2004, p. 12)

Indivíduos que são sujeitos de um processo interessante na cidade de Manaus, as palafitas urbanas, ainda que nas tipologias tradicionais, estão voltadas para as grandes vias ou passarelas que possibilitam o acesso as mesmas, diferente das palafitas ribeirinhas que estão voltadas para o rio, que em muitos casos são, não apenas, as vias do meio de transporte, mas o meio de vida. Ainda que o contexto tenha modificado para muitas famílias esta forma de vida e de relação com a natureza, ainda residem em suas memórias e estabelecem parâmetros para suas atitudes perante a cidade.

Porém, a degradação ambiental que nasce da ocupação dos igarapés da cidade e da falta de saneamento retira a vida dos leitos muito antes das grandes intervenções urbanísticas. É preciso repensar o processo como um todo, pois, onde estão os igarapés da cidade? Como Manaus lida com a natureza, com o lixo e com a água? Como se dá as transformações do espaço pelos indivíduos e pelos atores públicos?

Por isso, é preciso saber ouvir, é preciso questionar, é preciso posicionar-se. Ainda que num contexto extremamente consolidado as intervenções em Manaus, em sua maioria são preparadas de uma forma superficial e arbitraria, como se fosse possível reiniciar o lugar a partir de parâmetros mais ordenados e de medidas verticalizadas. É preciso refletir, pois, mesmo quando descrito o cuidado em mitigar os impactos, o resultado pode ser restrito, quando aplicado sem análise de um contexto mais amplo de cidade.

APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Os conhecimentos reunidos nesta pesquisa podem servir de apoio para reflexão e proposição de estratégias, visando ações relacionadas a reassentamento de pessoas, em virtude de grandes obras em cidades de muito adensamento urbano e dificuldades na promoção de moradia de interesse social. Ações como o Prosamim, podem a partir dos resultados alcançados pela execução e seu impacto imediato em relação às metas propostas, trazer lições e conclusões, que ajudem no planejamento e desenvolvimento de futuros programas e projetos de intervenção urbanísticas.

REFERÊNCIAS

Alves, Heleny Ponciano **A avaliação de impactos ambientais e sua efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável no estado do Amazonas** / Heleny Ponciano Alves. - Manaus: UFAM, 2006.

Azevedo, Renildo Viana **Conflitos Socioambientais Urbanos: O caso de revitalização dos igarapés da Cidade de Manaus**, Manaus, UEA, 2008.

AMAZONAS. Governo do Estado. **Relatório de Impactos Ambientais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus RIMA**. Manaus, 2004. 140 p.

ANA. Agência Nacional das Águas. **Região hidrográfica amazônica** (2010). Disponível em: Acesso em: 10 mai. 2016.

BENNETT, J, et al. **The choice modelling approach to environmental valuation**. Massachusetts: Edward Elgar Inc, 2001.

BATEMAN, Ian J., et al. **Economic valuation with stated preference techniques**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Inc, 2002.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.iadb.org> Acesso em 20 mai. 2016

_____. **Reassentamento involuntário: política operacional e documento de antecedentes**. Washington, DC. Out. 1998. N° IND-103, 41P. Disponível em <HTTP://iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=822554>. Acesso em 20 de mai.2016

CANTER, L. W. **Environmental impact assessment**. New York: McGrawHill Book, 1977. 331p.

COELHO, M. C. **Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e métodos de pesquisa**. In: GUERRA, A.J.T. (Org.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. 19-47p.

Castro, Celso. **Textos Básicos de Antropologia: cem anos de tradição:** Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto.** Manaus: Valer, 2007.

FREITAS, Kellem Andrezza Araújo. Et Al. **Valoração econômica dos benefícios ambientais percebidos pela população da bacia do Educandos provenientes do PROSAMIM** , disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em 05 mai.16

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.**4. Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

IBGE. **Cidades.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 12 mai. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____ **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991b. [1968]

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: Uma orientação aplicada.** 4a ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALINOWSKI, Bronisław Kasper. **Objeto, método e alcance desta pesquisa. Desvendando Mascaras Social.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo,** São Paulo, Hucitec, 1996.

MESQUITA, Otoni. **La belle vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900).** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MENEGHINI, Marcia Elisa **Freire A construção de uma nova etiqueta urbana e ambiental: um estudo etnográfico do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)/**Marcia Elisa Freire Meneghini. – Manaus, AM : UFAM, 2012.

Ministério de Integração Nacional, **Programa de Reassentamento de populações**, Brasília, 2016.

MORGAN, David L. **Planning focus groups. Thousand Oaks, California-EUA**. Sage Publications, 1998.

NORMANDO, Margareth Neves. **Qualidade de Água do Igarapé do Mestre Chico - Prosamim em Manaus-AM. Dissertação (Mestrado Profissional em Processos Construtivos e Saneamento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Processos Construtivos e Saneamento Urbano, UFPA, Belém – PA, 2014.**

OLIVEIRA, J. A. . **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares/organizado por José Aldemir de Oliveira** Manaus, EDUA, 2003.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.**

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; Editora da Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Amazonas, 2003 (Série Amazônia: a terra do homem).

PROSAMIM. **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus. Governo do Amazonas. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, Manaus. 2016**

PER. **Plano Especifico de Reassentamento**. Governo do Amazonas. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, Manaus. 2012

Queiroz, Aldenira Rodrigues **Prosamim: desafios de implantação de infraestrutura de Saneamento e ocupação do solo urbano na cidade de Manaus**, Amazonas / Aldenira Rodrigues Queiroz- Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010 147p.

Rabelo, José Lúcio do Nascimento, **Estruturação de um estudo de modelagem de Escolha no igarapé do Mestre Chico em Manaus-Am – Manaus; UFAM, 2009**

Rama, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo, 2015

ROP (**Regulamento Operacional do Prosamim**). 1º Financiamento. Manaus: GEA/ UGPI, 2007.

RYKWERT, Loseph. **A sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Criticas e Alternativas**. 2. Ed. São Paulo. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia (Coords.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.)**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15 ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

VALLE, Artemísia Souza do. **Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental**. Manaus: UFAM, 1999. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, 1999.

APÊNDICE 1 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES -

| Atividades | Ago 16 | Set 16 | Out 16 | Nov 16 | Dez 16 | Jan 17 | Fev 17 | Mar 17 | Abr 17 | Ma 17 | Jun 17 | Jul17 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-------|
| Cursar as disciplinas: Estudos de Epistemologia, Discurso e Representação social, Métodos e técnicas de pesquisa. Aprovação nas disciplinas e projeto revisado. | X | X | X | X | X | | | | | | | |
| Realizar a Inscrição na Plataforma Brasil e Submissão ao Comitê de ética – Apresentar Modelo de Entrevista aprovado e projeto revisado. | | | | | | | | | | X | | |
| Cursar as disciplinas: Tópicos em teoria da cultura e Interdisciplinaridade. | | | | | | | | X | X | X | X | |
| Levantamento referencial – Consolidação em capítulos. | | | | X | X | | X | X | X | X | | |
| Realizar Visitas de observação participante. Prosamim – Parque Cajual e Liberdade | | | | X | X | | | | | | X | X |

APÊNDICE 2 ORÇAMENTO

| ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO | | | |
|--|------------|----------------------------|-----------|
| 1. RECURSOS MATERIAIS | | | |
| 1.1 MATERIAL PERMANENTE: | | | |
| Descrição do Material | Quantidade | Valor (unidade - em reais) | Total R\$ |
| Note book | 1 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| Impressora | 1 | 500,00 | 500,00 |
| Gravador | 1 | 78,00 | 78,00 |
| Livros | 32 | 80,00 | 2.560,00 |
| Subtotal | | | 5.138,00 |
| 1.2 MATERIAL DE CONSUMO: | | | |
| Descrição do Material | Quantidade | Valor (unidade - em reais) | Total R\$ |
| Cartucho de tinta para impressora | 24 | 60,00 | 1.440,00 |
| Papel (resma de 500 folhas) | 8 | 16,00 | 128,00 |
| Subtotal | | | 1.568,00 |
| 2. SERVIÇOS: | | | |
| Descrição do Material | Quantidade | Valor (unidade - em reais) | Total R\$ |
| Cópias e serviços gráficos | 12 | 150,00 | 1.800,00 |
| Gasolina | 24 | 120,00 | 2.880,00 |
| Subtotal | | | 4.680,00 |
| 3. RESERVA TÉCNICA/ DESPESAS OPERACIONAIS | | | 11.386,00 |
| Reserva | 1 | 1.191,50 | 1.191,50 |
| Total | | | 12.577,00 |
| Natureza do recurso – Recursos próprios. | | | |